



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA REDUÇÃO DA IDADE PENAL NO  
TELEJORNAL POLICIAL

Mariana Fonseca Cavalcanti

Natal

2018

Mariana Fonseca Cavalcanti

UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA REDUÇÃO DA IDADE PENAL NO  
TELEJORNAL POLICIAL

Dissertação elaborada sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra.  
Isabel Maria Fernandes de Oliveira e apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como  
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Psicologia.

Natal

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e  
Artes - CCHLA

Cavalcanti, Mariana Fonseca.

Uma análise sobre o discurso da redução da idade penal no  
telejornal policial / Mariana Fonseca Cavalcanti. - Natal, 2018.  
129f.: il. color.

Mestrado (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte, Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-graduação em  
Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Maria Fernandes de Oliveira.

1. Criminalização - Dissertação. 2. Telejornal policial -  
Dissertação. 3. Idade penal - Dissertação. I. Oliveira, Isabel  
Maria Fernandes de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9:81'42

## Agradecimentos

O processo de construção da dissertação me proporcionou aprendizados que vou carregar para toda vida. Cada pessoa que pude conhecer durante o mestrado, cada grupo e discussão abriram um leque de ricas experiências. Esse processo só foi possível com o apoio e suporte da minha família, que compreendeu minhas ausências e suportou a distância física. Sou grata aos meus pais, Sibelle e Carlos, que sempre me incentivaram e apoiaram minhas decisões. Além dos meus lindos e diversos irmãos, que enchem minha vida de alegria, Carla, Ananda, Carlos, Ana Clara, Luana e Yasmin. Agradeço também a minha “irmã postiça”, Lorena, amiga de infância que carrego para a vida e que mesmo com a distância se faz presente.

Sou imensamente grata a minha orientadora, que, desde a primeira orientação, me acolheu com leveza, cuidado e compreensão. Isa, com você aprendi que é possível ser afetuosa e acolhedora mesmo num ambiente formal e rígido como a academia. Sou grata também a minha quase coorientadora, Ilana, que desde o início motivou a realização da pesquisa e mostrou alguns caminhos a seguir. Agradeço também ao professor Herculano, que incita tempestades de ideias e provoca problematizações que vou carregar para minha vida profissional. Esses momentos foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa. Por isso, sou grata também a todos os integrantes do projeto do OBIJUV, Fernanda, Daniela, Jéssica, Renata, Carmem, Gabriel, Victor e Nathália. Vocês se tornaram parceiros fundamentais nessa jornada desafiadora pela construção de um sistema socioeducativo mais humanizado e garantidor de direitos. Os churrascos e as viagens com vocês são os melhores. Gostaria de agradecer especialmente à Dani, minha “irmã gêmea” (segundo os adolescentes rsrs). Acho que essa semelhança tão notada é fruto da nossa sintonia e identificação. Sou grata à Dani, por todo o incentivo e confiança que, desde o início do mestrado, me proporcionou. Além da paciência em responder cada áudio carregado de questionamentos e dúvidas (rs).

Agradeço também à Allana, Rebecka, Luna e Roberta, que trouxeram leveza para a rotina de aulas e reuniões durante o mestrado. Além das demais pessoas que tive o prazer de conhecer durante o mestrado, dentre elas, agradeço especialmente ao Guilherme, que se tornou meu companheiro de vida. Gui, sou grata pelo imenso apoio e incentivo que sempre me oferece, principalmente nas horas mais difíceis nas quais não conseguimos produzir. Obrigada pela paciência em ouvir meus lamentos nesses momentos e me oferecer seu amor e companheirismo. Também agradeço ao Fabinho, essa pessoa linda com quem pude conviver durante alguns meses e que rega a minha vida de gargalhadas e companheirismo.

Agradeço também a todos do GPME e o GT de Políticas Sociais. Oswaldo, Pablo, Ludmila, Joyce, Luana, Felipe, Keyla, Nelson, Renata, Melaine, Carol, Lauriston, Avraïram, Nara, Bárbara, entre outros. Sou grata pela convivência e pelo espaço de troca de conhecimentos.

## Sumário

<b>Lista de figuras .....</b>	<b>vii</b>
<b>Lista de abreviaturas e siglas.....</b>	<b>viii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>ix</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>x</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: O sistema socioeducativo e a criminalização da pobreza .....</b>	<b>17</b>
1.1. A reprodução da pobreza no capitalismo .....	17
1.2. Da assistência religiosa à internação massificada da criança e do adolescente pobre ..	20
1.3. A consolidação do aparato jurídico para o “menor” .....	27
1.4. O reconhecimento legal da criança e do adolescente como sujeitos de direitos .....	30
1.5. O processo de criminalização da pobreza.....	36
<b>Capítulo 2: Redução da idade penal e a propagação do discurso criminológico midiático .....</b>	<b>45</b>
2.1. O recrudescimento penal no capitalismo mundial.....	45
2.2. Para além da redução da idade penal.....	49
2.3. Desenvolvimento da televisão e as funções da mídia na atualidade .....	58
2.4. Jornalismo Policial e a propagação do discurso criminológico midiático .....	64
<b>Capítulo 3: Aspectos metodológicos .....</b>	<b>72</b>
3.1. Caracterização do telejornal policial Cidade Alerta .....	73
3.2. Percurso metodológico da pesquisa e os procedimentos de análise .....	75
3.2.1. Primeira etapa: estudo exploratório .....	75
3.2.2. Segunda etapa: transcrição das reportagens .....	75
3.2.3. Terceira etapa: categorização e análise.....	76
3.2.4. Terceira etapa: análise e interpretação .....	77
<b>Capítulo 4: Apresentação e discussão dos resultados .....</b>	<b>79</b>
4.1. Aspectos gerais das reportagens .....	79
4.1.1. Duração e formato das reportagens .....	79
4.1.2. Priorização dos atos infracionais graves.....	80
4.1.3. Espetacularização da violência.....	81
4.1.4. A espetacularização da violência escolar .....	82
4.1.5. Informações inconsistentes e julgamento virtual.....	83
4.1.6. Violações de direitos.....	86

4.1.7 Desconhecimento ou desconsideração do ECA e do SINASE .....	91
4.1.8. Visões diferentes sobre as crianças e os adolescentes .....	92
4.2 Análise das categorias.....	93
4.2.1. Caracterização dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais .....	94
4.2.2. Causas associadas ao ato infracional .....	102
4.2.3. Argumentos relacionados à defesa da redução da idade penal .....	108
4.2.4. Soluções para diminuir a violência.....	114
<b>Capítulo 5: Considerações finais .....</b>	<b>118</b>
<b>Referências .....</b>	<b>121</b>
<b>Apêndice A .....</b>	<b>128</b>

## Lista de figuras

Figura 1. Imagem do estúdio do telejornal Cidade Alerta.....	744
Figura 2. Imagem da simulação.....	822
Figura 3. Imagem da reportagem com destaque no título .....	844
Figura 4. Imagem da repórter ao vivo .....	855
Figura 5. Imagem dos adolescentes na delegacia .....	886
Figura 6. Imagem da criança e do adolescente na delegacia .....	966
Figura 7. Imagem do adolescente sendo apreendido.....	977
Figura 8. Imagem da adolescente na delegacia .....	988
Figura 9. Imagem da adolescente acusada .....	100
Figura 10. Imagem do momento da agressão .....	1011
Figura 11. Imagem da reportagem.....	1033



## Lista de abreviaturas e siglas

ANCED	Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CCJC	Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania
CDC	Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Resumo

A redução da maioridade penal tornou-se uma discussão urgente na sociedade, sobretudo após a admissibilidade e aprovação de diversas PECs que visam a responsabilização penal dos adolescentes. Vale ressaltar que as propostas favoráveis à redução da idade penal emergem posteriormente à ocorrência de crimes que atingem grande repercussão nacional e comoção pública. Nesse sentido, o telejornalismo policial exerce um papel de destaque ao espetacularizar o ato infracional cometido por adolescentes e apontar a diminuição da idade de imputabilidade penal como solução para a criminalidade juvenil. Dentre os telejornais policiais, o *Cidade Alerta* se destaca ao fazer parte do cotidiano da população brasileira desde 1995 e ainda alcançar altos índices de audiência. Ressalta-se que este gênero do telejornal é responsável pela disseminação de ideais punitivistas, que favorecem a adesão à redução da idade penal. É justamente o discurso sobre a redução da maioridade penal que interessa, particularmente, a este projeto de pesquisa, que partirá do conteúdo das reportagens sobre adolescentes autores de atos infracionais transmitidas no site do telejornal policial *Cidade Alerta*. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar o discurso sobre a redução da idade penal no telejornal policial. Além dos objetivos específicos, tais como: caracterizar os(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais expostos nas reportagens; identificar as causas atribuídas ao ato infracional e as soluções apresentadas para diminuir a violência; bem como investigar os argumentos utilizados para defender a redução da idade penal. Para compor o corpus desta pesquisa, foram selecionados trinta e dois vídeos de reportagens sobre adolescentes autores(as) de atos infracionais transmitidos durante o ano de 2015. Em seguida, foi realizada a transcrição e a análise das reportagens à luz de categorias temáticas. De modo geral, notou-se que o telejornal reproduz a seletividade punitiva, ao priorizar a exposição de adolescentes negros e pobres como autores da violência. Além de fomentar a criminalização da pobreza, ao dirigir o clamor punitivo a esse público.

**Palavras-chave:** telejornal policial; maioridade; idade penal; criminalização.

## Abstract

The reduction of the criminal majority has become an urgent discussion in society, especially after the admissibility and approval of several PECs aimed at the criminal responsibility of adolescents. It is noteworthy that the proposals favorable to the reduction of the penal age subsequently emerge the occurrence of crimes that reach great national repercussion and public commotion. Thus, the police television journalism plays a prominent role in the spectacularization of the infraction committed by adolescents and indicate the decrease of the age of criminal responsibility as a solution for juvenile crime. Among the police news programs, *Cidade Alerta* stands out as part of the daily lives of the Brazilian population since 1995 and still reach high ratings. It is emphasized that this kind of television news is responsible for the dissemination of punitive ideals that favors adherence to the reduction of the penal age. It is precisely the discourse on the reduction of the criminal majority that particularly interests this research project that will start from the content of the reports about adolescents authors of infractions that are transmitted on the website of the police news channel *Cidade Alerta*. Therefore, the present research has as general objective: to analyze the discourse on the reduction of the criminal age in the police news report. In addition to the specific objectives, such as: characterize the adolescents authors of the infraction acts exposed in the reports; Identify the causes attributed to the infraction and the solutions presented to reduce the violence, as well as investigate the arguments used to defend the reduction of the penal age. To compose the corpus of this research, we selected thirty-two videos of reports on teenage authors of the infractions that were transmitted during the year 2015. Then the transcription and the analysis of the reports were carried out in the light of thematic categories. In general, it was noticed that the news report reproduces punitive selectivity by prioritizing the exposure of black and poor adolescents as perpetrators of violence. In addition to promoting the criminalization of poverty, by directing the punitive clamor to this public.

Keywords: Police news report; Majority; Criminal age; Criminalization.

## Introdução

A temática da redução da maioridade penal adquiriu maior urgência, em termos de discussão, a partir da tramitação e aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/93<sup>1</sup>) que possibilita a desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos. Atualmente, existem mais de trinta propostas em tramitação na Câmara que preveem a consideração da imputabilidade penal aos maiores de dezesseis, quatorze e até doze anos de idade.

Diante desse cenário, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) emitiram parecer posicionando-se contrários a essa medida. Entre as considerações apresentadas, estão as que ressaltam as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Lei. 8.069, de 13 de julho de 1990 e Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012), reafirmando a Proteção Integral e prioridade absoluta de crianças e adolescentes. Os Conselhos destacaram também que reduzir a idade penal contravém a Constituição Federal e as normativas internacionais, além de ser uma medida que trata os efeitos e não a causa da violência (CFP, 2013; CONANDA, 2013).

No entanto, as PECs que versam sobre a redução da idade penal são insistentemente colocadas em pautas para discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Desde 2015, essas PECs ganharam destaque e retornaram à agenda política devido à onda conservadora que tem se fortalecido no cenário político, o que culminou com a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC 171/93 em julho de 2015. Essa configuração demonstra o

---

<sup>1</sup> No Senado a proposta refere-se à PEC 115/2015.

quanto o aprisionamento continua sendo considerado solução para a violência, numa conjuntura em que a tendência neoliberal recorre ao uso de forças repressivas estatais para perseguir os considerados criminosos, punindo estrategicamente os pobres (Kilduff, 2010).

A recorrência a práticas repressivas e de segregação se faz presente desde os primeiros serviços de assistência e proteção à infância e adolescência, ainda em 1921, quando se dirigiam aos “menores” em situação irregular, ou seja, aos carentes, abandonados e delinquentes, sob uma ótica punitiva.

O tratamento destinado restringia-se à internação em estabelecimentos que visavam à correção e à disciplina, uma vez que a concepção jurídica de menoridade se referia a sujeitos que, em condição de pobreza, ofereciam risco à sociedade (Rizzini, 1993). Percebe-se que o próprio ordenamento jurídico orientava o entendimento do “menor” como sujeito que possui capacidade de cometer infrações, associando pobreza à criminalidade. Dessa forma, a legislação regulamentava a internação de “menores” marginalizados, promovendo uma espécie de “faxina” social.

Quase cem anos depois, mesmo após o reconhecimento legal de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, advindo do ECA e do SINASE, a massiva prática de internação e a seletividade do sistema socioeducativo continua refletindo o tratamento desigual à infância e à juventude pobre, além de denunciar a não efetivação das diretrizes e princípios regulamentados pela legislação vigente (Coimbra & Nascimento, 2003).

Com base nesse entendimento, propostas como a diminuição da idade penal ganham força e adeptos. Nesse sentido, a mídia contribui cada vez mais para a demonização do ECA, ao mesmo tempo em que espetaculariza o ato infracional, defendendo a criminalização dos adolescentes, atribuindo-lhes os altos índices de violência. Expõe-se que os mesmos são “protegidos” pela lei e não respondem pelos atos cometidos (Hage & Araújo, 2013).

Destaca-se o gênero televisivo policial como um importante instrumento de disseminação de uma cultura punitiva e repressora. Seu formato, que permite comentários do apresentador antes e depois de cada reportagem, facilmente proporciona a exposição das opiniões dos apresentadores a respeito das reportagens transmitidas (Romão, 2013). Vale ressaltar que os meios de comunicação de massa são os principais produtores da identidade do perigoso e indesejado, que dizem respeito a todos aqueles que, sob condições de pobreza e dos seus desdobramentos, são considerados suspeitos (Coimbra, 2001).

Esses sujeitos são evitados ou mesmo eliminados. Um exemplo bastante ilustrativo está presente de forma evidente no telejornal policial *Cidade Alerta*. Por meio do apelo emocional, baseado no sofrimento das vítimas e na construção dramática e sensacionalista, o apresentador demarca seus posicionamentos ideológicos e políticos, tal como a defesa por penas mais duras ou mesmo a pena de morte no Brasil (Oliveira, 2011).

Considerando o exposto, esta pesquisa discute o discurso sobre a redução da idade penal a partir do levantamento de algumas reportagens que abordam os atos infracionais cometidos por adolescentes no telejornal policial *Cidade Alerta*. A escolha pelo programa *Cidade Alerta* ocorre devido a sua ampla inserção em termos de audiência, sendo o terceiro telejornal mais assistido no Brasil (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, 2014), além de estar há quase vinte anos em transmissão, servindo como modelo para as versões regionais (Romão, 2013).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o discurso sobre a redução da idade penal no telejornal policial. Além dos objetivos específicos, tais como: caracterizar os(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais expostos(as) nas reportagens; identificar as causas atribuídas ao ato infracional; as soluções apresentadas para diminuir a violência; e investigar os argumentos utilizados para defender a redução da idade penal.

Para tanto, realizou-se a seleção das reportagens sobre adolescentes autores(as) de atos

infracionais publicadas durante o período de 2015 (janeiro a dezembro), no site do telejornal *Cidade Alerta*. Vale ressaltar que esse recorte temporal foi escolhido, como critério de seleção das reportagens, devido à intensificação dos debates e ao destaque da temática da redução da idade penal nos meios de comunicação. Isso ocorreu após a Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados ter colocado a PEC 171/93 em pauta para discussão e aprovação em 2015.

Com esses direcionamentos, foram identificados trinta e dois vídeos sobre adolescentes acusados(as) de atos infracionais durante o ano de 2015. Em seguida, as reportagens foram transcritas a fim de realizar a leitura compreensiva do material, com o objetivo de alcançar uma visão de conjunto e captar as particularidades das falas dos diferentes interlocutores (apresentador, repórter, entrevistados e comentaristas). Em seguida, foi possível delimitar algumas categorias temáticas, tais como: caracterização dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais; causas associadas ao ato infracional; argumentos relacionados à defesa da redução da idade penal e as soluções para diminuir a violência.

A construção teórica desta pesquisa ocorre a partir da discussão, no primeiro capítulo, sobre as políticas para criança e adolescente no contexto do capitalismo periférico, tendo como inspiração a tradição marxista, sobretudo ao destacar a política social como resposta do Estado às refrações da *questão social*. Logo, é traçado um panorama histórico sobre a intervenção do Estado ante a população infanto-juvenil. Em seguida, discute-se brevemente as influências da Escola Clássica liberal e da criminologia positivista no sistema de responsabilização ao adolescente. Por fim, o sistema socioeducativo é analisado à luz da reprodução da criminalização da pobreza.

No segundo capítulo, é realizada uma discussão sobre o contexto em que o punitivismo tem sobressaído como estratégia do Estado diante das demandas sociais, o que resulta no fortalecimento do Estado Penal e na punição dos pobres. Ressalta-se que é nessa conjuntura

que a redução da idade penal é considerada solução para a violência. Para debater essa proposta, discute-se a definição da idade de imputabilidade penal no Brasil a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989, que orientou a legislação nacional no que diz respeito aos direitos da população infanto-juvenil. Os argumentos da PEC 171/93, aprovada pela Câmara Federal, bem como os posicionamentos a favor e contra tal medida, também serão abordados.

Nesse debate, considera-se a contribuição da mídia em relação a criminalização da juventude, ao propagar o discurso de ódio e vingança, sobretudo por meio do telejornal policial. O contexto de surgimento desse tipo de jornalismo é destacado, além dos elementos que o compõem, tais como o sensacionalismo e a espetacularização das notícias. Logo, discute-se que o telejornal estimula a adoção de leis mais repressivas e legitima o sistema penal.

Os demais capítulos apresentarão os aspectos metodológicos e a discussão dos resultados da pesquisa. Em seguida, expõe-se as considerações finais e as referências bibliográficas. Ao realizar a análise das categorias, percebeu-se, de modo geral, que as reportagens apresentam fatos isolados e descontextualizados, com a finalidade de simplificar as explicações sobre o ato infracional. As reportagens apresentam casos individuais, de forma imediata, e desconsideram as complexidades da realidade social que determinam a violência. Sobre as causas dos atos infracionais divulgados, notou-se semelhanças com as concepções da criminologia positivista e liberal, que apontam as motivações para o crime a partir da natureza patológica e das escolhas pessoais (Baratta, 1999).

A análise sobre as soluções para diminuir a violência apontou a associação com as ideias que embasam a Teoria das Janelas Quebradas e a Política da Tolerância Zero, porquanto são teorias que enfatizam o aumento da punição como prevenção de crimes. Justifica-se que, independente da gravidade, os crimes devem ser punidos com rigor, porquanto a punição serve como exemplo e, por isso, tem efeito de coibir a violência (Kilduff, 2010; Wacquant, 2000).



Vale ressaltar que a caracterização dos adolescentes no telejornal policial revela a reprodução da seletividade penal, ao expor adolescentes negros e pobres como principais autores da violência. Observou-se que a exposição destes adolescentes é seguida pela argumentação de reduzir a idade de imputabilidade penal. Logo, evidencia-se que o discurso sobre a redução da idade penal possui um público alvo, isto é, direciona-se para a juventude negra e pobre e se funda na construção histórica da imagem do criminoso estigmatizado, reproduzindo criminalização da pobreza.

Nessa esteira, entende-se que o telejornal inviabiliza o esclarecimento à população sobre as multideterminações da violência, oculta a pluralidade de opiniões acerca do recrudescimento penal e criminaliza a juventude negra e pobre. Por esse motivo, faz-se urgente a democratização dos meios de comunicação, para que o acesso à palavra deixe de ser privilégio de alguns e a população possa exercer o direito à expressão, participando de forma democratizada na formação da opinião pública.

A expectativa é que esta pesquisa possa contribuir para a problematização, no âmbito científico, sobre o recorte racial e classista defendido pelas inúmeras PECs que propõem encarceramento dos jovens da periferia cada vez mais cedo. Propostas essas, apoiadas pela mídia brasileira, marcada pela ausência da neutralidade, que serve a interesses de uma determinada classe social, responsável pelo monopólio dos meios de comunicação.

## **Capítulo 1: O sistema socioeducativo e a criminalização da pobreza**

### **1.1. A reprodução da pobreza no capitalismo**

A maioria dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação, segundo a pesquisa desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012), são negros (mais de 60%), não frequentavam escolas antes da internação (57%), não trabalhavam (49%), isto é, conviviam com uma série de vulnerabilidades, adicionando-se às já citadas, a defasagem escolar, o uso de drogas (75%) e a pobreza extrema. Desse modo, é necessário situar o adolescente autor de atos infracionais no contexto da sociedade capitalista, para identificar a sua condição e as estratégias do Estado para responsabilizá-lo. Nesse sentido, vale ressaltar que a base da pobreza está na lógica da acumulação do capital fundada na exploração da força de trabalho e na apropriação desigual da riqueza produzida socialmente (Netto & Braz, 2006).

Para acumular capital, é necessário obter mais valia em proporções cada vez maiores, processo que depende da intensificação da exploração do trabalho e ocorre por meio de uma série de estratégias características de cada fase do desenvolvimento do capitalismo (como exemplo, pode-se citar a flexibilização das relações de trabalho, a globalização e transnacionalização do capital, a incorporação de tecnologia poupadora de mão de obra, dentre outros) (Netto & Braz, 2006).

Ressalta-se que a produção e reprodução capitalista também produzem relações sociais, a partir da separação entre sujeitos que possuem meios de produção e outros que apenas têm a sua força de trabalho para vender, isto é, os capitalistas e os trabalhadores. É nessa relação imposta pelo capital que a riqueza é expropriada do trabalhador, tendo como resultado a polarização riqueza/pobreza (Netto & Braz, 2006).

O fundamento desse processo encontra-se na lógica da acumulação do capital, que só é

possível a partir da exploração do trabalhador e da contradição entre as classes (capitalistas e trabalhadores), dinâmica que proporciona a socialização da produção e a privatização da riqueza, contradição imanente e ineliminável do capital. Desse modo, quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior é a riqueza acumulada, por um lado (pelo capitalista), e maior a pobreza relativa, por outro (classe trabalhadora) (Netto & Braz, 2006). Portanto, a pobreza é inerente à produção de riqueza e não está relacionada às características individuais, porquanto o capital se reproduz a base da exploração da força de trabalho e da privatização da riqueza (Coimbra, 2001; Santos, 2012).

Ressalta-se que o processo de industrialização, durante o século XIX, possibilitou o acúmulo maior do capital e, conseqüentemente, a intensificação do pauperismo. É nesse contexto que, na Europa Ocidental, ocorre a emergência da classe trabalhadora, a qual sobrevém um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos postos pelo desenvolvimento de uma dinâmica de exploração que pauperiza a classe que vive do trabalho: a questão social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe parte do empresariado e do Estado. (Iamamoto & Carvalho, 1983, p. 77)

Nesse sentido, a manifestação da questão social está ligada à consolidação do capitalismo e à luta de classes. Esse processo se instaura na fase de industrialização, quando o pauperismo acomete a classe trabalhadora. Foi nesse momento histórico que os trabalhadores se reconheceram como constituintes de uma mesma classe e protagonizaram lutas políticas (Netto, 1996). Portanto, a luta de classes impulsionou o surgimento da questão social, o que evidencia que ela é inerente ao modo de produção capitalista e não tem caráter transitório, nem mesmo acessório (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A desigualdade na apropriação do produto social acarreta uma série de consequências

para a classe trabalhadora, revelando as expressões da questão social, quais sejam: desemprego, mendicância, violência, criminalidade, trabalho infantil, exploração sexual, miserabilidade, fome, entre outros. Desse modo, a questão social “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto & Carvalho, 1983, p. 77).

Nessa esteira, a classe trabalhadora emerge exigindo seu reconhecimento como classe e pressionando o Estado a garantir melhores condições de vida e de trabalho (Santos, 2012). Como resposta a essa demanda, o Estado desenvolve a política social para diminuir a tensão gerada pelas contradições do capital e suavizar as expressões da questão social.<sup>2</sup> Desse modo, as consequências da questão social se tornam objeto de intervenção do Estado, de forma sistemática e contínua. No entanto, essa intervenção adquire um caráter peculiar ao se dirigir às expressões da questão social de forma particularizada. Como resultado desse processo, a política social se transmuta em políticas sociais setorizadas e fragmentadas a fim de responder as refrações da questão social. De modo que as políticas sociais administram a pobreza sem intervir nas contradições do capital, isto é, elas se processam na lógica de manutenção do capital (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Nessa conjuntura, as conquistas sociais representam de um lado as concessões do Estado à classe trabalhadora, como fruto de resistência, e, por outro, a regulação da relação entre o capital e o trabalho para garantir os mínimos sociais para a reprodução da classe trabalhadora e a sustentação da sociedade capitalista (Iamamoto & Carvalho, 1983).

Considerando o exposto, faz-se necessário contextualizar brevemente as particularidades do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas sociais, mais especificamente, as políticas para criança e adolescente. Ressalta-se que a política social para

---

2 Vale ressaltar que o Estado não visa, por meio da política social, operar na gênese da questão social, porquanto seria necessário a superação do modo de produção capitalista que instaura suas contradições e exploração do homem pelo homem (Yamamoto & Oliveira, 2010).

o público infantojuvenil é marcada pela criminalização da pobreza, que se perpetua desde as primeiras formulações até o sistema de responsabilização atual. Para compreender como esse processo histórico se estabelece é necessário retomar as políticas iniciais de atendimento ao público infantojuvenil.

## **1.2. Da assistência religiosa à internação massificada da criança e do adolescente pobre**

Nesse tópico, pretende-se traçar um breve panorama histórico sobre a política de assistência à criança e ao adolescente, desde o período da colonização até a contemporaneidade. Nessa esteira, parte-se da compreensão de que a intervenção do Estado ante a população infantojuvenil pobre é marcada pela repressão e seletividade, como decorrência da cultura escravista e da exclusão socioeconômica de uma determinada classe social. Essa conjuntura aponta para o processo histórico de criminalização da juventude, que repercute na seletividade do sistema socioeducativo e no extermínio da juventude negra e pobre.

Para compreender a consolidação das políticas de assistência à população infantojuvenil, é fundamental considerar as relações econômicas e sociais vigentes durante cada período ao longo da história do Brasil. Durante a colonização (1500 até 1822), a preocupação com o povoamento e a produção de mão de obra para o trabalho era imperativa. Nesse contexto, para atender interesses econômicos, os portugueses implantaram o regime de escravidão negra, que logo modelou as relações econômicas e sociais daquela época. Sob esse regime, perdurou no Brasil a repressão e a criminalização diante da infância abandonada e pobre, bem como o desprezo pela vida (Faleiros, 2011).

Nessa época, a mortalidade de crianças, sobretudo as escravas, era comum. As condições de vida das mulheres escravas resultavam no baixo padrão de reprodução. As crianças escravas que sobreviviam eram destinadas ao trabalho. Quando mais novas, eram

consideradas “animaizinhos de estimação” e serviam como brinquedo para os filhos dos senhores ou divertiam as visitas. A partir dos 7 ou 8 anos de idade, essas crianças ingressavam na produção dos seus senhores. Nesse contexto, não havia nenhum tipo de proteção à criança escrava, que sofria maus-tratos, humilhações e exploração sexual. Desse modo, a criança escrava era patrimônio do seu senhor e cabia a ele explorar a mão de obra como propriedade individual (Faleiros, 2011).

A partir do século XVII, com o aumento populacional e a ausência de condições básicas de vida, sobretudo em cidades portuárias como Salvador e Rio de Janeiro, tornou-se comum a prática de abandono de crianças. Devido ao crescente número de crianças abandonadas e da omissão da Corte de Portugal, a sociedade desses centros passou a pressionar as autoridades a intervirem nessa situação (Faleiros, 2011). Nesse contexto, a questão social era considerada problema social, isto é, expressava um fenômeno social anormal, sob valores éticos e morais. Por esse motivo, cabia à caridade religiosa e à esfera privada a intervenção sobre a pobreza. Nesse sentido, as ações religiosas baseadas na solidariedade impulsionavam a assistência aos pobres sem recorrer aos recursos do mercado (Yamamoto & Oliveira, 2010; Yazbek, 2012).

Foi nesse cenário que, entre o século XVII e parte do século XIX, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia assumiu a responsabilidade de prestar assistência às crianças órfãs, pobres e abandonadas, por meio de ações de caridade. Um exemplo desse tipo de assistência foi a Roda dos Expostos, um dispositivo que possibilitava inserir a criança e movê-la do exterior para o interior da instituição, sem a identificação de quem a colocou. Desse modo, as Rodas foram implantadas no Brasil, em 1730, pela Santa Casa de Misericórdia, que permaneceu cumprindo a função de abrigar crianças enjeitadas por meio desse mecanismo durante 150 anos (Rizzini, 2008).

A assistência prestada nessas Rodas resumia-se ao recolhimento imediato da criança, para que esta não morresse nas ruas. No entanto, muitas crianças morriam nas próprias

instituições devido a precariedade do serviço. Esse cenário revelava a contradição da função da Roda, que retirava as crianças das ruas, mas não as protegia e nem mesmo garantia a sua sobrevivência. Desse modo, o período de colonização foi marcado pela ausência da política populacional, pelo descaso e desvalorização da criança (Faleiros, 2011).

Algumas mudanças foram obtidas após a independência, em 1822, quando a assistência às crianças expostas, órfãs e pobres, foi ampliada por meio da diversificação das instituições de atendimento. Nesse contexto, além do aumento do número de Rodas, foram criados (por iniciativa privada, religiosa ou governamental) asilos, escolas industriais e agrícolas, bem como instituições militares. Essas instituições tinham como finalidade preparar meninos órfãos, abandonados e pobres para o trabalho, enquanto as meninas permaneciam destinadas à preparação do exercício doméstico (Faleiros, 2011; Rizzini, 2008). Nota-se que à criança pobre restava a venda da sua força de trabalho cada vez mais cedo e que a consequência dessa imposição histórica, ideológica e econômica é a reprodução da negação da infância aos pobres (Faleiros, 2011).

É durante a era industrial capitalista, no final do século XIX, que a chamada “infância ideal”, com as suas demandas materiais, higiênicas, morais e afetivas, torna-se modelo, correspondendo ao princípio da ordem e do progresso (Márques, 2011). Nessa época, a elite intelectual e política do país, vislumbrando o projeto civilizatório e consoante com as ideias internacionais, tinha como proposta corrigir as viciosidades da pobreza, que causava a degradação e o atraso da sociedade, para alcançar o progresso. A pobreza era entendida como epidemia que deveria ser evitada e a elite científica possuía a missão de promover o saneamento moral para construção de uma nação moderna (Coimbra, 2003; Rizzini, 2008).

Nessa conjuntura, o hábito do trabalho representava responsabilidade perante a pátria e caracterizava a civilização da nação. Esse hábito era valorizado e determinava a virtuosidade, ao contrário da ociosidade (tida como origem dos vícios, conduzia à degeneração e associava-

se à criminalidade). Aquele que recusava o trabalho era menosprezado e tornava-se alvo de controle para impedir que os viciosos se proliferassem. Assim, a criação de mecanismos para regulação social tornou-se primordial para a construção do ideal da nação (Rizzini & Rizzini, 2004). Dessa forma, os pobres que não trabalhavam eram considerados ociosos e portadores da delinquência, da libertinagem e da vadiagem. As crianças pobres que perambulavam pelas ruas, representavam o atraso social do país e, por esse motivo, deixaram de ser objeto de ação apenas da Igreja e tornaram-se alvo de preocupação do Estado (Rizzini, 2008).

Com o propósito da elite brasileira de promover o progresso do país, o modo para alcançá-lo foi a correção da infância como prevenção para a delinquência. Assim, para evitar que a criança se contaminasse com as viciosidades dos pobres, era necessário que o Estado educasse e preparasse essa criança para o trabalho. Com essa intervenção, a sociedade estaria protegida daqueles que ameaçavam o promissor progresso do país (Rizzini, 2008).

Nesse cenário, a Roda dos Expostos tornou-se alvo de críticas durante o século XIX, por ser considerada abrigo de filhos ilegítimos e estimular uniões ilícitas. Além de servir como lugar onde as crianças eram amontoadas, não se primava pela higiene e, com isso, a mortalidade tornava-se um problema. Essa situação tornou-se alvo de preocupação principalmente quando as discussões sobre a higienização nas cidades ganhavam destaque (Rizzini, 1993). Nessa conjuntura, o discurso higienista da infância prevalecia entre os médicos, que discutiam sobre a necessidade de cuidado e proteção às crianças. As discussões sobre higiene moral também ganhavam espaço e as Rodas foram consideradas contrárias à moral vigente ao promover o acolhimento de filhos “bastardos” (Rizzini, 1993).

A partir do século XIX, a ação do Estado ante a criança e o adolescente ganha novos rumos, sobretudo quando juristas e médicos se alinharam em prol do projeto civilizatório do país e reforçaram o discurso sobre a necessidade de proteção da criança. Nessa conjuntura, a salvação do país confundia-se com a salvação da criança. Salvar a criança significava intervir



na família pobre, considerada o locus da origem da criminalidade. Desse modo, o Estado, com o objetivo de preservação social, passa a retirar o “pátrio poder” dos pais considerados pobres insubmissos ou incapazes para exercer a tutela da criança (Coimbra, 2003; Rizzini, 1993).

Com a proliferação das ideias higienistas entre a elite científica convicta da sua missão moralizadora, o modelo de assistência caritativa foi questionado. O perigo que a criminalidade representava para a sociedade foi evidenciado e o enfoque sobre a necessidade de um novo direito que se expandisse e prevenisse a ação criminosa dos “menores” ganhava destaque (Rizzini, 2008).

Diante desse cenário, a Justiça e a Assistência estabeleceram uma aliança com vistas a modificar a intervenção sobre os pobres. A prática de recolher crianças e adolescentes em casas de custódia, tornou-se obsoleta e foi condenada como injusta, sendo necessária a ação educativa para o trabalho com vistas a prevenir a criminalidade infantojuvenil. Assim, os primeiros projetos para modificar a legislação da assistência aos “menores” foram apresentados em 1906, destacando que o alvo se referia à criança pobre (Rizzini & Rizzini, 2004).

Em 1923, foi, então, criado o primeiro Juízo de Menores, dando início à nova fase da assistência. Os juízes defendiam a necessidade de instalar instituições que internassem os “menores” abandonados e delinquentes, justificando a internação como um “tratamento” a sujeitos considerados perigosos (Rizzini, 2011). Seguindo as exigências dos juristas, em 1927, foi promulgado o primeiro Código de Menores, instrumento legal destinado à regulamentação e disciplinarização desses sujeitos. O código se fundamentava na Doutrina de Situação Irregular – isto é, para os abandonados, carentes e infratores, e não para a totalidade da população infantojuvenil. Essa legislação legitimava a prática de intervenção na família pobre e a suspensão do “pátrio poder”, se alegados o descumprimento dos deveres paternos e da higiene moral (Rizzini, 2008).

Vale ressaltar que durante a implementação do Código de Menores (1927), o Brasil

vivenciava o processo de urbanização e industrialização, ao passo que o capitalismo estava se desenvolvendo e, juntamente com ele, a pauperização da classe trabalhadora, produzida pela formação da riqueza e acumulação do capital (Coimbra, 2001). É nesse cenário que a população considerada promotora da desordem – desempregados, trabalhadores informais e suas famílias – é culpabilizada pela condição de pobreza, tornando-se, cada vez mais, alvo de repressão do Estado para manter a sociedade sadia e em progresso (Rizzini, 2008).

O termo jurídico “menor”, com a sua conotação de sujeito que pode vir a ser perigoso, abria a possibilidade de o juiz intervir na família pobre sob qualquer suspeita. A desconfiança ou até mesmo a aparência poderia resultar na apreensão do jovem. Dessa forma, justificava-se o tratamento moralizador e saneador dessa população por meio da Justiça-Assistência, com vistas a regeneração e reeducação para alcançar a civilização no Brasil (Rizzini, 2008).

Segundo Adorno (1993), estudos científicos sobre a menoridade, em 1936, identificavam as causas da delinquência, do abandono e dos anormais, como associadas à desorganização familiar e à pobreza. Os pais eram considerados incapazes de assistir os filhos e educá-los. A solução apresentada, nesses estudos, era o isolamento dos delinquentes em estabelecimentos educativos e corretivos. Dessa forma, “resolvia-se” o problema do “menor” e protegia-se a segurança da sociedade.

Vale ressaltar que, no século XIX, o termo “menor”, presente na legislação penal, correspondia a todo aquele que não tinha alcançado a maioridade. Até 1900, não havia diferença entre infância e adolescência. As primeiras associações entre criminalidade e juventude ocorrem no início do século XX. O termo delinquência juvenil se torna frequente e o termo “menor” adquire conotação diferente daquele que não atingiu a maioridade, mas como uma categoria jurídica que representa a infância pobre, abandonada e delinquente (Rizzini, 2008).

O “menor”, então, referia-se àquele que não se encaixava nos padrões de infância ideal da burguesia, restringindo-se à pessoa não adulta,

aquela procedente das classes populares, em situação de miséria absoluta, expulsa da escola desde a tenra idade, que faz da rua seu habitat e lugar privilegiado de reprodução cotidiana e imediata de sua existência. (...) A criança cuja existência social e pessoal é reduzida à condição de menoridade, passível, por conseguinte, da intervenção “saneadora” das instituições policiais de repressão e das instituições de assistência e reparação social. (Adorno, 1993, p. 183)

Nesse cenário, a noção jurídica de menoridade ganhava força e identificava, de forma técnica, o indivíduo pobre e com idade inferior a dezoito anos. A esse indivíduo só restava a institucionalização disciplinadora na forma de abrigos, asilos e reformatórios. Desde então, o termo “menoridade” passou a ser considerado como indicativo de periculosidade (Márques, 2011).

Seguindo essa lógica, o Juízo de Menores adquiriu a função de executar o atendimento aos “menores”, que se resumia à internação. Ao encaminhar para uma instituição contratada, o Ministério da Justiça pagava uma cota mensal por interno. Mesmo com esses serviços, as vagas para alojar os “menores” eram insuficientes diante da demanda de internação. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre os anos 1937 e 1938, o Juízo de Menores realizou pedido de internação para 4.546 “menores”, quando as vagas nos estabelecimentos eram 2.630. O Juiz de Menores Sabóia Lima justificou que pretendia “varrer” as ruas de crianças que as usavam para ações inadequadas. Ele defendia a tutela e guarda da criança pelo Estado, com objetivo de oferecer um ambiente sadio e a preparação para o trabalho e, assim, combater a vadiagem (Rizzini, 2011).

Nota-se que a preocupação dos médicos, juristas, filantropos e moralistas, nessa época, referia-se à pátria, no sentido de defendê-la e de combater a mortalidade infantil. Pretendia-se, também, controlar e formar uma raça sadia, de acordo com os movimentos higienistas e eugênicos, para a formação de cidadãos úteis para o país. Ademais, firmava-se a aliança entre o setor público e o privado, que se fortalecia com a assistência aos “menores” (Faleiros, 2011;

Rizzini, 2011).

### **1.3. A consolidação do aparato jurídico para o “menor”**

Ressalta-se que o modelo de Justiça-Assistência, no país, contribuía ainda mais para o desenvolvimento da desigualdade social, principalmente ao aprovar a Lei n. 4242, em 1921, que priorizava gastos destinados aos estabelecimentos ditos correcionais e não se investia no acesso da população à educação. O interesse da elite não era a formação cidadã da população, mas consistia em educar ou “moldar” aquele considerado desestabilizador da ordem que representava o futuro da nação. O próprio entendimento de educação, nesse período, estava associado ao combate da ociosidade e a preparação para o trabalho, respondendo assim às exigências da produção industrial capitalista (Rizzini, 2008).

Visando a esse tipo de educação, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, no Rio de Janeiro. Esse órgão centralizou a política de assistência, ficando responsável pela execução e orientação dos serviços destinados aos “menores”, tanto em estabelecimentos oficiais como particulares, além de prestar amparo social dos “menores” (Gomide, 2009). Contudo, essas atribuições permaneceram no plano das idealizações, ao passo que a dinâmica institucional do SAM era meramente punitiva e saneadora. Devido a esse cenário de descaso com o atendimento das crianças e dos adolescentes, “o SAM transformou-se em sinônimo de horror” (Gomide, 2009, p. 16) e foi extinto sob clamor da sociedade pela superação desse modelo de atendimento (Vogel, 2011).

Ressalta-se que, nesse período, o cenário econômico e político foi marcado por diversas greves e paralisações, sobretudo em polos industriais, pressionando o Estado a ampliar a proteção social, bloquear a entrada de capital estrangeiro e manter os patrimônios públicos. Logo, o movimento sindical se fortalecia e ganhava influência política (Yamamoto & Oliveira,

2010).

No entanto, sob o interesse de resgatar o desenvolvimentismo, os militares, junto com a elite brasileira e a ajuda financeira estadunidense, instauraram a autocracia burguesa no país, em 1964. Nesse período, os movimentos sindicais foram fortemente controlados e reprimidos e diversos direitos foram suprimidos (Yamamoto & Oliveira, 2010). O sistema de assistência voltado à criança e ao adolescente sofreu modificações e refletiu a gestão autoritária do Estado. Sob a ordem militar, as camadas pobres foram acusadas de “desajuste social” e duramente reprimidas (Silva, 2010).

Para exercer o controle da população infanto-juvenil e redimir a imagem desgastada do SAM, em 1964, foi criada, pela Junta Militar, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Seu objetivo consistia em estabelecer as diretrizes nacionais para as políticas e programas de atendimento às crianças e aos adolescentes considerados em situação irregular, priorizando a “segurança pela disciplina” e o controle dos considerados desajustados (Rizzini, 2011; Vogel, 2011).

A ideia era prevenir e corrigir as consequências da carência, tais como o abandono e o desvio de conduta, que acometiam os “menores”, por meio da reintegração familiar. No entanto, na prática, a FUNABEM serviu como mais um instrumento de intervenção repressiva do Estado sobre as famílias pobres, a partir da internação massificada dos considerados perigosos (Gomide, 2009; Rizzini, 2011).

Ressalta-se que, desde as suas primeiras idealizações, o sistema legislativo de assistência aos “menores” estava organizado em torno da punição de “delinquentes”, e não no cuidado àquele que transgrediu uma norma (Volpi, 1997). A ênfase na punição e a massiva prática de internação refletiam o tratamento desigual à infância e à juventude pobre. Os estabelecimentos funcionavam sob a ideologia da educação e da prevenção, porém, correspondiam a um depósito de crianças e adolescentes que sofriam maus tratos (Coimbra &

Nascimento, 2003).

Nessas instituições, ocorriam maus tratos e espancamentos, justificados até como contenção para manter a ordem e o funcionamento. A dinâmica institucional priorizava normas e regras contrárias à realidade sociocultural das crianças e adolescentes. O atendimento aos tutelados era despersonalizado, estes não tinham a identidade e autonomia reconhecidas. Os vínculos familiares eram desqualificados sob a alegação de “desorganização familiar”. Essa situação resultou no insucesso das instituições e denunciava o que elas produziam: estímulo a resistência, por meio de rebeliões, fugas e motins (Adorno, 1993).

Desse modo, o modelo da FUNABEM fracassou, tornando-se inviável a manutenção de um sistema centralizador, com a concepção repressiva e assistencialista que reproduzia de forma estereotipada a categoria jurídica do “menor” (Rizzini, 2011).

Esse quadro permanece inalterado até meados da década de 1980, quando, após mais de vinte anos da autocracia-burguesa, os movimentos sociais se reorganizaram no Brasil e a sociedade mobilizou-se em prol da consolidação de um estado democrático. Dentre as reivindicações de reforma do Estado, destaca-se a busca pelos direitos e proteção das políticas públicas para a criança e o adolescente (Vogel, 2011).

Foi nesse cenário que o Ministério da Previdência e da Assistência Social, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e alguns técnicos da FUNABEM iniciaram a busca por alternativas que viabilizassem a atenção digna à criança e ao adolescente (Rizzini, 2011). Diversos encontros foram realizados a fim de compartilhar concepções e repensar a política de assistência à população infantojuvenil. O acúmulo de forças ao longo desses encontros resultou na fundação da Coordenação Nacional do Movimento de Meninas e Meninos de Rua, em 1985. Esse movimento apresentava oposição à Doutrina da Situação Irregular e resistia ao caráter punitivo e segregatório da política estabelecida pelo Código de Menores (Vogel, 2011).

Tais demandas convergiram e redundaram na Constituição Federal e na aprovação do

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que adota a Doutrina de Proteção Integral, firmada pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989 (Vogel, 2011). A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança inaugurou uma nova concepção de criança e adolescente, ao afirmá-los como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Tal situação implica considerar que esses sujeitos estão em processo de transformação constante e, a partir de certa idade, possuem discernimento dos seus atos, por isso são passíveis de responsabilização. No entanto, a responsabilização deve ocorrer de forma diferenciada dos adultos, devido as especificidades da fase da adolescência (Frasseto, 2007).

Nesse sentido, a Convenção rompe com a ideia de incapacidade do adolescente, que o equiparava ao doente mental, prevê que o mesmo responda pelos seus atos e que lhe sejam asseguradas as garantias de defesa. Essa nova concepção foi ratificada pelo Brasil, em 1990, e resultou numa forma específica de resposta do Estado frente à prática do ato infracional (Frasseto, 2007).

#### **1.4. O reconhecimento legal da criança e do adolescente como sujeitos de direitos**

Com o advento do ECA, as crianças (0 a 12 anos) e os adolescentes (12 a 18 anos) se tornaram reconhecidos legalmente como portadores de direitos, com prioridade absoluta. O Estatuto reafirma a Doutrina da Proteção Integral e prioriza programas e políticas destinadas à garantia de direitos, rompendo, assim, com a política assistencialista baseada na doutrina de situação irregular, que estigmatizava a criança e o adolescente pobre. Desse modo, o ECA prevê a ampliação dos direitos à população infantojuvenil, independente da sua condição de vulnerabilidade (Silva, 2010).

Além disso, o ECA redireciona as atribuições do Estado, da família e da sociedade ao

destacar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de deixá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Lei nº 8.069/1990, Art. 4º)

O ECA passa a considerar como criança aquele(a) com idade inferior a 12 anos e como adolescente toda pessoa entre 12 e 18 anos. Sobre o ato infracional, não caracterizado como crime, o ECA ressalta que somente crianças e adolescentes são passíveis de cometê-lo, em face às peculiaridades que os cercam. No caso de infração cometida, as crianças são submetidas a medidas protetivas, enquanto os adolescentes são responsabilizados por meio das medidas socioeducativas, tais como: “Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional” (Lei nº 8.069/1990, Art. 112).

Dessa forma, o ECA torna possível a privação de liberdade de adolescentes, a partir dos 12 anos de idade, em estabelecimento educacional, por tempo máximo de três anos. No entanto, para a aplicação da medida socioeducativa, é necessário considerar as características da infração, as circunstâncias sociofamiliares e a gravidade do ato cometido. Além disso, os programas socioeducativos devem respeitar as peculiaridades de cada pessoa em desenvolvimento, bem como assegurar proteção à vida desses jovens e possibilitar que superem sua condição de exclusão por meio da reinserção na sociedade.

Os principais objetivos dessas medidas consistem na ressocialização, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além da promoção da autonomia e emancipação do adolescente autor de atos infracionais. Assim, as medidas têm função pedagógica, mesmo quando se trata da privação de liberdade. As diretrizes do Estatuto preconizam uma série de garantias processuais, dentre elas, destaca-se: a ampla defesa; o devido processo legal; o



princípio do contraditório; a presunção da inocência; a assistência judiciária e a presença dos pais e responsáveis nos procedimentos judiciais (Silva, 2010).

O ECA prevê, também, o rompimento com a lógica da instituição total, predominante nos estabelecimentos correccionais regidos pelo Código de Menores, ao assegurar que os programas socioeducativos devem atuar segundo o princípio da incompletude institucional,<sup>3</sup> articulados aos serviços de saúde, educação, segurança, defesa jurídica, trabalho e profissionalização. As políticas setoriais tornam-se as responsáveis pelo atendimento aos adolescentes (Volpi, 1997).

Todavia, cumprir com os princípios estabelecidos pelo ECA representou um desafio no qual os conceitos legais deveriam ser transpostos para a prática com vistas a sua efetivação. As instituições socioeducativas teriam de priorizar a execução das novas leis voltadas aos adolescentes, considerando as suas peculiaridades e, ao mesmo tempo, distinguindo-se do sistema prisional – tanto no que se refere às instalações físicas quanto na própria dinâmica institucional. O fim proposto é o de oportunizar aos adolescentes uma ressignificação dos seus padrões de socialização (Volpi, 1997).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2010), prevaleciam, em muitas unidades de internação no Brasil, as condições de superlotação, insalubridade, estruturas inadequadas, além de ausência de propostas claras de funcionamento operacional. Ademais, acrescenta-se a gravidade de circunstâncias como tortura física e psicológica, abusos sexuais, maus tratos, isolamento dos adolescentes, incomunicabilidade, humilhação e excesso de medicalização. Assim, apesar dos avanços na legislação, evidencia-se, na prática, a existência de instituições com o modelo de atendimento semelhante ao que existia no SAM: instalações inadequadas e atuação de profissionais baseadas no modelo repressivo e violador de direitos (Zappe et al.,

---

<sup>3</sup> O princípio da incompletude institucional preconiza a necessidade da máxima utilização dos serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes.

2011).

A violência continua fazendo parte do cotidiano de crianças e jovens pobres nesses locais, permanecendo, no século XXI, as situações de maus tratos, de superlotação, torturas e violações nos estabelecimentos. Esse fato expressa que a violência não é uma prática que faz parte apenas do passado (Coimbra & Nascimento 2003). Diante dessa situação, é aprovada, em janeiro de 2012, a lei 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), oriundo de uma construção coletiva realizada por meio de encontros regionais, que envolveram diversos setores do governo e representantes de entidades e operadores do Sistema de Garantia de Direitos. O objetivo foi regulamentar a execução das medidas socioeducativas.

O caráter pedagógico da medida socioeducativa é, então, reafirmado, priorizando as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida), em detrimento às medidas restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). Para aplicação dessas últimas, deve-se obedecer ao caráter de excepcionalidade e brevidade, tendo em vista a estratégia de evitar a tendência crescente de internação dos adolescentes, o que dificulta a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo (CONANDA, 2006).

O SINASE prioriza, também, a municipalização dos programas em meio aberto e a regionalização dos programas de privação de liberdade, a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes, bem como as especificidades culturais. Para isso, considera-se a intersetorialidade e a co-responsabilidade da família, da comunidade e do Estado no compromisso partilhado para avançar na garantia da absoluta prioridade da criança e do adolescente. Em linhas gerais, com as formulações das diretrizes do SINASE, viabilizam-se as condições possíveis para que o adolescente que comete ato infracional deixe de ser considerado como problema e torne-se alvo de políticas públicas (CONANDA, 2006). Nessa perspectiva, o

SINASE reforça ainda mais o caráter protetivo e pedagógico do ECA, sobretudo no que se refere a execução das medidas socioeducativas. Portanto, tais marcos representam significativos avanços em relação aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes (Paiva & Cruz, 2014).

Ao se tornar signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotando a Doutrina de Proteção Integral<sup>4</sup> e a prioridade absoluta ao público infantojuvenil, o Brasil ocupa uma posição de vanguarda e avança em relação a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Paiva & Cruz, 2014). No entanto, não basta o reconhecimento legal dos direitos para que estes se efetivem, isto é, as normativas, por si só, não têm a capacidade de transformar a realidade. Deve-se salientar que a concretização da legislação está relacionada ao contexto econômico, político, social e cultural (Paiva & Cruz, 2014).

Logo, é importante considerar que a realidade brasileira é marcada por desigualdade social e pobreza. Sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, um contingente enorme de crianças e adolescentes é acometido por condições precárias de vida, sem acesso a políticas públicas e garantias mínimas de sobrevivência. “ Na verdade, no país há muitas infâncias e muitas adolescências, cuja história, para grande parte delas é de total invisibilidade e negação” (Paiva & Cruz, 2014, p. 177). Esse cenário é ainda mais agravado com a redução dos investimentos<sup>5</sup> nas políticas de promoção social que tiveram início a partir da década de 1970 e se consolidaram na década de 90 – período de aprovação do ECA.

Cabe destacar que a diminuição de investimentos na área social afeta diretamente

---

<sup>4</sup> De modo geral, a Doutrina de Proteção Integral confere um novo status à criança e ao adolescente a partir da concepção de que estes são sujeitos de direitos e não meros objetos de intervenção (CONANDA, 2006).

<sup>5</sup> A redução de gastos com a política social ocorre por meio da adoção da agenda neoliberal, que visa sobretudo o Estado mínimo e a autorregulação do mercado (Yamamoto & Oliveira, 2010). É nesse cenário que o Estado penal se fortalece e passa a assumir a função de conter os pobres por meio da repressão em escala mais excessiva (Wacquant, 2003).

crianças, adolescentes e jovens pobres, porquanto esse público está submetido a uma série de violações de direitos, a partir da negligência e do abandono estatal, o que denota as expressões mais violentas e terminais da questão social. Nesse contexto, se inserem os adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, os quais convivem com as consequências da questão social e a ineficiência das políticas sociais (Silva, 2010).

Elevado número de adolescentes, nos dois primeiros decênios de suas vidas, está submetida à ausência de escola, de saúde, de cultura, de esporte, de lazer e expostos às negligências, aos abusos e a falta de dignidade. Gera-se uma grande desigualdade social que se chama abandono, violência, descaso, omissão, punição, responsabilização penal e controle sócio-penal. (Silva, 2010, p. 30)

Desse modo, o foco assistencialista e punitivo das políticas sociais evidencia os impasses para a efetivação da prioridade absoluta das políticas para crianças e adolescentes. Diante do Estado mínimo para atender às demandas sociais, o que prevalece é a perpetuação da criminalização da pobreza (Paiva & Cruz, 2014). Nessa esteira, compreende-se que o processo de criminalização da pobreza é resultado das relações econômicas e políticas da sociedade capitalista, em que a repressão estatal cumpre a função de legitimar e manter as relações desiguais. É nesse cenário de acirramento das forças punitivas para controle dos pobres que o sistema socioeducativo é interpretado como reprodutor do controle penal (Baratta, 1999; Nicodemos, 2006).

Nesse sentido, o sistema socioeducativo, assim como o sistema penal, sob mecanismos seletivos e estigmatizantes, aprofunda a desigualdade social. Desse modo, parte-se da Criminologia Crítica (Baratta, 1999; Frassetto, 2006; Nicodemos, 2006; 2007) para discutir o processo de criminalização da pobreza e o efeito estigmatizante da medida socioeducativa, contrapondo a perspectiva ideológica da reeducação/ressocialização.

### 1.5. O processo de criminalização da pobreza

Entende-se que o sistema de responsabilização, assumido pelo Estado, encontra respaldo em algumas teorias sobre o delito. Nesse sentido, a análise crítica do sistema socioeducativo requer uma breve discussão dos saberes científicos que definem o crime e legitimam a punição.

Nicodemos (2007) destaca o pensamento clássico (século XVIII) e o pensamento positivista (século XIX) como duas perspectivas diferentes sobre o delito e a punição que marcaram a história da criminologia. A Escola Clássica, com base no ideário liberal, partia de concepções de igualdade e liberdade para definir o delito como escolha individual, decorrente do mau uso do direito ao livre arbítrio para transgredir as normas sociais. Essas normas, ao serem estabelecidas como pacto social, legitimam a intervenção do Estado, caso sejam descumpridas de forma a colocar a sociedade em risco. Nesse sentido, a pena é compreendida como um mal retribuído a quem escolheu transgredir, servindo para defender a sociedade. Desse modo, o criminoso se trata de um indivíduo livre que, de forma inadequada, optou pela violação da norma penal. Surge, assim, a ideia do homem em conflito com os parâmetros do Estado (Nicodemos, 2007).

Ao contrário da Escola Clássica, a criminologia positivista definia o crime a partir do delinquente. Essa vertente explica o delito com base em causas patológicas e ressalta a anormalidade do criminoso por meio de fatores biológicos e psicológicos. Desse modo, a intervenção por meio do isolamento e tratamento é reafirmada para adaptar o criminoso, além de defender a sociedade da minoria anormal (Baratta, 1999). Segundo Cruz e Silva Júnior (2014), a criminologia positivista e o “campo psi” influenciaram as legislações e as políticas para a criança e o adolescente no Brasil, desde o Código de Menores até o atual sistema de responsabilização. Esses saberes sustentam e justificam as práticas repressivas à população

infantojuvenil como necessárias para combater a criminalidade (Cruz & Silva Júnior, 2014).

A criminologia liberal e positivista traduz o comportamento delituoso de forma individualizante e naturalizam a função da pena. Essas vertentes também reforçam a ideia de neutralidade do saber jurídico, que se limita a explicações causais do crime, sem questionar a construção política e descontextualizada do Direito. Nesse sentido, a criminologia liberal e positivista cumprem a função de legitimar a ordem estabelecida (Paiva & Cruz, 2014).

O “campo psi”, como destacado por Cruz e Silva Júnior (2014), refere-se aos saberes produzidos pela Psicologia e Psiquiatria, que se somaram ao positivismo na concepção patológica do criminoso. Essas áreas do conhecimento psi consolidaram as bases teóricas que legitimaram a classificação e o tratamento dos considerados criminosos, abrindo espaço para as teorias de Lombroso. Este teórico defendia o determinismo biológico rígido como condição para o crime e consideravam o delito como ente natural e hereditário. Logo, a criminalidade restringia-se às características sintomáticas do criminoso que, devido à anomalia, necessitava de tratamento adequado (Baratta, 1999)

Ressalta-se que essa concepção norteava as práticas dos médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e pedagogos que atuaram nos programas de assistência ao “menor” realizando exames e intervenções. A finalidade era identificar as causas da delinquência e diagnosticar personalidades “normais e anormais”. Logo, esses profissionais enquadravam crianças e adolescentes “anormais” em regras morais, sociais, físicas e afetivas.

Nas tentativas de interpretar o comportamento do delinqüente, de enumerar as causas da delinquência, do abandono e da anormalidade, essas ciências exercem um papel importante, sendo, em parte responsáveis pela atribuição das causas individuais a conduta desviante do menor. (Rizzini, 1993, p. 89)

Esses saberes descontextualizados e a-históricos ainda norteiam as avaliações psicossociais que são realizadas em adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Logo,

os problemas sociais são reduzidos ao nível intrapsíquico e é desconsiderado o contexto socioeconômico. Portanto, ao psicologizar os problemas sociais, os adolescentes são corriqueiramente diagnosticados como delinquentes e “tratados” a base da domesticação e adaptação (Cruz & Silva Júnior, 2014).

Nota-se que, ao prever a medida de internação e a avaliação da medida com base em relatórios psicossociais, o ECA sustenta a ideia de periculosidade e não rompe com o ideário positivista criminológico. Desse modo, a criminologia positivista marca o processo de responsabilização do adolescente e repercute na medida privativa de liberdade como função reeducativa e sancionatória (Frasseto, 2006).

Vale ressaltar que a realidade das unidades socioeducativas revela o caráter meramente punitivo das medidas socioeducativas, tendo em vista a precariedade do atendimento e a ausência de projetos políticos pedagógicos. Sobre essa realidade, cabe destacar um relatório fruto de inspeções realizadas por promotores da justiça em todo o país, de março de 2012 a março de 2013, em 88,5% das unidades de internação e semiliberdade do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O relatório aponta que o atendimento socioeducativo nessas unidades está distante do ideal sustentado pela legislação. Ainda persistem, conforme constatado, as semelhanças com presídios, a superlotação, as péssimas condições de higiene e escassas oportunidades de profissionalização e escolarização.

Nesse sentido, existem muito mais semelhanças do que diferenças entre o sistema penal e o sistema socioeducativo. Essas semelhanças refletem a influência do direito penal sob a perspectiva da criminologia liberal e positivista na legislação e nas práticas voltadas ao público infanto-juvenil pobre. Desse modo, o sistema socioeducativo se caracteriza por ser mais um instrumento de controle punitivo (Nicodemos, 2007). Nicodemos (2007) destaca que a base desse sistema é marcada pelo longo processo de criminalização da pobreza e da juventude no Brasil, desde a colonização até o Estado contemporâneo. Para analisar a consolidação desse

processo, o autor destaca a importância da criminologia crítica, ao desvelar o caráter burguês do direito penal e a criminalização de uma determinada classe social.

Antes de discorrer sobre a criminologia crítica, vale ressaltar as contribuições das teorias do *labelling approach*, que se desenvolveram a partir do século XX. Essas teorias se opuseram a concepção patológica e afirmaram a criminalidade como construção social, por meio do etiquetamento de determinadas pessoas (Paiva & Cruz, 2014). Nesse sentido, a criminalidade ocorre por dupla via (criminalização primária e secundária), isto é, se define o que é crime legalmente para, posteriormente, selecionar os sujeitos que serão etiquetados como criminosos. Logo, as teorias do *labelling approach* ressaltam que o rótulo de criminoso possui efeitos estigmatizantes e culminam na consolidação da carreira criminosa (Baratta, 1999). Devido ao efeito do status social atribuído ao criminoso, essas teorias contradizem a dita função reeducativa e ressocializadora da pena ou da medida socioeducativa privativa de liberdade. Ressalta-se que o processo de etiquetamento produz mudanças na identidade social do indivíduo condenado e diminui as chances de reintegração social (Baratta, 1999).

As teorias do *labelling approach* proporcionaram um salto qualitativo na definição de crime como consequência do rótulo atribuído a determinadas pessoas, desconstruindo, assim, a ideia do crime a partir de causas etiológicas. No entanto, essas teorias não aprofundaram a discussão sobre as relações de poder que possibilitam que determinada classe delibere o que é crime e quem deve ser rotulado de criminoso (Carvalho, 2013).

Nessa esteira, a criminologia crítica surge do movimento crítico, que ocorreu ao longo do século XX, contra a compreensão reducionista e ideológica do positivismo e da criminologia liberal sobre o crime e o criminoso. Nesse sentido, a criminologia crítica refuta as explicações idealistas e causais da criminalidade que destacam características inatas dos infratores (Frassetto, 2006). Diferente do positivismo, da Escola Clássica Liberal e das teorias do *labelling approach*, a criminologia crítica parte das macrodeterminações sociais para demarcar os



mecanismos pelos quais determinadas condutas são etiquetadas como crimes. Ressalta-se que a definição de crime remete a um determinado lugar e momento histórico. Nesse sentido, o crime não tem caráter universal, nem mesmo pode ser considerado como categoria ontológica tal como o positivismo apregoava (Frasseto, 2006).

A criminologia crítica denuncia a igualdade e a neutralidade do direito penal, ao considerar a sociedade burguesa como fundada no conflito de interesses entre classes sociais antagônicas. Nessa conjuntura, o Estado cumpre a função de garantir os interesses da burguesia e de manter o sistema de produção desigual. Inserido nessa ordem burguesa, o sistema penal é compreendido como mecanismo para disciplinar, controlar e punir a classe trabalhadora<sup>6</sup> (Baratta, 1999). Nesse sentido, o sistema penal está dirigido para uma determinada classe, logo, as funções ideológicas de imparcialidade da justiça são meramente formais e têm como finalidade ocultar o caráter seletivo da pena (Baratta, 1999).

A criminologia crítica insere o sistema penal – e sua base normativa, direito penal – na disciplina de uma sociedade de classes historicamente determinada e trata de investigar, no discurso penal, as funções ideológicas de proclamar uma igualdade e neutralidade desmentida pela prática. (Batista, 2007, p. 32)

A criminologia crítica aponta que criminalização é um mecanismo a serviço da sociedade de classe para disciplinar as massas que não acessam a riqueza e o consumo. Portanto, o processo de criminalização impõe a aceitação da exploração e da submissão à classe trabalhadora. Assim, o sistema de controle social está a serviço dos interesses de uma determinada classe para manter o sistema desigual (Frasseto, 2006). Nessa esteira, é fundamental compreender o sistema socioeducativo como situado numa sociedade de classes, e não naturalizar suas formas e funções. Desse modo, o processo de elaboração da legislação, sua forma, conteúdo e efeitos devem ser analisados à luz da contradição de classe (Paiva &

---

<sup>6</sup> A classe trabalhadora é composta por aqueles que dispõem apenas da sua força de trabalho para sobreviver, não detendo os meios de produção (Netto & Braz, 2006).

Cruz, 2014).

Segundo Nicodemos (2007), a seletividade revela que o sistema socioeducativo funciona como mecanismo de controle social do Estado, que tem como foco o disciplinamento das classes perversamente excluídas. Inspirado em Baratta (1999), Nicodemos (2006; 2007) ressalta que o processo de criminalização apresenta três níveis, que efetivam o sistema normativo penal a serviço da burguesia, a saber: a elaboração da norma, a aplicação e a execução da pena ou mesmo da medida socioeducativa.

O primeiro nível diz respeito a elaboração normativa do direito com base na ideia de igualdade e defesa do interesse comum da sociedade. Partindo da contradição de classe na sociedade capitalista, o direito torna-se mecanismo para garantir os interesses da classe dominante sob a ideologia de que esses são coletivos. Nesse sentido, “serão protegidos pela norma penal, todos os interesses que assegurem a continuidade do sistema vigente” (Nicodemos, 2007, p. 30).

Desse modo, a norma tutela os bens fundamentais para a manutenção do sistema econômico em detrimento dos bens necessários a vida. É por esse motivo que o roubo, desde as primeiras normas brasileiras, é considerado crime, porquanto atenta contra a propriedade privada. Ao contrário do racismo, que apenas recentemente foi inserido no rol das condutas proibitivas, embora ofenda a dignidade humana (Cruz & Silva Júnior, 2014; Nicodemos, 2007).

Logo, o patrimônio embutido nos atos infracionais mais freqüentes que são praticados pelos juvenis como o roubo, o furto ou mesmo o comércio ilegal de drogas, tem que ser protegido a toda sorte, mesmo que ao sacrifício da vida e da liberdade de milhares de adolescentes. (Nicodemos, 2007, p. 30)

Nota-se que a prioridade absoluta,<sup>7</sup> prevista no ECA como condição do adolescente,

---

<sup>7</sup> A prioridade absoluta diz respeito à primazia sobre a formulação e execução das políticas públicas (CONANDA, 2006).

encontra impasses no próprio sistema econômico, em que a prioridade é a proteção da propriedade privada, mesmo que seja assegurada à base de exploração, de pobreza e coloque em risco os direitos das crianças e dos adolescentes.

O segundo nível da criminalização refere-se à aplicação da norma jurídica quando o Estado, de forma mais concreta, contradiz o princípio da igualdade. Logo, a pena ou mesmo a medida socioeducativa é aplicada seletivamente. Portanto, não é à toa que os presídios, assim como as unidades socioeducativas, têm um público alvo definido (Nicodemos, 2007). Assim, como afirma Alessandro Baratta (1999):

O processo de criminalização, condicionado pela posição de classe do autor e influenciado pela situação deste no mercado de trabalho (desocupação, subocupação) e por defeitos de socialização (família, escola) concentraria as chances de criminalização no subproletariado e nos marginalizados sociais, em geral. (p. 15)

Logo, compreende-se que a aplicação da medida socioeducativa depende da posição de classe do adolescente. Nesse sentido, cabe destacar que, segundo a pesquisa desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012), a maioria dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação são negros (mais de 60%), não frequentavam escolas antes da internação (57%) e não trabalhavam (49%). Dessa forma, o CNJ concluiu que, ao cometerem o ato infracional, os adolescentes conviviam com uma série de vulnerabilidades, entre elas a defasagem escolar, uso de drogas (75%) e a pobreza extrema.

Nota-se que o sistema socioeducativo é direcionado para uma determinada população: jovens, negros e pobres. Desse modo, o caráter classista que baseava o Código de Menores, apesar de ter sido abandonado pelo ECA, ainda não foi superado na prática. Portanto, a ideia de neutralidade e igualdade da justiça juvenil oculta a seletividade do sistema socioeducativo (Cruz & Silva Júnior, 2014).

O terceiro nível do processo de criminalização está relacionado à execução da medida

socioeducativa, sobretudo a medida de internação, que estigmatiza ainda mais o seu público. Logo, os efeitos aflitivos da privação de liberdade somados ao rótulo de infrator, proporcionam o efeito contrário a reeducação ou ressocialização ao adolescente (Frasseto, 2006). Ao impor um único destino possível ao adolescente, rotulado de “criminoso, bandido, menor, delinquente”, nega-se, de forma antecipada, diversas outras formas de viver. Nessa esteira, a estigmatização reduz as possibilidades de ser e aprisiona o adolescente à imagem de perigoso (Paiva & Cruz, 2014)

No entanto, cabe ressaltar que essa não é uma visão fatalista sobre o adolescente que cumpre medida de internação. Apenas chama a atenção para a diminuição significativa de acesso à educação formal, profissionalização e cultura ao adolescente etiquetado de infrator. Nesse sentido, a privação de liberdade produz estigmatização e reduz as possibilidades de ressocialização (Paiva & Cruz, 2014).

Ressalta-se que, além da estigmatização, o processo de criminalização, no limite, desemboca no extermínio da juventude negra e pobre, bem como no encarceramento massivo. Logo, cabe destacar os dados do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014) sobre o aumento de 32,4%, de 2012 para 2014, do número de homicídios contra jovens negros. Além da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), que constatou que, dos 15 mil jovens cumprindo medida de internação em 2013, apenas 3,2 mil (21,3%) cometeram infrações consideradas graves. Esses dados representam a aplicação da medida de internação de forma arbitrária, quando deveria ser excepcional e exclusivamente para casos considerados graves.

Essas são as formas mais visíveis de um processo que é fomentado desde a determinação política do que é considerado crime e até mesmo de quem é rotulado como criminoso. Desse modo, os adolescentes pobres são alvos da ação punitiva do Estado, ou são até mesmo descartáveis, numa sociedade em que 57% da população afirma que “bandido bom é bandido

morto” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha, 2016).

É nessa conjuntura que o ECA, na prática, não rompe com o caráter classista e punitivo, embora tenha avançado em relação ao conteúdo protetivo da criança e do adolescente. Isso porque o recorte classista encontra raiz na própria ordem societária desigual que criminaliza historicamente a pobreza (Cruz & Silva Júnior, 2014). Por esse motivo, a seletividade e a estigmatização do sistema socioeducativo apontam para o limite de uma perspectiva que reforça a desigualdade social e mantém a criminalização. Logo, se tornam urgentes políticas que visem transformações sociais radicais, pautadas na igualdade, justiça e democracia reais. O que necessariamente implica a superação da contradição de classes (Baratta, 1999; Cruz & Silva Júnior, 2014).

No entanto, a conjuntura atual tem sido marcada pelo conservadorismo e o incremento das forças punitivas. Nesse cenário, o ECA tem se tornado alvo de intensas críticas e disputas políticas. A partir de interpretações equivocadas e rasas, o ECA é apontado como legislação que garante impunidade ao adolescente. Logo, alterações na Constituição são propostas a fim de torná-la mais repressiva. Essa onda conservadora e punitiva tem ganhado espaço numa conjuntura em que o Estado Penal tem se tornado máximo, em contrapartida ao Estado social cada vez mais reduzido. Desse modo, o acirramento das funções penais, somado à campanha midiática em torno do recrudescimento penal, favorece o apoio a propostas como a redução da idade penal.

Defendida veementemente como solução para a violência, a redução da idade penal representa o retrocesso dos direitos arduamente conquistados e revela mais uma faceta do longo processo de criminalização da pobreza em curso no Brasil (Nicodemos, 2007). Portanto, a proposta de reduzir a idade de imputabilidade penal reduz os direitos e as oportunidades de crianças e adolescentes que, devido a condição de pobreza, são invisíveis e descartáveis num sistema em que a mercadoria vale mais do que as pessoas.

## **Capítulo 2: Redução da idade penal e a propagação do discurso criminológico midiático**

Para discutir a redução da idade penal, é imprescindível demarcar que o clamor punitivo faz parte de um contexto em que o Estado tem se tornado mínimo quanto ao atendimento às demandas sociais, numa conjuntura em que a pobreza e o desemprego assolam o país, marcado historicamente pela desigualdade social. Em contrapartida, o Estado tem investido no aparelhamento das suas forças repressivas e, desse modo, transforma-se cada vez mais em Estado Penal. Nesse cenário, os representantes políticos e a mídia vêm disputando a aprovação de diversas propostas que visam o aumento da punição, dentre elas a redução da idade penal.

### **2.1. O recrudescimento penal no capitalismo mundial**

A proposta de redução da idade penal ocorre no contexto em que alguns países capitalistas têm investido em políticas cada vez mais repressivas, em detrimento das políticas sociais. Tal conjuntura é marcada pelo retrocesso dos direitos conquistados, como resultado da adoção da agenda neoliberal, o corte com os gastos públicos e o controle penal dos pobres. Nesse sentido, compreende-se que os “interesses políticos e econômicos estão absolutamente imbricados no conjunto de mudanças que envolvem desde sanções de leis mais punitivas, até uma agressiva tarefa policial” (Kilduff, 2010, p. 247).

De acordo com Wacquant (2003), a investida neoliberal foi responsável pelo deslocamento do orçamento das políticas sociais para o investimento em políticas repressivas e punitivas. Esse processo desencadeou a refração do Estado Social e a hipertrofia do Estado Penal, como resultado da reação política de governos conservadores nos Estados Unidos. Wacquant (2003) aponta que o processo de construção do Estado Penal é fomentado pelo

agravamento das desigualdades sociais e a insegurança econômica. As consequências do esfacelamento das políticas sociais refletem o número cada vez maior de pessoas em condições precárias de sobrevivência. É nesse cenário que o Estado Penal se fortalece e passa a assumir a função de conter os pobres, por meio da repressão em escala excessiva (Wacquant, 2003).

Ao analisar o deslocamento de investimentos em políticas sociais, para as políticas punitivistas nos Estados Unidos, na década de 90, Wacquant (2003) afirma que o Estado Penal se fortalece e passa a assumir a função de conter os pobres por meio da repressão. Esse controle se realiza por intermédio da vigilância e perseguição às classes consideradas perigosas, adotando condicionalidades obrigatórias para acessar a assistência social e a penalização com a suspensão dos benefícios socioassistenciais. Outra forma que o Estado Penal assume é o encarceramento massivo e sistemático dos pobres, o que culminou no aumento da população carcerária nos Estados Unidos, em 1991, formada majoritariamente por negros e pobres (Wacquant, 2003).

Foi nesse contexto em que as políticas criminais cada vez mais repressivas foram transpostas para a América Latina como políticas exitosas no controle penal da miséria. Logo, a adoção da punição para o enfrentamento da pobreza também resultou no encarceramento massivo no Brasil, que chega a ocupar a quarta posição no ranking dos países com a maior população carcerária do mundo ou a terceira posição, se considerarmos as prisões domiciliares (Batista, 2015; Kilduff, 2010).

Para compreender o aumento da população carcerária, é válido salientar a função do cárcere no modo de produção capitalista. Durante o início do desenvolvimento do capitalismo, a prisão servia para explorar a mão de obra dos camponeses e transformá-los em operários. A função reeducativa da prisão estava associada à disciplina e ao adestramento, voltados à capacitação dos trabalhadores, devido à necessidade da burguesia pressionar o trabalhador a se submeter ao trabalho precário. Além disso, as prisões proporcionavam à burguesia a exploração

da mão de obra sem o pagamento do salário, o que representou alta lucratividade (Kilduff, 2010).

A fase atual do capitalismo é marcada pela tendência ao incremento da população excedente, marcada pelo desemprego e subemprego, bem como pela exploração intensificada da mão da força de trabalho. Esses são os elementos estruturais que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo. Nesse cenário, a função do cárcere se modifica, ao passo que a função reeducativa não mais justifica a necessidade do sistema prisional (Kilduff, 2010).

O desemprego estrutural proporciona relações cada vez mais precárias de trabalho (salários baixos, flexibilização e alta rotatividade) e, como não há emprego, nem necessidade de reeducar a classe trabalhadora, o cárcere se apresenta tão somente como local de extermínio, confinamento e neutralização da população desempregada. No entanto, o controle e o castigo da classe trabalhadora que ameaça a propriedade privada se mantêm como função primordial do sistema prisional (Kilduff, 2010).

Atualmente, com o alto custo para manter o encarceramento massivo, o governo norte-americano passou a apelar para o setor privado. A recorrência a esse setor para manutenção dos presídios tem sido uma tendência nos países capitalistas. Nesse sentido, a prisão tem se tornado fonte lucrativa para o capital à medida que a privatização se constitui solução para a superlotação e a precariedade do sistema prisional. Desse modo, empresas privadas e os setores de bens e serviços passaram a construir e administrar as prisões. Logo, o encarceramento privado tornou-se mais um nicho lucrativo a ser explorado e, assim, mais uma forma de contribuir com a acumulação do capital (Kilduff, 2010).

Vale ressaltar que o Brasil se destaca mundialmente pelas diversas violações de direitos humanos nos presídios e pelo déficit de mais de 200 mil vagas no sistema prisional. É nesse contexto que a privatização dos presídios tem sido apontada como solução para a precariedade desse sistema. Nessa esteira, compreende-se que a proposta de redução da idade penal corrobora



com essa necessidade de privatização, porquanto também se justifica pelo sucateamento e desresponsabilização do Estado (Ferraz, 2015).

Como afirma Ferraz (2015), na reportagem da Revista Carta Capital, a proposta de redução da idade penal vem sendo discutida, no Brasil, junto com as discussões sobre privatização dos presídios, guerra às drogas e a alteração da lei do desarmamento. O contexto em que se discute a PEC representa o quanto a redução da idade penal está ligada a interesses políticos e econômicos. Segundo a autora, os deputados que votaram a favor da PEC 171/93 receberam financiamento de empresas de segurança privada e, por esse motivo, também apoiam a privatização dos presídios. Portanto, a aprovação da redução da idade penal também corresponde à lógica perversa do capital. Assim, o aprisionamento cada vez mais cedo se torna mais uma fonte de lucro e acumulação capitalista.

É nesse contexto de acirramento da punição nos países capitalistas que propostas como a redução da idade penal são apresentadas como solução para a violência. Tal proposta representa um forte indício da tentativa de retrocesso e negação da proteção à adolescência pobre e negra. Desse modo, é oferecida ao adolescente a punição como única via possível para conter a violência. Essa lógica punitiva é inculcada na sociedade pela mídia e corresponde ao ideal neoliberal, que reduz gastos com políticas sociais, mas amplia investimento na política criminal e fomenta a cultura da responsabilidade individual.

Nesse sentido, o clamor punitivo vai ao encontro da lógica mercadológica e, por este motivo, assistimos, além da naturalização da punição, a propaganda midiática em prol da redução da idade penal. Como bem descreve Batista (2015, p. 30), “assistimos à passagem da resistência à truculência do poder punitivo à sua naturalização e, mais grave, ao seu aplauso”. Portanto, a proposta de redução da idade penal é um indício do quanto a punição tem sido aclamada como panaceia para todos os males. Esse cenário corrobora com a cultura punitiva e autoritária que se faz presente no país desde a sua colonização e escravidão. Essa cultura ainda

é propalada pela mídia sensacionalista e por políticos que propõem o aprisionamento, negligenciando a importância das políticas públicas na prevenção da criminalidade (CFP, 2013).

É nessa conjuntura que, além da proposta de redução da idade penal, diversos Projetos de Lei (PL) se propõem a modificar o ECA. Desse modo, em 2015, foi aprovado no Senado Federal o PL 333/15, que aumenta o tempo de internação para até dez anos e, em 2016, foi aprovado na Câmara dos Deputados o PL 7.553/14, que permite a divulgação de imagens de crianças e adolescentes suspeitos de ato infracional.<sup>1</sup>

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), a aprovação dessas medidas aponta o cenário conservador e punitivo que vem se instaurando no país. Marcado pelo discurso de ódio e pela vingança, tais medidas têm como foco a população pobre e negra, em franca expressão racista e com filtro de classe. A essa população, o Estado pune duplamente, por meio da negação de direitos e do encarceramento. A seletividade do sistema socioeducativo e prisional expressa, de forma evidente, o alvo ou objetos a que se dirigem os presídios e/ou os ditos “estabelecimentos socioeducativos”.

## **2.2. Para além da redução da idade penal**

A definição da idade de imputabilidade penal, no Brasil, se baseia nas orientações da Convenção Internacional sobre os Direitos à Criança (CDC, 1989), que representou um marco fundamental para a garantia de direitos à população infantojuvenil. Esse documento profere um rol de direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais e, ainda, enuncia as disposições para sua concretização. No entanto, para que as diretrizes e os princípios sejam efetivamente assegurados à criança e ao adolescente, é necessário que cada país se torne signatário da

---

<sup>1</sup> Atualmente, essas medidas encontram-se em tramitação, aguardando as demais deliberações no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Convenção e adequa as suas legislações internas (Nogueira, 2007).

Em relação a idade de imputabilidade penal, a CDC considera criança toda pessoa menor de 18 anos, mas permite certa flexibilização das leis nacionais quanto à delimitação da maioridade penal. Nesse sentido, a CDC considera os 18 anos como idade adequada para imputação penal, no entanto, permite certas alterações. Segundo Nogueira (2007), isso ocorre devido ao caráter vago que foi adotado pela CDC para facilitar a ratificação da maioria dos países do mundo. Dessa forma, a CDC não enuncia a idade que deve ser adotada por cada país signatário da Convenção, que podem até mesmo definir a imputabilidade penal abaixo dos 18 anos de idade. Assim, não há universalidade na definição da idade penal.

Desse modo, os países variam em relação ao estabelecimento da idade de imputabilidade penal. Por exemplo, a Alemanha e a Espanha, recentemente, fixaram a idade penal aos 18 anos, mas já haviam adotado aos 14 e 16 anos. Portugal delimitou a idade penal aos 10 anos e, a partir do código penal de 1982, mudou para os 16 anos (Nogueira, 2007). No Brasil, os Códigos Penais adotaram idades diferentes em relação à maioridade penal. Durante o Código Criminal do Império (1830), a idade de imputabilidade penal ficou definida a partir dos 14 anos. Já no Código Penal (1890), reduziu-se para os 9 anos. Em seguida, o Código de Menores elevou a idade penal para os 14 anos e submeteu os maiores de 14 e menores de 18 anos à internação nos estabelecimentos correccionais (Soares, 2003).

A intervenção ante a criança e o adolescente que cometia algum tipo de crime se baseava na noção de discernimento. Desse modo, os parâmetros que definiam a penalização desses sujeitos eram os mesmos adotados para o julgamento dos considerados “loucos”, não havendo nenhum tipo de diferenciação entre eles (Rizzini, 2008). De modo geral, acreditava-se que a criança e o adolescente não tinham discernimento dos seus atos e, por isso, eram considerados incapazes de serem responsabilizados ou culpabilizados. Desse modo, a população infantojuvenil era considerada inimputável e lhes era aplicada a medida de segurança, assim

como para os adultos que possuíam algum grau de deficiência ou doença mental. Restava a esses sujeitos o recolhimento nas casas de custódia por tempo indeterminado (Frasseto, 2007).

Tal mecanismo era justificado com base na ideia de periculosidade, que considerava que esses sujeitos desconheciam o caráter ilícito dos seus atos e, conseqüentemente, poderiam reincidir. Além disso, sustentava a noção do isolamento no manicômio como algo benéfico, um espaço que possibilitava o tratamento e a prevenção da criminalidade. Nesse sentido, a criança, o adolescente e o louco eram submetidos a um sistema de controle que não previa nenhum tipo de garantia de defesa, visto que o caráter terapêutico e preventivo legitimava a intervenção do Estado (Frasseto, 2007).

A concepção de incapacidade das crianças e dos adolescentes só foi rompida a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), que previu que o adolescente poderia ser responsabilizado pelos seus atos, a partir de um sistema especial de justiça que preconizasse as garantias processuais. Essa nova compreensão foi ratificada pelo Brasil, em 1990, e resultou numa forma específica de resposta do Estado frente à prática do ato infracional (Frasseto, 2007).

Nesse contexto, a Constituição Federal adotou os 18 anos como idade de imputabilidade penal, sobretudo no artigo 228, que determina aos menores de 18 anos a sujeição à legislação especial. Desse modo, o ECA assegura a responsabilização do adolescente a partir das medidas socioeducativas. O critério para definir os 18 anos como idade de imputação penal no Brasil, de acordo com Sankiewicz (2007), foi adotado segundo o critério biológico, ao considerar que o adolescente não possui a capacidade plena de compreender o caráter ilícito dos seus atos. Já Valença, Lima e Paiva (2014) ressaltam que o estabelecimento da maioridade penal se funda não exclusivamente no critério biológico, mas também nos diversos aspectos que perpassam a fase de desenvolvimento da adolescência. Nessa esteira, o Conselho Federal de Psicologia (2013) também destaca que a garantia constitucional que estabelece os 18 anos como idade penal não se reduz a capacidade de discernimento, mas perpassa às peculiaridades da condição

de desenvolvimento do adolescente, além das dimensões políticas, econômicas e sociais que interferem nesta fase.

Cabe destacar, ainda, que não existe uma “maioridade absoluta” no Brasil. As legislações consideram faixas etárias diferenciadas para a concessão de direitos e deveres. Por exemplo, a partir de 14 anos é permitido ao adolescente o exercício do trabalho (a depender das condições). Aos 16 anos, é facultado o direito ao voto, aos 18 anos, é possível se candidatar a vereador e, aos 21 anos, é permitido ser eleito deputado e prefeito. Portanto, a determinação da idade penal é também uma decisão política, que vai além do critério de capacidade subjetiva do adolescente (Sankiewicz, 2007).

Para o CFP (2013), o critério de fixação da imputabilidade penal expressa a forma como a sociedade lida com conflitos e com a juventude. Nesse sentido, o critério é social, político e cultural. Portanto, implica a eleição da lógica repressiva ou educativa diante da juventude. O Brasil, ao ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança e assegurar um rol de direitos à criança e ao adolescente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, assume o caráter protetivo, educativo e sancionatório em relação ao adolescente que comete ato infracional.

No entanto, como discutido no capítulo anterior, a efetivação dos direitos da população infantojuvenil está longe de ser cumprida em sua totalidade. A lógica punitiva e a adoção da agenda neoliberal enfraquecem a consolidação dos direitos reafirmados na Constituição. Corroborando com esses impasses, surge um movimento de origem conservadora que tem ganhado força com a campanha midiática e o estabelecimento do Estado Penal. Nesse contexto, propostas que preveem o acirramento da punição, tais como a redução da idade penal e o aumento do tempo de internação, têm feito parte da agenda política e midiática.

Vale ressaltar que tentativas de alteração do ECA e da Constituição, no que se refere a idade de imputabilidade penal, são realizadas desde 1993. A primeira PEC referente à redução da maioridade penal foi formulada pelo deputado Benedito Domingos (PP/DF), que propôs a

consideração da imputabilidade penal ao maior de 16 anos de idade (PEC 171/93). Além dessa proposta, mais trinta PECs foram criadas objetivando rebaixar a maioridade penal para 16, 14 e até 12 anos de idade.<sup>2</sup>

Recentemente, a proposta de reduzir a idade penal foi recolocada em pauta nas discussões da Câmara dos Deputados e durante diversos debates realizados pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. A PEC 171/93 foi considerada constitucional e colocada em votação no dia 2 de julho de 2015. Com 323 votos favoráveis e 155 contrários, foi aprovado o texto substituto da proposta, que prevê a aplicação da medida para casos considerados hediondos (sequestro, estupro, lesão corporal seguida de morte, homicídio doloso, entre outros). Atualmente, essa proposta encontra-se em tramitação no Senado, aguardando as próximas deliberações.

Cabe ressaltar que os argumentos que embasam as propostas são diversos, entre eles, a alegação de que o adolescente tem discernimento para votar e, consequentemente, para compreender o caráter lesivo dos seus atos, o que o obriga a respondê-los na esfera penal, e a alegação de que o ECA não pune os adolescentes e, por isso, os mesmos cometem atos infracionais (Campos, 2009).

Segundo o autor da PEC 171/93,

o critério adotado para essa avaliação atualmente é o biológico [...] O menor de dezoito anos, considerado irresponsável e, consequentemente, inimputável, sob o prisma do ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940, quando foi editado o Estatuto Criminal, possuía um desenvolvimento mental inferior aos jovens de hoje da mesma idade [...] é notório, até ao menos atento observador, que o acesso destes à informação – nem sempre de boa qualidade – é infinitamente superior àqueles de 1940, fonte inspiradora natural dos legisladores para a fixação penal em dezoito anos. (p. 23063)

Percebe-se que o autor da PEC 171/93 assegura que o critério adotado para consideração

---

<sup>2</sup> A maioria delas foram apensadas à PEC 171/93 durante o processo de votação na Câmara Federal, no primeiro semestre de 2015.

da imputabilidade a partir dos 18 anos ocorre, exclusivamente, pelo elemento biológico. Por esse motivo, afirma que tal critério tornou-se ultrapassado, devido ao acesso às informações conferido pelo incremento tecnológico. Para o ex-deputado, tais mudanças possibilitaram o amadurecimento do adolescente. Portanto, reafirma a necessidade de redução da idade de imputabilidade penal, visto que o adolescente adquirira a capacidade de entender seus atos (Valença et al., 2014).

No entanto, o elemento biológico não é o único que respalda a definição da idade penal. O que está em jogo ao se defender a idade de imputabilidade penal não é a capacidade de compreensão do adolescente, mas a sua condição peculiar de desenvolvimento. Durante esta fase, o adolescente está em formação de valores, opiniões, escolhas para o futuro e etc. É um momento de ampliação das suas experiências. Desse modo, o adolescente vai se formando e se constituindo por meio das mediações sociais e culturais, situado historicamente. Nesse sentido, o Estado deve assegurar os direitos fundamentais para que o adolescente tenha acesso à educação, saúde, assistência social, cultura, lazer e profissionalização (CFP, 2013; Valença et al., 2014).

A ressalva que o ex-deputado Benedito Domingos faz em relação ao amadurecimento do adolescente, devido às mudanças tecnológicas, desconsidera a diversidade de infâncias e adolescências e parte da premissa de que todos possuem as mesmas condições de acesso tecnológico e desfrutam igualmente das mesmas oportunidades de comunicação e educação. Não se observa a desigualdade social que afeta crianças e adolescentes que não tem nem mesmo os seus direitos fundamentais garantidos.

O autor da PEC 171/93 ainda afirma:

o noticiário da imprensa diariamente publica que a maioria dos crimes de assalto, de roubo, de estupro, de assassinato e de latrocínio, são praticados por menores de dezoito anos, quase sempre, aliciados por adultos. Com isto, o que está ocorrendo é o aumento considerável da criminalidade por parte de menores de dezoito anos de idade que

delinquem. (p. 23063)

Nota-se que não existe fundamentação técnica e objetiva que justifique que os adolescentes são responsáveis pelo aumento da criminalidade (Valença et al., 2014). Vale ressaltar que as pesquisas contrariam tal argumento, ao apontar que houve uma diminuição dos atos infracionais entre 2002 e 2011, segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2011). Nesse período, foi constatado que os casos de homicídios cometidos por adolescentes reduziram de 14,9% para 8,4%; os casos de latrocínios reduziram de 5,5% para 1,9%; e os casos de estupro tiveram uma redução de 3,3% para 1%.

Sobre esse aspecto, o CFP (2013) também destaca o estudo realizado pela ONU, denominado *Crime Trends*, trazendo um dado relevante sobre a incidência de atos infracionais: a média mundial de participação dos jovens nos crimes é de 11,6%, enquanto no Brasil essa taxa está abaixo dos 10%. Logo, os jovens no Brasil cometem menos atos infracionais quando comparados com a média mundial.

Nota-se também que, ao afirmar o aumento da criminalidade, o ex-deputado Benedito Domingos se baseia meramente nas notícias da mídia que, de forma sensacionalista, recorrentemente expõe o ato infracional, dando a impressão de que os adolescentes são responsáveis pelo aumento da violência. Com base nesses dados, é possível refutar a culpabilização dos adolescentes, visto que a argumentação é falaciosa, porquanto não encontra respaldo nas pesquisas (Valença et al., 2014).

Para finalizar a análise da PEC 171/93, destaca-se alguns trechos que representam a base da argumentação:

no Velho Testamento, o profeta Ezequiel nos dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal. Não se cogita nem sequer de idade: “A alma que pecar, essa morrerá (Ez, 18)”. A partir da capacidade de cometer o erro, de violar a lei surge a implicação: pode também receber a admoestação proporcional ao delito – o castigo. Enquanto não se ajuda o jovem com mais de dezesseis anos a entender a vida como ela



realmente é, dando-lhe oportunidade de discernir o que é a liberdade de conduta e a disciplinar os seus limites a prostituição infantil continuará prosperando, os filhos da delinquência continuarão a ser uma realidade crescente. (p. 23063)

Logo, o caráter moralista e religioso é escancarado, sem nenhuma tentativa de ocultamento. Como afirmam Valença et al. (2014, p. 63): “vê-se o moralismo e o sectarismo que fundaram o Código de Menores aflorarem sem pudores”. Desse modo, o fundamento de tal proposta é a velha concepção menorista que, a partir da moralização da situação irregular, levava os adolescentes pobres a serem massivamente internados sem nenhum tipo de garantia de defesa, visando apenas o castigo. Nota-se que o versículo da Bíblia é citado para defender que o tratamento reservado para os ditos “menores” deve ser à base do castigo, com a finalidade de corrigi-los. Logo, atinge-se a laicidade do Estado e desrespeita-se o rol de garantias arduamente conquistado para essa população (Valença et al., 2014).

Sob os argumentos falaciosos sustentados pelo moralismo e pelos interesses econômicos, a PEC 171/93 foi aprovada. A principal alegação dos deputados favoráveis à PEC 171/93 diz respeito ao clamor da sociedade pela diminuição da idade penal. Acredita-se que essa medida responde à sociedade que clama pelo endurecimento das leis. Pesquisas de opinião pública reafirmam esse clamor social, como a realizada pelo Datafolha (2013), que destacou que 87% da população é favorável à redução da idade penal de 18 para 16 anos.

Desse modo, negou-se a importância do debate público fundamentado em pesquisas sobre o perfil do adolescente que cumpre medida socioeducativa, as condições das unidades socioeducativas, a taxa de reincidência, entre outras. De modo geral, desconsiderou-se a diversidade da juventude e a seletividade do sistema penal e socioeducativo. Nem mesmo foi ponderado se a adoção dessa medida reduziria a violência. Portanto, uma proposta drástica, que tem repercussão direta na sociedade, foi aprovada sem análises e sem diálogos suficientes. Bastou tão somente a bíblia para argumentar e justificar o castigo.

Ao propor a redução da maioria penal e diversas outras medidas punitivas, a sociedade e o Estado se colocam na contramão das suas responsabilidades, não levando em consideração as condições de vida dos adolescentes, ao mesmo tempo em que, conforme observa Lemos (2013, p. 29), negligenciam o fato de que “cárcere produz mais cárcere e dor, mais vingança e ressentimento. Encarcerar adolescentes cada vez mais cedo ou por mais tempo é a reação do fracasso de uma sociedade em proteger e garantir os direitos fundamentais”.

Em relação aos estudos sobre adolescentes autores de atos infracionais, destaca-se a pesquisa realizada por Sousa et al. (2013), sobre *O perfil de adolescentes autores de atos infracionais atendidos pelo sistema socioeducativo de Goiás*, a qual concluiu que os adolescentes pertencem a famílias de baixa renda, com a presença de pais e filhos no mercado informal, sem vínculos empregatícios e a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho. Destacou-se também a incidência de evasão escolar e do uso de drogas entre os adolescentes. O tipo de infração predominantemente cometida pelos adolescentes atendidos foi de cunho patrimonial, como roubos e furtos. Diante disso, foi sublinhado que a violência e a criminalidade possuem determinações relacionadas a desigualdade social, ao baixo nível de escolaridade, ao baixo poder aquisitivo e à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Portanto, considera-se que os atos cometidos por adolescentes representam falhas nas políticas sociais básicas, no lazer, na escola, no Estado e na sociedade.

Vale a pena chamar atenção para a observação de Sousa et al. (2013) a respeito das conclusões do seu estudo, tendo em vista que o mesmo não pretende associar pobreza e criminalidade, considerando-se que as infrações estão presentes nas mais diversas classes sociais, entretanto, os encaminhamentos jurídicos destinados aos adolescentes negros e pobres são diferenciados, como discutido no primeiro capítulo. Esses adolescentes representam uma parcela da população que é chamada de “menor”, termo pejorativo, alvo de preconceito e estigma, utilizado por grupos sociais que insistem em encarcerar cada vez mais os adolescentes

de periferias urbanas. São adolescentes com baixa escolaridade, em sua maioria negros e pobres, inseridos em famílias culpabilizadas pelas condições de vida presentes em um país marcado pela desigualdade socioeconômica (Lemos, 2013).

A redução da idade penal visa reduzir os direitos desses adolescentes, que são apontados como responsáveis pela violência diariamente pela mídia. De forma exaustiva, a mídia divulga notícias em que adolescentes são acusados de atos infracionais, seguidas da afirmação da necessidade de redução da idade penal (Valença et al., 2014). Nesse sentido, é fundamental discutir a contribuição da mídia para a aprovação da redução da idade penal. Ademais, deve-se compreender a função da mídia e as estratégias utilizadas pela televisão para alcançar audiência. Dentre essas estratégias, destaca-se o sensacionalismo e a espetacularização das notícias, empregadas, sobretudo, pelo jornalismo policial na propagação do discurso punitivista.

### **2.3. Desenvolvimento da televisão e as funções da mídia na atualidade**

Ao discorrer sobre mídia, é importante considerar as suas diversas expressões, tais como a mídia televisiva, escrita, cinematográfica, propaganda, jornalismo, entre outros. No entanto, será abordada de forma mais enfática a expressão televisiva da mídia, tendo em vista o seu alcance em maior escala na sociedade brasileira. Vale ressaltar que a abrangência desse meio de comunicação ocorreu a partir da queda do valor do aparelho de televisão, como aponta Sérgio Mattos (2002), em seu livro intitulado *A história da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política*.

Ao destacar as fases de desenvolvimento da televisão no Brasil, considerando o contexto socioeconômico e cultural, o autor denomina de fase elitista da TV, o período que se estende entre 1950-1964. Nesse período, apenas a elite tinha acesso à compra dos aparelhos de TV, devido ao alto custo no mercado. O autor usa a expressão “brinquedo de luxo das elites” (p.

145) do país para exemplificar o acesso restrito a esses aparelhos, sobretudo nos dois primeiros anos de sua implantação. Na época, o custo de uma TV equivalia a um valor um pouco menor que o de um carro.

Com a instalação de aparelhos de televisão nas praças e com uma campanha publicitária voltada a estimular a compra desses aparelhos, num momento em que o Brasil vivia a fase monopolista do capitalismo, o acesso à televisão deixou de ser estritamente elitista. Esse cenário favoreceu a transmissão, na TV Tupi, da primeira telenovela, em 1951, intitulada *Sua Vida Me Pertence*, que ia ao ar duas vezes por semana devido às condições ainda precárias da sua produção. Já o primeiro telejornal da televisão brasileira que foi ao ar, em 1954, detinha o nome do seu patrocinador: *Repórter Esso*.

Ingressou-se, assim, na chamada fase populista da televisão no Brasil, mais especificamente durante os anos 1964-1975. Naquele período, o golpe militar afetava diretamente os meios de comunicação, que eram submetidos ao controle da censura. A autorização das concessões por parte do governo seguia o rumo esperado: a permissão era dada aos canais que o apoiavam. Desse modo, o governo exercia controle direto sobre os meios de comunicação, criando, inclusive, agências reguladoras, como foi o caso do Ministério da Comunicação, cujo objetivo era o de intervir no conteúdo veiculado sob a justificativa de que realizava apenas um controle técnico.

Esse período foi marcado, também, pelo ideal de desenvolvimento econômico do governo militar, que investia na industrialização baseada no capital externo e na tecnologia importada. Os meios de comunicação tornavam-se, assim, um dos principais difusores da produção de bens, enquanto a televisão tornou-se o símbolo do desenvolvimento e da modernização do país. Por conta disso, houve aumento da produção de aparelhos de televisão e a queda no valor do produto, atraindo a compra desses aparelhos. Para conquistar a nova audiência que se formava devido as classes populares terem alcançado o poder de compra dos

aparelhos de televisão, os conteúdos das programações também se tornaram populares, priorizando o entretenimento por meio dos shows de auditórios e das telenovelas. Ainda nesse período, foi construída a Rede Nacional de Televisão, da Embratel, que proporcionou o suporte necessário para que os programas alcançassem grande parte do território nacional.

Na fase seguinte, entre 1975-1985, o acesso aos aparelhos foi cada vez mais facilitado, com a queda dos valores do produto por meio do desenvolvimento tecnológico. Nesse período, o censo nacional constatou que, em 1980, 55% das residências possuíam aparelhos de televisão. As telenovelas eram as responsáveis por boa parte das programações e arregimentavam grandes massas, principalmente com o incentivo do governo à nacionalização dos programas. O final desse período é marcado pela suspensão da censura prévia aos noticiários e à programação da televisão. Além disso, a campanha política pelas eleições diretas marca também o final desse período, dando início à fase seguinte de transição e expansão nacional, entre 1985-1990.

A Nova República passa a utilizar a mídia de forma semelhante ao regime militar, com a finalidade de obter respaldo popular. Nessa fase, as principais mudanças que marcam o setor da comunicação referem-se, sobretudo, à promulgação da nova Constituição, na qual passa a constar, no Capítulo V, texto específico sobre a Comunicação Social. A legislação, então, impede a restrição da manifestação do pensamento, além de vedar, totalmente, a censura e o monopólio/oligopólio nos meios de comunicação. Ainda, são estabelecidas normas que regulamentam a programação das emissoras de rádio e televisão, que devem priorizar programas com finalidades educativas, que promovam a cultura regional e nacional. Na nova Carta, também constam as normas às concessões, permissões e autorizações para utilização de canais de rádio ou televisão. Apesar dessas preconizações, houve um número alto de concessões realizadas pelo governo.

A fase seguinte, entre 1990-2000, denominada de fase da globalização e da TV paga, foi marcada pela busca da modernidade e redemocratização do país. Durante esse período, a

televisão buscou se adaptar às novas exigências do mercado, além de terem sido estabelecidas, pelo governo, as condições para o desenvolvimento da TV por assinatura no país. Paralelamente, devido ao Plano Real, a população de baixa renda passa a ter acesso à compra de aparelhos de televisão. Essa é a fase em que ocorre, na programação da televisão, uma série de transformações, a fim de alcançar a audiência formada por outras classes.

Nessa conjuntura, os meios de comunicação de massa trouxeram avanços na variedade de telecomunicações eletrônicas, a partir do final do século XX. No entanto, cabe destacar que apenas o acesso aos meios de comunicação foi ampliado, mas a apropriação desses meios, em grande parte do mundo, assim como no Brasil, é concentrada entre os detentores da renda produzida, conforme a lógica capitalista. Logo, os meios de comunicação são permeados de valores e padrões de comportamentos que refletem a estrutura social dividida em classes. Nesse sentido, a apropriação dos meios de comunicação e os valores por eles propagados expressam os conflitos provenientes da contradição de classes procedente da sociedade capitalista. Portanto, esses meios difundem uma visão da realidade social que reafirma a ideologia dominante inerente aos valores do capitalismo (Rocha, 2011).

Nessa conjuntura, os meios de comunicação se tornam instrumento de manutenção e ampliação do sistema capitalista, sobretudo ao criar necessidades e desejos a partir de modificações constantes do modismo e do estilo de vida, por meio das propagandas. Logo, esses meios reproduzem a ideologia de consumo e imprimem valores e visibilidade ao indivíduo que consome determinados produtos. Nesse sentido, os meios de comunicação são os principais produtores e difusores de novas necessidades e, assim, legitimam o sistema capitalista (Rocha, 2011).

A necessidade de ampliação do capital e de investimento em tecnologias que facilitem a comunicação modifica a relação da sociedade com a mídia. Nessa conjuntura, as sociedades estão sendo marcadas pela presença ou até mesmo onipresença da mídia. De acordo com

Thompson (2014), a relação cada vez mais intrínseca da sociedade com a mídia tem produzido uma sociedade ‘mediatizada’, isto é, marcada pela proliferação rápida das comunicações de massa e pelo crescimento de redes de transmissão de formas simbólicas, acessíveis por um número cada vez maior de receptores. Nessa conjuntura, os recursos técnicos de circulação das formas simbólicas ganharam aspecto novo e abrangente. Esse processo é fundamental para entender que o mundo está atravessado por redes institucionais de comunicação e que a forma como atribuímos sentidos aos acontecimentos nos chega de forma mediada, carregada de significados (Thompson, 2014).

Ao proporcionar visibilidade de determinados acontecimentos, enquanto se oculta diversas outras situações, a mídia também possui a função de falseamento da realidade. Como afirma Guareschi (2007), o que é veiculado na mídia é tido como algo que realmente aconteceu. Em contrapartida, o que não é divulgado, não tem visibilidade e, assim, possui um caráter de inexistência. Desse modo, a mídia tem pautado a “agenda de discussão”,<sup>3</sup> determinando, em alguma medida, os temas que devem ser discutidos cotidianamente.

Essa é a força de quem detém o poder de decidir sobre o conteúdo da pauta. Na grande discussão nacional que a mídia tem como tarefa fundamental instituir, ela tem o poder de selecionar e criar a pauta, podendo incluir apenas temas que lhe interessam e excluir os que podem vir a contestá-la. (Guareschi, 2007, p. 10)

Ao selecionar determinadas informações, que se tornam pautas de discussões, os meios de comunicação contribuem para a construção de subjetividades. Nesse sentido, a mídia não apenas transmite informações, como intervém no modo como as pessoas se relacionam, compreendem e dão sentido aos acontecimentos cotidianos. Portanto, a mídia tem sido responsável pela introdução de novas formas de ação e interação (Guareschi, 2007; Thompson, 2014).

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Guareschi (2007) para se referir a temas e assuntos discutidos cotidianamente.

Em relação a seleção das notícias, de acordo com Budó (2006), as editoras partem do consenso organizacional, que se baseia em dois critérios: a importância e o interesse da notícia, isto é, depende da imagem que o jornalista tem do público e do interesse que o jornalista julga que o público terá pela notícia. Logo, selecionam-se notícias que despertem curiosidade, entretenham e divirtam o público (Budó, 2006).

Ao optar entre os valores-notícia interesse (do público) e importância, aquele se sobrepõe, abrindo espaço na divulgação da informação para interesses individuais, e, conseqüentemente, para o sensacionalismo. Opta-se, então, pela confusão entre informação e entretenimento, ressaltando-se os aspectos engraçados, dramáticos e de aparente conflito, para então divertir. (Budó, 2006, p. 8)

O jornalista parte, então, de uma visão de mundo hegemônica para selecionar e construir notícias que agradem ao público, sem apresentar contradições e a complexificação da realidade social. Nessa conjuntura, sob o prisma da objetividade e da neutralidade, o jornalista deve apenas descrever e relatar os fatos, se abstendo das suas opiniões. No entanto, como já discutido, não há possibilidade de o jornalista renunciar sua subjetividade na construção da notícia. Até mesmo a escolha de determinados fatos, bem como a construção narrativa, está carregada de sentidos que o jornalista atribui aos acontecimentos (Budó, 2006). Portanto, a pretensão à neutralidade e objetividade oculta a reprodução da visão de mundo hegemônica e os interesses daqueles que financiam a mídia.

Nessa conjuntura, o jornalismo é responsável pela seleção de notícias que merecem visibilidade e que terão repercussão social e, para isso, prima por uma determinada versão dos fatos, sobretudo priorizando fontes oficiais para transmitir certa credibilidade. Dessa forma, o jornalismo realiza a função de propagar uma concepção de realidade com base em valores hegemônicos.

Vale ressaltar que os fatos trágicos e violentos sempre têm espaço na mídia, porquanto despertam interesse do telespectador ao divulgar culpados, definindo quem a sociedade deve



rejeitar, além de possuir conteúdos que se assemelham a uma trama fictícia com capítulos recontados a cada episódio. Logo, a violência está em primeiro plano no momento de definição de acontecimentos que serão transformados em notícias. Ao recorrer à cobertura de crimes, o jornalismo aposta no sensacionalismo, a partir da exploração do sofrimento das vítimas, com elementos da dramaturgia, e da defesa sobre como e quem deve ser punido (Budó, 2006).

A partir do sensacionalismo, o jornalismo difunde a sensação de insegurança, impunidade e propaga a necessidade do aumento punitivo. Portanto, os meios de comunicação têm sido responsáveis pela produção do clamor punitivo e pela legitimação do aumento da repressão penal. Quando se trata do jornalismo policial, essa função adquire nuances específicas, porquanto é realizado virtualmente o julgamento e a sentença do acusado (Batista, 2002; Budó, 2006).

Cabe destacar que esse formato de jornalismo possui elementos que atraem a atenção do público, desperta credibilidade e agilidade das informações. Nessa esteira, é fundamental discutir o surgimento dos primeiros telejornais policiais que, atualmente, alcançam as massas e difundem a defesa pelo aumento punitivo (Romão, 2013)

#### **2.4. Jornalismo Policial e a propagação do discurso criminológico midiático**

Ressalta-se que uma das primeiras experiências que marcaram o advento e o formato do telejornal policial, como conhecemos hoje, foi o programa *Linha Direta*, transmitido pela Rede Globo, que foi ao ar na sua primeira versão no dia 29 de março de 1990. Os crimes sem resolução e que ainda tramitavam na justiça eram reconstituídos por meio de simulações ao longo de todo o programa. Apresentado inicialmente pelo jornalista Hélio Costa, que logo deixou o programa para candidatar-se a governador de Minas Gerais, no dia 17 de maio de 1990, o programa retorna em 1999, devido à disputa pela audiência das classes C, D e E. O

*Linha Direta* passa a utilizar estratégias para convocar a audiência que tomou outras proporções, estendendo-se para classes mais populares (Campello, 2008).

O *Linha Direta*, que mistura jornalismo, dramaturgia e ficção na apresentação das notícias, tem nessas características as marcas mais fortes do seu endereçamento, o que auxilia na convocação da sua audiência para participar da “caçada”, “denúncia” e “punição” dos foragidos. A partir desta estratégia retórica o programa convoca a sua audiência por meio da criação de um discurso de verdade e faz com que ela interaja e tenha a sensação de que é ela quem decide punir os acusados e foragidos da justiça. (Oliveira, 2011, p. 14)

O formato desse programa e, principalmente, a função de denúncia e julgamento que pretendia exercer, serviu como inspiração para o primeiro telejornal policial, que foi estreado em 1991, no SBT. Foi o *Aqui Agora*, apresentado pelo repórter Gil Gomes, o telejornal policial que inaugurou uma nova forma de tratar os casos de violência, consolidando esse tipo de jornalismo ao ponto de contribuir para a disseminação do modelo em outras emissoras (Romão, 2013).

Esse programa foi trazido do rádio e se tornou um marco no telejornalismo popular. O programa *Aqui Agora*, apresentado pelo radialista Gil Gomes, foi um dos programas populares de maior audiência na TV brasileira, chegando a ter duas edições em 1992 e permanecendo no ar até 1997.<sup>4</sup> O sucesso desse programa inspirou outras emissoras a investirem em telejornais populares (Freitas, 2011).

O telejornal policial *Aqui Agora* se autodenominava “arma do povo”, “o telejornalismo vibrante que mostra a vida como ela é”. Debruçando-se sobre crimes graves, sobretudo, os passionais, com o formato e linguagem inovadores, o *Aqui Agora* cobria inclusive tragédias ao vivo. Na visão do público, o programa era diferente de tudo o que já havia sido produzido pela televisão brasileira. Isso se deve ao fato do *Aqui Agora* misturar sensacionalismo, jornalismo e

---

<sup>4</sup> Em março de 2008, o programa estreou, após passar por reformulações e trocas dos apresentadores. No entanto, o *Aqui Agora* não alcançou a audiência esperada (8 pontos) e foi retirado da programação do SBT em abril de 2008.

entretenimento. O telejornal ainda tinha a proposta de ser imediatista, com recortes ao vivo durante todo o programa (o próprio nome do telejornal já expressava esse caráter imediatista). Desse modo, o *Aqui Agora* alcançou altos índices de audiência, principalmente nos primeiros anos em que foi ao ar, e tornou-se referência para os demais telejornais policiais, como foi o caso do *Cidade Alerta* e do *Brasil Urgente* (Oliveira, 2011).

O *Cidade Alerta*<sup>5</sup> foi exibido pela primeira vez no final de 1995, pela Rede Record de televisão. Apesar de várias fases e da troca de apresentadores-âncora, o jornal continua no ar com seu teor sensacionalista e espetacular de transmitir notícias sobre violência urbana. A vinheta do programa já antecipa ao telespectador o que ele vai encontrar no telejornal: tensão, rapidez e vigilância. A vinheta inicia com um voo rasante do helicóptero sobre uma grande metrópole com o trânsito engarrafado. Logo aparece uma motolink,<sup>6</sup> com a equipe do telejornal pronta para cobrir as notícias com rapidez. Em seguida, aparece uma viatura da polícia em operação ao lado da motolink, sugerindo a agilidade do programa ao acompanhar o trabalho dos policiais. No final, o helicóptero reaparece, apresentando a imagem panorâmica da metrópole. Desse modo, a vinheta cria um ar de vigilância e perseguição aos “criminosos”, elementos centrais do *Cidade Alerta* (Oliveira, 2011).

Nesse sentido, Gomes (2004a) afirma que esse formato do telejornal proporciona “brincadeira de mocinho e bandido”, onde os heróis contam com um aparato técnico (helicóptero e motolinks) e o formato de “bang bang” para capturar, julgar e condenar o bandido. O sujeito evocado como cidadão de bem (ou herói) parece ser o homem branco, “pai de família” (como também é denominado) e de classe média. O telespectador (herói), aparentemente, está mais interessado em “brincar” de “bandido e mocinho” do que na

---

<sup>5</sup> Na sua primeira fase, o programa foi transmitido entre 1995 e 2005. Logo voltou ar, em 2011, e permanece até o presente ano na grade de programação da Rede Record de Televisão.

<sup>6</sup> Motocicletas equipadas com câmeras, microfones e links de transmissão, que possibilitam aos repórteres passarem o menor tempo possível nos engarrafamentos.

credibilidade ou mesmo na origem dos dados (fontes e versões) das informações. O contexto no qual o crime ou ato infracional ocorrem também não é importante nessa “brincadeira” (Gomes, 2004b).

Desse modo, o *Cidade Alerta* oferece a oportunidade de brincar de polícia pela cidade, enquanto arremete altos índices de audiência, sendo o terceiro telejornal mais assistido durante o ano de 2014, como consta na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). No entanto, a realidade social vai além de uma “brincadeira”. Ela é complexa e difícil de ser abordada por meio de programas ou telejornais como os policiais, que apresentam fatos isolados e descontextualizados, com a finalidade de simplificar o acontecimento.

O principal apresentador do *Cidade Alerta* foi Marcelo Rezende, ex-idealizador e apresentador do *Linha Direta*. Ao contrário do que acontecia no *Linha Direta*, cujo papel do âncora era apenas apresentar as notícias,<sup>7</sup> no *Cidade Alerta*, Marcelo Rezende lançava comentários e demarcava posicionamentos pessoais, por meio do seu estilo de caça aos bandidos e postura firme. Servindo-se da oratória, da expressão corporal e de performance cênica, ao encenar gestos agressivos para demonstrar irritação com alguns fatos, Marcelo Rezende enfatizava seus comentários, mostrando-se indignado com problemas sociais. Logo, esse formato jornalístico proporciona a exposição de posicionamentos ideológicos e políticos por meio do apelo emocional, do sofrimento das vítimas e da construção dramática e sensacionalista (Campello, 2008; Romão, 2013).

Nessa esteira, Oliveira (2011) sintetiza os elementos que compõem o *Cidade Alerta* em cinco aspectos: o enquadramento dado às matérias, que privilegia o sensacionalismo e o apelo emocional; a cobertura dos fatos “ao vivo”; a performance cênica do mediador, o pacto de

---

<sup>7</sup> Inclusive, esta foi a justificativa da saída de Marcelo Rezende do referido programa.

vigilância e prestação de serviço com o telespectador e; por último, a noção de quarto poder, quando o âncora questiona o papel dos poderes públicos.

Sobre a noção de quarto poder afirmada por Oliveira (2011), o âncora do telejornal parte de uma linguagem verbal direta, incitante, com o uso de gírias e apelo emocional, além de recorrer de forma acentuada ao uso de expressões adjetivadas, tais como: bandido, assassino, estuprador, criminoso, cretino, cara de pau, monstro, drogado, pervertido, entre outros adjetivos, durante a narração dos crimes que envolvem pessoas acusadas. Ao se reportar ao acusado como criminoso, Marcelo Rezende antecipa um julgamento que cabe às instituições judiciárias, se colocando no papel de juiz da sociedade e até mesmo do Estado.

O mediador, no momento em que apresenta um dos acusados no seu telejornal, mostra-o já como culpado, mesmo antes dele ter sido julgado. Este tipo de relação se coloca como um problema entre o telejornal e a justiça, pois o programa realiza um julgamento virtual que, certamente, poderá interferir nos resultados dos julgamentos nos tribunais reais. (Oliveira, 2011, p. 133)

É desse modo que o âncora assume a função de juiz e doutrinador, ao julgar e defender seus posicionamentos, além de denunciar o próprio Estado. Esse aspecto se torna mais evidente quando a justiça é criticada por não ser punitiva o suficiente, por exemplo, quando é dito que o Brasil é um país impune e que o próprio aparato jurídico confere impunidade. Sobre esses elementos que constituem o telejornal policial *Cidade Alerta*, Oliveira (2011) aponta que fica evidente a noção de quarto poder representada pelo telejornal ao criticar e se colocar acima da justiça.

Nesse sentido, o telejornal incita à prática de crimes contra os acusados, por meio da descrença nas funções judiciais e do estímulo a fazer “justiça com as próprias mãos”. É comum o incentivo a ações violentas da própria polícia e até mesmo aos parentes de vítimas ou membros de uma comunidade a agredirem pessoas acusadas de cometerem infração.

Para citar como exemplo, dentre tantos outros casos, em 2014, no Rio de Janeiro, um

adolescente foi amarrado a um poste e linchado pela população local por ter sido acusado de roubo (Gil, 2014). Esse caso foi divulgado nas redes sociais e gerou repercussão entre os internautas, alguns se indignaram com o ocorrido, defendendo os direitos do adolescente, e outros comemoraram a ação. Dentre aqueles que apoiaram o linchamento, destaca-se a jornalista Rachel Sheherazade, que divulgou, por meio de uma emissora de televisão, o apoio à ação dos “justiceiros”. Segundo a jornalista:

A atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissor. A polícia, desmoralizada. A Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, claro! O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite.<sup>8</sup>

Os comentários da jornalista representam explicitamente o discurso punitivista, que retira a condição humana dos considerados criminosos, incita ainda mais a violência e legitima o discurso de ódio.

Vale ressaltar que a construção das reportagens sobre crimes na mídia e, mais enfaticamente, por meio do jornalismo policial, parte tão somente de informações disponibilizadas pela polícia, sobre as apreensões, flagrantes e suspeitas. Nesse sentido, os meios de comunicação servem como espaço que dá voz à agência de controle formal, legitimando e reproduzindo o discurso do sistema penal, que tem como característica a seletividade da sua clientela. Logo, os meios de comunicação reproduzem a seletividade do sistema penal, reforçam preconceitos e estigmas, além de reafirmarem o aumento da repressão (Budó, 2006).

É nesse sentido que Batista (2002) considera que a mídia fomenta a criminalização secundária e propaga o discurso de ódio a uma classe, ao selecionar determinados

---

<sup>8</sup> Transcrição de parte do comentário de Rachel Sheherazade, transmitido no telejornal SBT Brasil, em 04 de fevereiro de 2014. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=q5N8jyHq1pc>

acontecimentos, sobretudo crimes, que ocorrem nas periferias. Quando se trata do jornalismo policial, o autor afirma a função de execução do sistema penal, porquanto, nesse tipo de jornalismo, é realizado o julgamento e execração dos acusados publicamente. Vale ressaltar que esse julgamento ocorre de forma ainda mais perversa, porquanto desconsidera-se o devido processo legal, violando o direito ao silêncio, à presunção de inocência, entre outros (Batista, 2002).

Com base nesse julgamento, os telejornais policiais são os principais responsáveis pela propagação do que Batista (2002) denomina de “discurso criminológico midiático”, isto é, o discurso hegemônico, adotado pela mídia, que se funda no dogma da pena como solução para os conflitos sociais. Esse discurso se respalda na ideia de que a punição tem poder para resolver todo e qualquer problema. Logo, essas ideias são propagadas no senso comum e legitimam a identificação de diversos novos tipos penais, além de transformá-los em crimes hediondos. Nesse sentido, compreende-se que a redução da idade penal é mais um produto desse discurso criminológico midiático, que não possui limites para clamar pela punição daqueles que são criminalizados historicamente e que nunca tiveram seus direitos garantidos.

Nessa esteira, Campos (2009) também destaca a contribuição da mídia na elaboração de propostas que visam reduzir a idade penal. De acordo com a análise das matérias da revista *Veja* sobre o assassinato do casal Liana Friedenbach e Felipe Silva Caffê, envolvendo quatro adultos e um adolescente apelidado de “Champinha” (na época com 16 anos), ocorrido em São Paulo, em Novembro de 2003; e o assassinato de João Hélio (6 anos), ocorrido no Rio de Janeiro em 2007, cometido por três adultos e um adolescente de 16 anos, o autor concluiu que a ampla repercussão pública dos dois crimes e a mobilização dos meios de comunicação influenciaram a opinião pública e a Câmara dos Deputados a retomar a proposta de redução à maioria penal.

Apesar dos posicionamentos contrários à redução da maioria penal apresentados por

diversos setores que atuam no âmbito dos direitos humanos e por pesquisadores que se debruçam sobre esta temática, um grupo expressivo de parlamentares, respaldados nas pesquisas de opinião pública, permanece defendendo e considerando esta medida como forma de solucionar a violência. De acordo com Baratta (1999), a opinião pública comunica os interesses das classes dominantes, porquanto carrega a ideologia de criminalidade baseada em estereótipos e preconceitos. Desse modo, a opinião pública legitima a adoção de leis mais punitivas, a partir da influência nas decisões do Estado, como, por exemplo, a proposta de redução da idade penal. Nessa conjuntura, a mídia contribui ainda mais para a propagação de ideias condizentes com os interesses da classe dominante.

Nesse sentido, Batista (2012) ressalta que a cultura punitiva vai ao encontro do ideal neoliberal, porquanto justifica a violência a partir da responsabilidade individual e encobre as suas reais determinações. Esse cenário se torna propício para a expansão do aparato penal do Estado, que tem a seu favor o discurso criminológico propagado pela mídia. Logo, tem se instaurado, amplamente, o desejo pela punição, denominado pela autora de “adesão subjetiva à barbárie”, que se sustenta nos sentimentos de vingança e medo dirigidos seletivamente a uma determinada população. Nessa conjuntura, a mídia assume a função de legitimação do sistema penal e proporciona o consenso sobre necessidade da punição. Diante desse cenário, a “adesão subjetiva à barbárie” deve ser desconstruída a partir da deslegitimação do sistema penal, que se funda na falsa ideia de igualdade social, além da proposição de novos horizontes e formas de sociabilidade. No entanto, a denúncia desse sistema deve ser acompanhada pela democratização da mídia, além da busca por meios alternativos que produzam resistência e luta (Budó, 2006).



### Capítulo 3: Aspectos metodológicos

Esta é uma pesquisa documental, que utilizará, como fonte de informações, vídeos<sup>1</sup> de reportagens do telejornal *Cidade Alerta*, disponíveis no *site* da Rede Record ([www.r7.com](http://www.r7.com)) e no *Youtube* ([www.youtube.com/user/CidadeAlertaRecord](http://www.youtube.com/user/CidadeAlertaRecord)).

Segundo Bauer, Gaskell e Allun (2004), os dados partem de uma ação comunicativa formal, pelo fato da construção da reportagem exigir um conhecimento especializado de escrita, produção de notícia, técnica de filmagem e edição, seguindo regras próprias do telejornal. Esses dados representam a realidade social de um determinado grupo, portanto, indicam uma visão de mundo que é compartilhada por pessoas que o acessam, sendo a construção da realidade que determina a escolha pessoal.

Desse modo, a escolha por um determinado jornal ou telejornal, condiz com uma visão de mundo que é compartilhada e creditada a uma editora ou emissora. Nesse contexto, o jornal apresenta uma fonte importante de informação para a pesquisa qualitativa que objetiva compreender a visão de mundo representada por meio da fala dos interlocutores (Bauer et al., 2004).

Loizos (2004) destaca três razões que justificam a importância de métodos visuais (vídeos, filme e fotografias) para a pesquisa social. São elas: a imagem (com ou sem som, a fotografia, ou a imagem em movimento) oferece um registro fundamental, por captar as ações temporais e os acontecimentos reais – no sentido de serem concretos e materiais. Outra razão é que a informação acrescenta um dado visual que não necessita de palavras escritas ou números.

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que esses documentos são de domínio público (estão disponíveis na internet) e se caracterizam pelo conteúdo informativo, o que possibilita a sua utilização para fins educacionais, como é o caso desta pesquisa. Por conta disso, não necessita de autorização, nem mesmo da aprovação do Comitê de Ética em pesquisa.

Além disso, ressalta que os resultados da influência dos meios de comunicação dependem dos elementos visuais, destacando a importância do “visual” e da “mídia” na vida social, política e econômica.

No entanto, são apontados também os problemas desse tipo de dado, sobretudo o fato de ser submetido a manipulações (cortes e edições) e representar de forma simplificada a realidade social. O autor destaca que os acontecimentos reais são tridimensionais e os meios visuais, por serem bidimensionais, reduzem a realidade e podem distorcer o dado visual (Loizos, 2004). Esse aspecto fica claro nas reportagens, que apresentam fatos isolados e descontextualizados, com a finalidade de simplificar o acontecimento. Nesse sentido, pretende-se considerar a problemática do imediatismo das reportagens do telejornal policial *Cidade Alerta* e discuti-la durante a análise dos vídeos.

### **3.1. Caracterização do telejornal policial Cidade Alerta**

O telejornal *Cidade Alerta* foi exibido pela primeira vez no final de 1995, pela Rede Record de televisão. Atualmente, é exibido em rede nacional, ao vivo, de segunda a sexta, às 16h45, e aos sábados, às 17h20. Os pontos de audiência do telejornal variam entre 6 a 7 (IBOPE, 2014), se destacando como um dos programas de maior audiência da emissora (Romão, 2013). Apesar de várias fases e da troca de apresentadores-âncora, o jornal continua no ar, com teor sensacionalista e espetacular de transmitir notícias. Vale ressaltar que a violência urbana é o tema central do telejornal, que possibilita a postura ativa do apresentador, ao expor comentários e opiniões sobre as situações retratadas no telejornal.

A equipe do *Cidade Alerta* é composta por Marcelo Rezende (apresentador oficial), Fabíola Gadelha, Luiz Bacci e Reinaldo Gottino (apresentadores substitutos), além do comentarista Percival de Souza e diversos repórteres, tanto da Rede Record como das filiais

regionais. As reportagens são antecipadas no estúdio, com um resumo sobre o crime/ato infracional, seguido pela exposição da imagem do(a) autor(a) ou da vítima numa tela. A Figura 1 auxilia a compreensão desse cenário:



*Figura 1.* Imagem do estúdio do telejornal Cidade Alerta.

Em seguida, a reportagem é exibida, com o destaque no título e na narração dos fatos emblemáticos. Os participantes das reportagens variam entre vítimas, acusados, testemunhas, além de delegado e policiais. Todos contribuem com a sua versão sobre os casos e respondem algumas perguntas dos(as) repórteres. Após a exibição da reportagem, retorna-se ao estúdio, para o(a) apresentador(a) expor seus comentários acerca dos casos relatados. Nota-se que tais recursos são utilizados para atrair e manter a atenção do telespectador, ao mesmo tempo em que confere maior credibilidade às opiniões do(a) apresentador(a).

Vale ressaltar que é sobre os posicionamentos políticos e ideológicos dos interlocutores que esta pesquisa se debruça. Mais especificamente, em relação ao discurso sobre a redução da idade penal. Desse modo, parte-se da seleção de reportagens no *site* do *Cidade Alerta* sobre adolescentes autores(as) de atos infracionais.

### **3.2. Percurso metodológico da pesquisa e os procedimentos de análise**

#### *3.2.1. Primeira etapa: estudo exploratório*

Ressalta-se que foi realizado um estudo exploratório, para entrar em contato com as reportagens por meio do *site* do telejornal *Cidade Alerta*. A partir desse estudo, foi possível definir que a identificação dos vídeos seria baseada no título e na breve descrição das reportagens que fazem menção ao adolescente, muitas vezes descrito como “menor”, “jovem”, “infrator”, “garoto(a)”, “menino(a)”, além de basear-se na idade do(a) jovem que cometeu ato infracional. Em relação à idade, essa pesquisa priorizou o reconhecimento legal do adolescente previsto no ECA, que estabelece o período entre os 12 e 18 anos de idade como fase da adolescência.

Optou-se também pela seleção de vídeos transmitidos durante o ano de 2015 (a partir do dia 01/01/2015 até o dia 31/12/2015). Esse período foi escolhido devido a discussão e a aprovação da PEC 171/93 na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, o destaque sobre a redução da idade penal nos meios de comunicação. A partir desse recorte temporal, foi possível identificar 32 vídeos sobre adolescentes autores(as) de atos infracionais.

#### *3.2.2. Segunda etapa: transcrição das reportagens*

Após a identificação dos vídeos, foi possível organizar diversas informações a respeito da duração, ato infracional, idade dos(as) adolescentes, título e *link* das reportagens. A tabela (Apêndice A) sintetiza tais informações. Em seguida, foi realizada a transcrição das matérias jornalísticas, para possibilitar a leitura compreensiva do material, com os seguintes objetivos: alcançar uma visão de conjunto; captar as particularidades do conjunto; escolher a forma de

classificação inicial e elaborar ou reelaborar pressupostos iniciais, que embasam a análise e a interpretação. Desse modo, a leitura compreensiva do material proporcionou o contato com o formato das reportagens e a narração dos atos infracionais. Logo notou-se a repetição de algumas falas, tais como: causas dos atos infracionais, características dos adolescentes, críticas ao ECA, culpabilização das famílias, entre outras.

### *3.2.3. Terceira etapa: categorização e análise*

Ao entrar em contato com o conteúdo das reportagens, foi possível escolher algumas categorias temáticas, relacionando-as aos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, optou-se por categorias que se referem à caracterização dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais; às causas associadas ao ato infracional; aos argumentos relacionados à defesa da redução da idade penal e às soluções para diminuir a violência.

Desse modo, a elaboração das categorias foi construída com base nos objetivos da pesquisa e na leitura compreensiva do material. Após esse processo, o conjunto da mensagem foi decomposto, para analisar as categorias a partir dos pressupostos teóricos. Nesse sentido, foi possível elaborar alguns eixos temáticos com base nos dados que emergiram das categorias (Gomes, 2013; Minayo, 2013).

Para melhor visualização dessa etapa, a Tabela 1 sintetiza as categorias e os eixos temáticos:

Tabela 1

*Síntese das categorias e dos eixos temáticos.*

Categorias	Eixos temáticos
Caracterização dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais	Lógica classista do Código de Menores (Coimbra & Nascimento, 2005; Volpi, 1997)
	Profecia do rótulo (Baratta, 1999)
Causas associadas ao ato infracional	Reprodução da criminologia positivista (Baratta, 1999)
Argumentos relacionados à defesa da redução da idade penal	Discurso alinhado à PEC 171/93
	Recorte classista do público alvo da redução da idade penal (Petry & Nascimento, 2016)
Soluções para diminuir a violência	Reprodução da Teoria das Janelas Quebradas e a Política da Tolerância Zero (Kilduff, 2010; Wacquant, 2000)
	Adesão subjetiva à barbárie (Batista, 2012)

### *3.2.4. Terceira etapa: análise e interpretação*

Nesta última fase, foi elaborada uma síntese interpretativa do material analisado, dialogando com os objetivos e a fundamentação teórica da pesquisa. Nessa etapa, procurou-se ir além da descrição do conteúdo manifesto nas mensagens, com base, sobretudo, nas inferências e na articulação com a teoria.

Desse modo, foi realizada uma análise acerca do discurso sobre a redução da idade penal, a partir da inspiração teórica marxista. Tal referencial proporcionou a compreensão da proposta de redução da idade penal como parte da totalidade da realidade, compreendendo a realidade social como contraditória e em constante movimento. Desse modo, o olhar sobre a temática da redução tem como base o contexto histórico e macrossocial, levando em consideração a conjuntura política e econômica de surgimento e aprovação da PEC 171/93.

Além disso, tem-se como inspiração a criminologia crítica, que aponta para o processo de criminalização da pobreza operada pela seletividade dos pobres para o encarceramento.

## Capítulo 4: Apresentação e discussão dos resultados

Para compreender o formato das reportagens, serão apresentados, inicialmente, os aspectos gerais que caracterizam o modo de exposição dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais no *Cidade Alerta*. Ressalta-se que o Apêndice A expõe a síntese de informações sobre as reportagens. Em seguida, as categorias de análise serão apresentadas e discutidas.

### 4.1. Aspectos gerais das reportagens

#### 4.1.1. *Duração e formato das reportagens*

As reportagens possuem duração variada, entre 50 segundos a 19 minutos (ver Apêndice A). Nota-se que a rapidez das reportagens garante a agilidade do telejornal, ao expor diversos casos de violência, ao mesmo tempo em que são lançados os comentários e as opiniões do apresentador. Como afirma Romão (2013), o ritmo acelerado, a exposição de imagens de forma ininterrupta, a sobreposição de falas do apresentador, além da exposição curta e desencadeada das notícias, apreende a atenção quase hipnótica do telespectador, deixando o mesmo exacerbadamente estimulado, ao ponto de não refletir sobre os casos estarrecedores.

As reportagens de maior duração (10 a 19 minutos) ocorrem, sobretudo, quando se trata de atos considerados graves (homicídio, estupro e sequestro). Nesses casos, os familiares das vítimas e dos acusados são entrevistados e o local em que ocorreu o ato infracional é mostrado. Em algumas situações, até mesmo o momento do velório é exibido.

Em suma, esses elementos garantem a exploração do sofrimento das vítimas e maior credibilidade da informação. Nesse sentido, os casos de maior gravidade podem oferecer ao



telejornal a possibilidade de alcançar altos índices de audiência, por serem casos que despertam comoção pública. Logo, esses casos são divulgados de forma repetitiva, até esgotar todas as possibilidades de exposição das vítimas e acusados. Esses subsídios, como afirma Romão (2013), fazem parte do sensacionalismo e compõem as particularidades do telejornal policial.

#### *4.1.2. Priorização dos atos infracionais graves*

Ao considerar a duração das reportagens e a quantidade de atos infracionais tipificados como homicídio, estupro, abuso e tentativa de homicídio, percebe-se que o telejornal prioriza a divulgação de atos infracionais graves, dando a impressão de que esses são os atos mais praticados pelos adolescentes.

Diferente do que o telejornal divulga, a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes não são gravosos, isto é, não representam risco à vida. Segundo uma pesquisa realizada pelo IPEA (2015), dos 15 mil jovens cumprindo medida de internação em 2013, apenas 8,75% cometeram homicídios, 1,9% latrocínio, 0,9 % lesão corporal e 1,1% estupro. Já os demais atos foram representados por: 40% roubo; 3,4% furto e 23,5% tráfico. Vale a pena destacar, também, a pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, entre 2002 e 2011, que apontou que os casos de homicídios cometidos por adolescentes reduziram de 14,9% para 8,4%; os casos de latrocínios também reduziram de 5,5% para 1,9%; bem como os de estupro, de 3,3% para 1%. Desse modo, compreende-se que o telejornal policial falseia a realidade quanto à predominância dos atos infracionais graves, tendo em vista que, segundo o IPEA (2015), as infrações gravosas cometidas por adolescentes são minoria. Entende-se que a hiperdimensão dos atos gravosos cumpre a função de atingir altos índices de audiência, devido à comoção pública que despertam.

#### 4.1.3. *Espetacularização da violência*

As reportagens do *Cidade Alerta* se caracterizam pela abordagem da violência como espetáculo. Como afirma Romão (2013), o telejornalismo policial se vale da dramaturgia, apelando para a tensão dramática e para a construção de histórias ao redor do sofrimento das vítimas para despertar emoções e sensações no público. Nota-se que a violência é condenada pelo telejornal, ao mesmo tempo em que é valorizada e tratada como espetáculo. Portanto, o telejornal transforma a violência em uma novela roteirizada, atribuindo às vítimas, acusados e familiares, a qualidade de meros personagens de uma trama. Logo, a ocorrência do crime se transforma em ficção e é contada da forma mais interessante possível para a “plateia”, que assiste em casa (Madeira, 2014).

Segundo Romão (2013), as reportagens no telejornal policial têm como foco o conflito dramático e a narração do jornalista. Nesse formato, a discussão do fato não é o objetivo da reportagem – isso fica evidente quando se leva em conta o tempo dispensado para a simulação do caso. Desse modo, o autor afirma que o telejornal policial utiliza técnicas que visam o espetáculo, tais como exagero, ênfase, foco no acontecimento, suspense e mistério, e, assim, se assemelha aos programas de entretenimento.

Um exemplo do caráter fictício das reportagens são as simulações que recontam o ato infracional. A Figura 2 exibe a imagem da simulação de um caso em que a adolescente é acusada de cometer homicídio:



*Figura 2. Imagem da simulação*

Percebe-se que o ato infracional gravoso foi transformado em uma novela para atrair o público. Logo, utilizou-se os recursos da dramaturgia a fim de despertar indignação e repulsa à vilã. Nota-se a ênfase, no título, ao olhar simulado da atriz, para ressaltar características da adolescente e julgá-la como perigosa. A reportagem destaca aspectos sobre a “natureza maligna” da adolescente, que se apresenta até mesmo no olhar. Desse modo, a violência, no *Cidade Alerta*, é transformada em uma história de ficção. Logo, é explicada de forma rasa e descontextualizada, reduzida a situações deslocadas do contexto social. Portanto, o telejornal policial se vale de um aparato espetacular para transformar histórias de pessoas reais, como a adolescente acusada de ato infracional, em uma mera personagem, com a intenção de adquirir audiência e despertar o ódio.

#### *4.1.4. A espetacularização da violência escolar*

Ao identificar a tipificação dos atos infracionais expostos no *Cidade Alerta*, percebeu-se o número elevado de reportagens sobre lesão corporal ocorrida entre os próprios alunos nas escolas. Essas reportagens são mais curtas, possuem duração de 1 a 5 minutos e, por este motivo, se restringem a narração do ato infracional sem a exposição de comentários. As

agressões exibidas ocorrem entre os próprios alunos das escolas e chamam a atenção pela divulgação do momento em que aconteceram. Desse modo, o telejornal exibe o vídeo várias vezes, enquanto Marcelo Rezende descreve a agressão física.

Na maioria das vezes, o motivo apontado para a violência nas escolas foi de ordem individual, seja por ciúme ou inveja. Nesses casos, a esfera privada é colocada em evidência e o apresentador critica atitudes de forma individualizada, não atentando para a elevada ocorrência da violência nas escolas enquanto uma problemática que perpassa, além do agressor e da vítima, toda a comunidade escolar, a sociedade, família e Estado.

Vale ressaltar que, nessas matérias, não houve exposição de comentários e opiniões do apresentador, priorizou-se apenas a narração das agressões. Por esse motivo, tais reportagens não acrescentaram nenhum dado relevante ao discurso sobre a redução da idade penal.

#### *4.1.5. Informações inconsistentes e julgamento virtual*

Em diversas reportagens, é nítida a divergência e a confusão de informações. Em uma das reportagens, o próprio apresentador critica a inconsistência da matéria, que abordava um suposto caso de sequestro cometido por uma adolescente (17 anos). Ao longo da reportagem, os familiares da adolescente acusada foram entrevistados, assim como os parentes da vítima e da criança.

Durante a exibição desse caso, Marcelo Rezende criticou a contradição da reportagem em expor a acusação de sequestro ao mesmo tempo em que as pessoas afirmavam que a adolescente tinha autorização para cuidar da criança em casa. Logo, o apresentador fez diversas perguntas à repórter para entender o caso. Tais como:

Eles [os pais da criança sequestrada] são o que? Abandonaram a criança? São drogados? São relapsos? O que é que eles são, segundo a história? Porque eu tô vendo um bebê na

mão de uma babá. E tô vendo o marido da babá botando a cara à tapa, falando que a babá era a “mãe” da criança (...), então a babá tinha autorização do pai pra cuidar da criança? Correto? De graça? (Marcelo Rezende)

Tinha, tinha autorização. Isso, de graça. (Repórter)

Ao responder às perguntas, ficou evidente que os padrões da adolescente consentiram que a mesma levasse o bebê para casa, porque não tinham condições financeiras para pagá-la. Desse modo, Marcelo Rezende compreendeu o equívoco da reportagem ao divulgar o caso como sequestro. Então, ao vivo, pediu que a equipe retirasse o subtítulo. Logo, ressaltou:

Eu tava esperando você [repórter] dizer: o pai e a mãe são assim, assado, porque, se não, tadinha... A gente escreve [subtítulo]: “Família acusa babá de sequestro”, já tira isso daqui... Esse azulzinho [subtítulo] daí, tira isso daqui. Você [repórter] acabou de tirar uma babá [adolescente] de um inquérito de sequestro. Porque é muito precipitado e é o que eu digo. Obrigado, meu amor, você acabou de resolver um problema.

A Figura 3 expõe o momento em que a reportagem é exibida com o subtítulo destacando a acusação de sequestro.



*Figura 3.* Imagem da reportagem com destaque no título

Em seguida, o subtítulo é substituído por uma pergunta, porquanto surgiu a dúvida sobre o ato infracional:



*Figura 4. Imagem da repórter ao vivo*

Nota-se que o telejornal realiza o julgamento virtual, atribuindo juízo de valor aos suspeitos sem elementos suficientes. A fala de Marcelo Rezende evidencia a importância de a repórter atribuir rótulos (“drogadas”, “relapsas”) às pessoas envolvidas no caso, seja vítima ou acusada. Percebe-se que, mesmo sob a falta de dados, os(as) repórteres são cobrados a exercerem a função de juiz. Como ressaltado por Oliveira (2011), esse aspecto faz parte do telejornalismo policial, em que o apresentador se coloca no lugar de autoridade para condenar os ditos criminosos e, assim, explicar de formas simplistas os casos de violência. Na reportagem sobre o suposto sequestro, Marcelo Rezende impôs que a repórter se colocasse também como juíza e concluísse a reportagem com um julgamento.

Nota-se que precipitação em atribuir um tipo penal aos conflitos sociais é algo recorrente no telejornal, o que corrobora com o que Rifiotis (2008) afirma sobre o processo de judicialização dos conflitos sociais. Esse processo ocorre quando o Poder Judiciário administra dimensões que antes eram consideradas aspectos da vida social privada e eram inexistentes no âmbito jurídico, como, por exemplo, a infância e adolescência, o que possibilitou o reconhecimento e acesso à justiça. No entanto, o incremento do controle judiciário proporciona também a leitura criminalizadora dos problemas sociais, estabelecendo novos tipos penais e instituições que regulam a vida social.

O suposto caso de sequestro ilustra a necessidade de se atribuir um tipo penal a um

problema social que poderia ter sido resolvido fora do âmbito judiciário. Nesse sentido, o telejornal contribuiu ainda mais com o processo de judicialização da vida social, ao divulgar e procurar culpados para um ato infracional que nem mesmo havia sido cometido.

No caso da babá, ao notar a inconsistência dos dados, Marcelo Rezende questionou a credibilidade das informações e pediu que corrigissem o título da matéria. No entanto, diversas outras reportagens se mantêm sem essa precaução, sobretudo porque a principal fonte de informação do telejornal é o boletim de ocorrência policial, isto é, são casos que ainda não foram concluídos e estão sob investigação.

Segundo Madeira (2014), existe uma supervalorização e dependência das fontes policiais nesses tipos de telejornais. Nesse sentido, predomina a reprodução acrítica da versão policial, o que pode levar a difusão de uma única visão sobre os fatos. Desse modo, o que os policiais dizem é tido como verdade absoluta, sem espaço para questionamentos e nem mesmo para consulta a demais fontes de informações.

Ressalta-se que a reportagem sobre o suposto sequestro foi mencionada devido a crítica explícita que o próprio Marcelo Rezende faz sobre o caráter confuso, precipitado e fragmentado da reportagem. No entanto, a maioria das reportagens permanece limitada a uma única versão dos fatos e são concluídas precipitadamente com um rótulo atribuído às pessoas.

#### *4.1.6. Violações de direitos*

Vale ressaltar que foi possível constatar diversas violações de direitos no *Cidade Alerta*, o que corrobora com a pesquisa realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e o Intervozes, ao identificar as violações de direitos na mídia brasileira. Essa pesquisa revelou que os principais tipos de violação de direitos praticados pelos telejornais policiais são: desrespeito à presunção de inocência; identificação de adolescentes em conflito com a lei;

exposição indevida de pessoas e famílias; incitação ao crime, à violência; desobediência às leis ou às decisões judiciais; discurso de ódio e preconceito; violação do direito ao silêncio; tortura psicológica e tratamento desumano ou degradante (Varjão, 2015).

A violação ao direito à presunção de inocência, segundo Varjão (2015), acontece quando o acusado é tratado como culpado sem a conclusão do processo legal. Nesse sentido, até a finalização do julgamento, o acusado não pode ser considerado condenado. Esse preceito é garantido pela constituição, sobretudo no artigo 5º, incisos LIII e LVII,<sup>1</sup> o qual deve ser assegurado a todos os acusados de terem cometido crime ou ato infracional.

Esse tipo de violação é constante no telejornal policial *Cidade Alerta*, porquanto a principal fonte de informação é o boletim de ocorrência ou mesmo o depoimento de policiais. De forma precipitada, os acusados são julgados, virtualmente, e rotulados de “criminosos”, “bandidos”, violando-se o preceito constitucional do direito à presunção de inocência.

Outra violação recorrente refere-se à divulgação de imagens e iniciais dos nomes dos adolescentes acusados de atos infracionais. Além de informações relacionadas a localidade onde residem e o histórico de atos infracionais cometidos. No telejornal, também é comum a exposição indevida de crianças e adolescentes acusados de cometerem atos infracionais. A Figura 5 exibe a imagem divulgada de um adolescente acusado de ato infracional no *Cidade Alerta*. Em seguida, destaca-se algumas falas que possibilitam a identificação dos(as) adolescentes:

---

1 Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente. LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.





Figura 5. Imagem dos adolescentes na delegacia

Ele já tinha passagem pela polícia e é fugitivo da Fundação Casa. (Repórter)

O adolescente fugiu e a arma que seria dele desapareceu. Segundo a polícia, ele já foi apreendido antes por tentativa de roubo. (Repórter)

Nesse sentido, percebe-se que o telejornal desconsidera o artigo 143<sup>2</sup> do ECA, o qual veda a exibição de informações e imagens que identifiquem, de forma direta ou indireta, os(as) adolescentes acusados(as) de ato infracional.

Outro tipo de violação constante no *Cidade Alerta* é a exposição indevida de pessoas e famílias que ocorre quando acusados, vítimas e familiares são submetidos a constrangimento público. Essas pessoas têm a privacidade invadida ao serem expostas e constrangidas em rede nacional (Varjão, 2015). Abaixo, um exemplo em que o sofrimento da mãe de uma adolescente (12 anos) vítima de estupro é exposto excessivamente:

Marcelo, estou aqui com a mãe da vítima, ela que passou a tarde com a filha na delegacia, prestando depoimento, e estava lá quando o primeiro criminoso chegou para ser ouvido, ela estava contando que está tentando tirar forças que não sabe de onde para ajudar a filha, não é mesmo? (Repórter)

---

2 Art. 143 – É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência.

Logo, o sofrimento das vítimas é explorado, desrespeitando-se diversos dispositivos legais, tais como<sup>3</sup>: Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, art. 5º; Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, art. 6º, incisos VIII, X e XI; art. 7º, inciso IV; Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, art. 28, tópico 12, item “b”. Nesse sentido, o que está em jogo não é a proteção aos direitos à privacidade da pessoa, mas a garantia de altos índices de audiência. Portanto, o telejornal consiste em um instrumento de exploração dos sentimentos alheios para fins próprios.

Outra violação que ocorre no *Cidade Alerta* diz respeito ao direito ao silêncio. Essa acontece quando os(as) acusados(as) ou suspeitos(as) são coagidos(as) a responder as perguntas dos repórteres sobre o suposto crime ou ato infracional cometido (Varjão, 2015). A seguir, um caso em que um jovem, acusado de roubo e estupro, é interrogado sobre a sua participação no ato. Sem querer responder, o mesmo é provocado e reage. Logo, a repórter debocha e constrange o adolescente.

[Suspeito] Eu não “estrupei” ninguém, porque é que eu vou pegar?

[Repórter] Você participou só do roubo? Foi? Irritado com os questionamentos, o criminoso xinga e tenta intimidar nossa equipe. Acha que eu tenho medo desse olhar seu? Acha? Acha que você me intimida com esse olhar seu?

[Suspeito] E o que é que cê acha?

[Repórter] Não sei, eu tô querendo saber, isso aí me intimida?

[Suspeito] Cê acha isso mesmo?

[Repórter] Tô perguntando se você acha que me intimida.

Abaixo, um outro caso de estupro em que a repórter viola o direito ao silêncio do adolescente e insiste para que o mesmo assuma o ato:

[Adolescente] Tenho nada para falar, não.

---

3 Art. 5º – Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra os ataques abusivos à sua honra, à sua reputação e à sua vida particular e familiar. Art. 6º, VIII – respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão. Art. 7º, IV – expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais. Art. 28, 12, “b” não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico.

[Repórter] Não tem nada para falar? Você participava do estupro porque Alex (maior de idade) mandava? Ou você realmente estava afim mesmo?

[Adolescente] Eu não estuprava ninguém, não.

[Repórter] Você era o mais agressivo do grupo, do trio?

[Adolescente] Não. Ninguém estuprou ninguém aqui não, a gente roubava. Agora, estuprar, a gente não estupra, não.

[Repórter] Mas a polícia tem certeza que você é um dos estupradores.

[Adolescente] Mas não sou, não, e a gente vai ter a certeza agora.

Nota-se que o jornalista assume postura autoritária e constrangedora para interrogar o adolescente e pressioná-lo a assumir a autoria do ato infracional. Logo, o direito a permanecer calado é desconsiderado, sendo violado o artigo 5º, incisos II e LXIII, da Constituição Federal.<sup>4</sup> Além do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, art. 6º, inciso I.<sup>5</sup>

Nesses casos, também ocorre tortura e violência psicológica, visto que, ao coagir, humilhar e pressionar, o repórter inflige sofrimento psíquico aos adolescentes. Estes são submetidos a tratamentos degradantes, com a finalidade de obter confissões ou até mesmo de castigá-los por suposto ato infracional.

Nos casos de estupro, por serem os que mais comovem o público, é comum a humilhação dos acusados. Esse tipo de tratamento, imposto pelo telejornal, incita o crime e à violência. Foi o que ocorreu quando a repórter, interrogando um jovem acusado de estupro, afirmou que o mesmo não seria nem “aceito na cadeia”, se referindo à violência que os acusados de estupro são submetidos nos presídios e nas Unidades Socioeducativas. Desse modo, a repórter naturaliza e incita a violência numa instituição que deveria oferecer proteção ao(a) adolescente, mesmo que este(a) tenha cometido ato infracional. Destaca-se o questionamento da repórter ao acusado de estupro: “Você tem consciência que quem comete estupro nem dentro da cadeia é aceito?”.

---

4 Art. 5º, II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

5 Art. 6º – É dever do jornalista: I – opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nota-se a naturalização da violência, a incitação ao crime e a tortura psicológica, visto que a repórter estava impondo medo e punição ao adolescente. Nos trechos da fala abaixo, destaca-se um outro caso de incitação ao crime no *Cidade Alerta*, quando a apresentadora justifica a revolta da população:

Os ânimos de familiares e amigos se exaltaram com a saída da viatura e houve confusão. Cê vê aí o desespero dos familiares, né, dos amigos, até porque como é que num vai se indignar, me diz. Como é que o povo num vai se revoltar com um crime tão cruel? (Fábíola Gadelha)

É preocupante esse tipo de discurso, que apoia as pessoas que se indignam, se “revoltam”, porquanto pode incitá-las à fazerem “justiça com as próprias mãos”. Desse modo, a violação de direitos nos telejornais é recorrente e não deve ser naturalizada. Essas violações ocorrem diariamente no *Cidade Alerta* e afrontam diretamente a proteção à dignidade humana e até mesmo a democracia brasileira, ao desconsiderar o rol de direitos arduamente conquistados.

#### *4.1.7 Desconhecimento ou desconsideração do ECA e do SINASE*

Em algumas reportagens, fica evidente o desconhecimento ou mesmo a desconsideração das normas previstas para a responsabilização dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais, sobretudo quando se afirma que os(as) adolescentes não responderão pelos seus atos. Desse modo, desconsideram-se as medidas socioeducativas, inclusive a privativa de liberdade, como formas de responsabilização dos adolescentes. Para exemplificar tais equívocos, destaca-se trecho da fala de Marcelo Rezende, na qual ele apresenta uma informação equivocada sobre o ECA:

Ele não pode ir para a tal FEBEM, por que só pode ir acima de 14. Há dois menores no meio. Um de quinze e um de dezesseis. Mas eles não podem ser presos.

Percebe-se que tais informações distorcem o ECA e o SINASE, que garantem a responsabilização dos(as) adolescentes por meio das medidas socioeducativas. Essas medidas, dependendo de uma série de critérios, possibilitam que o adolescente seja privado de liberdade, inclusive a partir dos 12 anos de idade. Logo, percebe-se o equívoco do apresentador ao afirmar que apenas acima de 14 anos o adolescente pode cumprir medida em uma unidade socioeducativa.

Nesse sentido, o ECA e o SINASE são desconsiderados por desconhecimento ou mesmo descaso. Como afirma Teixeira (2006), os meios de comunicação são responsáveis por difundirem ideias equivocadas acerca do ECA, afirmando-o como lei que não responsabiliza o(a) adolescente. Ao propagar esse tipo de informação, o telejornal representa um desserviço à sociedade, porquanto a desinforma e não esclarece os direitos referentes à população infantojuvenil. Portanto, essa desinformação é apontada por Teixeira (2013) como mais um dos impasses para a efetivação do ECA.

#### *4.1.8. Visões diferentes sobre as crianças e os adolescentes*

As reportagens em que as crianças e adolescentes aparecem como suspeitos ou vítimas despertam reações contraditórias. Quando a vítima é uma criança, o apelo emocional é frequente e clama-se pela proteção e cuidado desses sujeitos. No entanto, quando as reportagens abordam o adolescente como suspeito de ato infracional, a reação é diferente, nega-se o direito à proteção e logo a punição é aclamada. A seguir, trechos das falas que exemplificam o contraste na abordagem do telejornal ao referir-se à criança vítima e ao adolescente acusado:

O crime que realmente chocou o Estado de São Paulo, principalmente por ter sido na frente do filho [criança] dessa guarda [vítima de homicídio] (...). Então, você vai vendo aí a chegada do criminoso, a chegada do assassino, então você vê que é o tal menor de idade. (Fabiola Gadelha)

O caso, que “chocou” o Estado de São Paulo, envolvia uma criança de 7 anos de idade, que estava presente no momento em que sua mãe foi vítima de um homicídio, supostamente cometido por um adolescente de 14 anos de idade. Logo, o acusado é chamado de “criminoso” e “assassino”, o caso é transformado em espetáculo, para, então, se clamar por repreensão.

Conforme ressalta Volpi (1997), quando se trata de um caso em que a criança é vítima de violência, a sociedade tende a mobilizar-se em prol da sua defesa e repudiar os agressores. Nesse sentido, o apelo emocional se torna ainda mais sensibilizador. Porém, essa reação não é a mesma quando os(as) adolescentes que cometem atos infracionais são expostos(as) à violações de direitos. Estes(as), devido à infração, não encontram eco para a defesa dos seus direitos, visto que são desqualificados(as) enquanto adolescentes. Logo, é difícil para a sociedade reconhecer no agressor um cidadão. Isto é, reconhecer que mesmo que o(a) adolescente tenha praticado a infração, ele(a) ainda é sujeito de direitos.

Como afirma Sales (2007), ao preconizar os direitos à criança e ao adolescente, o ECA é visto pela sociedade civil como dotado de positividade ética e política. Logo, não suscita questionamentos sobre a importância da garantia de direitos à essa população. No entanto, existe uma fratura ética, política e intelectual quando crianças e adolescentes cometem atos infracionais. Sob essa condição, nega-se a concepção de sujeitos de direitos aos adolescentes, que são igualados aos adultos que cometem crimes e devem ser punidos. Nesse sentido, é desconsiderada a necessidade de proteção a esses sujeitos e o ECA torna-se alvo de repúdio.

## **4.2 Análise das categorias**

Após a discussão das características gerais das reportagens que abordam o(a) adolescente autor(a) de ato infracional no *Cidade Alerta*, serão apresentadas e discutidas, a seguir, as categorias selecionadas para a análise do conteúdo das reportagens.

#### *4.2.1. Caracterização dos(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais*

Na categoria relacionada aos termos utilizados para caracterizar o(a) adolescente autor(a) de atos infracionais, foi possível identificar diversas adjetivações, tais como: “adolescente”, “menor”, “criminoso(a)”, “assassino”, “anta”, “psicopata”, “monstro”, “menino(a)”, “garota”, “jovem rica e bonita”, “jovem loira”, “bandidos”, “criaturas” e “agressora”.

Ao analisar as reportagens, notou-se que a maioria dos(as) adolescentes que aparecem no *Cidade Alerta* são pobres, negros e moram na periferia. Os crimes ou atos infracionais divulgados pelo telejornal dizem respeito aos “crimes de rua”, como afirma Romão (2013), ao denominar as infrações protagonizadas pelas classes perversamente excluídas. Até mesmo os locais de cobertura das reportagens são, na maioria, lugares associados pelo senso comum à violência, como os bairros periféricos. Nesse sentido, Budó (2006) ressalta que a mídia procura por crimes nos mesmos lugares que a polícia procura pelos suspeitos que se enquadram nos estereótipos do criminoso. Logo, as periferias são os locais típicos tanto da atuação da polícia como da mídia.

Ao selecionar determinados crimes, e não outros, para expor e constranger em cadeia nacional jovens pobres e negros, o telejornal reproduz a criminalização da pobreza historicamente presente na sociedade brasileira. Nessa conjuntura, o telejornal, assim como o aparato jurídico e policial, seleciona aqueles que devem ser encarcerados a partir de estereótipos. Como afirma Baratta (1999):

O processo de criminalização, ativado por estereótipos e preconceitos da polícia e da justiça, dirigiria "normalmente" a investigação e repressão criminal para os estratos inferiores, ampliando a discriminação seletiva. (p. 16)

Nesse sentido, crimes de menor dano social são divulgados por serem cometidos por negros e pobres, diferente de crimes de “colarinho branco”, que não têm o mesmo espaço para divulgação e indignação do apresentador. Estes crimes são ocultados pelo telejornal, apesar de trazerem maiores consequências para o desenvolvimento da sociedade, de forma geral – por exemplo, quando implica no desvio de dinheiro público que poderia ter sido investido em saúde e educação (Kilduff, 2010).

Nota-se que o crime é exposto e concebido de forma diferenciada, dependendo do estrato social a que pertence aquele que transgrediu. Nesse sentido, os crimes de colarinho branco têm uma representação inferior e são blindados pelas cifras ocultas, que correspondem àqueles crimes que não são investigados ou punidos. Esse processo falseia a distribuição da criminalidade entre as classes sociais, o que dá a impressão de que os negros e pobres cometem mais atos infracionais (Baratta, 1999). Portanto, ao selecionar os atos infracionais cometidos por pobres e adjetivá-los de criminosos, o *Cidade Alerta* contribui ainda mais para o processo de criminalização concentrada apenas em uma classe social.

Dentre as reportagens que evidenciaram o tratamento seletivo, destaca-se um caso em que um adolescente de 12 anos e uma criança de 6 anos de idade são acusados de tentar furtar uma corrente. Vale ressaltar que o ato infracional não ocorreu mediante violência, nem tinha elementos que comprovassem a gravidade do ato. No entanto, os dois foram conduzidos a uma delegacia comum e tiveram a imagem divulgada nas redes sociais pelos próprios policiais, o que foi motivo de crítica do desembargador à conduta dos policiais, devido à violação do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 143). O procedimento adequado, segundo o ECA, deveria ter sido a condução do adolescente para uma delegacia especial e o encaminhamento



da criança ao Conselho Tutelar. A Figura 6 expõe a imagem da criança e do adolescente divulgados no *Cidade Alerta*



Figura 6. Imagem da criança e do adolescente na delegacia

A reportagem é concluída com os comentários de Percival (comentarista oficial do *Cidade Alerta*) sobre a atitude do desembargador:

Tão fazendo muito barulho em torno do nada. Aquela senhora que nós entrevistamos matou a charada, menor também não pode ficar roubando. O menino, lamentavelmente, é reincidente, isso também não é tolerável, num pode acontecer.

Desse modo, naturaliza-se a arbitrariedade policial e a violação de direitos desses sujeitos pela sua condição de pobreza, já que são moradores da periferia, são negros e reincidentes. O que chama a atenção é que a atitude do desembargador é menosprezada e em nenhum momento criticam-se as ações dos policiais. Esse caso ilustra o quão desprezível é a vida desses sujeitos, que são tidos como “nada” (nas palavras de Percival). Como afirmam Coimbra e Nascimento (2003), a população infantojuvenil pobre é, historicamente, associada a classe perigosa e tem a sua condição humana negada. Como discutido no primeiro capítulo, essa condição foi reproduzida ao longo da implementação das políticas para essa população, sob a denominação de situação irregular. Nota-se que, mesmo com o abandono desse conceito jurídico, o ECA e o SINASE não conseguem romper com o caráter classista e punitivo das

medidas socioeducativas, porquanto esse impasse tem como determinante a criminalização da pobreza em curso no Brasil.

Nessa esteira, percebe-se que as adjetivações reproduzidas no telejornal reafirmam a concepção menorista e definem o público alvo do clamor punitivo. Majoritariamente, nas reportagens em que adolescentes negros e pobres são expostos, os termos “menor”, “criminoso”, “bandido”, “assassino” e “agressor” são recorrentemente utilizados. A Figura 7 exibe a imagem de uma reportagem em que o próprio título já antecipa a discriminação do adolescente acusado de ato infracional e os trechos das falas que o rotulam:



*Figura 7.* Imagem do adolescente sendo apreendido

Então, você vai vendo aí a chegada do criminoso, a chegada do assassino, então você vê que é o tal menor. (Fabíola Gadelha)

Essas falas apontam a persistência em utilizar o termo “menor”, que, desde a lógica do Código de Menores (1927), representa de forma pejorativa o adolescente negro e pobre. O Código legitimava a intervenção repressiva do Estado sobre “menores”, justificada pela situação de irregular, que nada mais era do que a condição de pobreza (Rizzini & Rizzini, 2004). Nota-se que esse termo ainda serve para classificar o adolescente negro e pobre, sobretudo, quando o telejornal trata de forma diferenciada os casos que envolvem pessoas de maior poder aquisitivo. Nesses casos, termos como “jovem rica e bonita”, “garota”, “menina” e

“adolescente” ilustram a desigualdade de tratamento. Para compreender essa diferenciação, destaca-se o caso em que uma adolescente considerada “rica” é acusada de liderar uma quadrilha. A Figura 8 ilustra o destaque no título e subtítulo da reportagem sobre a condição financeira da adolescente:



*Figura 8. Imagem da adolescente na delegacia*

Nesse caso, o repórter ressaltou as qualidades da adolescente e afirmou o quanto a mesma não corresponde aos estereótipos do(a) criminoso(a), isto é, o(a) adolescente negro(a) e pobre:

A jovem mora com a mãe em um prédio de classe média alta num bairro nobre de São Paulo. O pai é advogado. (Repórter)

Jovem, rica e bonita. Quem olha pra esta adolescente não imagina que, por trás de tanta beleza, existe uma chefe de quadrilha, especializada em roubos a condomínios de luxo. (Repórter)

Surpreso com o caso, o delegado afirma:

O que a gente fica um pouco espantado é pela tenra idade deles, eles são jovens [a adolescente e os demais acusados]. E, aparentemente, não teriam necessidade de estar no mundo do crime.

Embora seja reincidente e acusada de furtar quase 10 mil reais de itens eletrônicos, em

nenhum momento a adolescente é chamada de “criminosa”. Logo, os termos são suavizados, fala-se em acusação, em participação e cuidado à adolescente. Nessa reportagem, diferente das demais, quando se trata de adolescentes negros e pobres, não se clama por punição. Ao contrário, o que se afirma é o seguinte:

Agora eu vou te falar uma coisa, essa menina, é, eu acredito, eu acredito numa grande mudança. (Fabiola Gadelha)

Eu acredito que, agora, os pais sabendo o que aconteceu, vai tomar providência e aí essa menina pode se tornar uma pessoa melhor. (Fabiola Gadelha)

Essa foi a única reportagem em que se menciona a possibilidade de superação da prática infracional sem ser por meio da punição. Nota-se que essa afirmação ocorre devido à condição socioeconômica da família, que a torna capaz de oferecer cuidados à adolescente. Diferente da família pobre, que hoje é taxada de desestruturada e que, na época do Código de Menores, tinha a sua situação rotulada de “irregular”.

Nesse sentido, observa-se que os direitos são assegurados seletivamente. A “adolescente rica” deve ser protegida, cuidada e acredita-se que não irá reincidir. Ao contrário da criança de 6 anos e do adolescente de 12 anos (no caso ilustrado anteriormente), que são suspeitos de terem cometido um ato de menor dano à vítima, porquanto tentaram furtar uma corrente. No entanto, não se acredita numa mudança de perspectiva porque são pobres, logo, serão reincidentes.

Nesse outro caso, a participação da adolescente “rica” no ato infracional é amenizada e reduzida à mera “ajuda”. A Figura 9 expõe a imagem da reportagem, cujo título já antecipa que a adolescente não corresponde aos estereótipos de criminosa, porquanto é chamada de “jovem rica”:



*Figura 9. Imagem da adolescente acusada*

Ao longo da exibição da reportagem, os demais envolvidos no ato infracional são chamados de “criminosos” e culpabilizados pelo ato infracional, enquanto a adolescente é apenas chamada de “garota” e protegida de qualquer rótulo. Segundo o repórter:

Uma jovem nascida em berço de ouro. Mora em um apartamento de luxo, estuda em colégio particular, nada faltava para ela. Mesmo assim, a adolescente participou de um furto ousado, uma ação em que 650 mil reais foram levados pelos criminosos. O assalto aconteceu nesse prédio da Zona Sul de São Paulo. A garota de 15 anos mora com os pais num apartamento de cobertura. Foi ela que facilitou a entrada de uma moça e dois rapazes que participaram do furto.

Ao longo da reportagem, nota-se, mais uma vez, a tentativa de suavizar o envolvimento da adolescente no ato infracional devido à sua condição de “nascida em berço de ouro”, por este motivo fala-se em “participação” e “facilitação”. Essa suavização dos termos denota o quanto a exposição das pessoas no telejornal é desigual e depende da classe socioeconômica que pertencem.

Um outro caso chamou a atenção pela indignação seletiva do apresentador e do repórter do *Cidade Alerta*, ao exibir a reportagem em que um agente de segurança do Departamento Geral de Ações Socioeducativa (DEGASE/RJ) é agredido por um adolescente. A matéria exhibe, repetidamente, o momento da agressão, que foi registrada por uma câmera da Unidade socioeducativa. A Figura 10 expõe a imagem da reportagem, posteriormente, destaca-se alguns

trechos das falas do apresentador e do repórter:



*Figura 10. Imagem do momento da agressão*

Aí, olha como ele pega o agente na covardia. Pum! O agente nem sabe nem o porquê tá apanhando. Ele vai, ó lá. Os outros já cercam, olha o tamanho dos menores. Ele sai chutando o agente, cai por cima e essa é uma das imagens dessas FEBEM da vida. (Marcelo Rezende)

Esse agente denuncia que as agressões dentro da unidade são frequentes. (Repórter)

Nota-se que houve uma seletividade na escolha de “uma das imagens dessas FEBEM”, porquanto a violência que perpassa o sistema penal, assim como o sistema socioeducativo, é estrutural e não vitimiza apenas os agentes. Percebe-se que outras imagens são ocultadas pelo telejornal, sobretudo, aquelas que denunciam as inúmeras formas de violência (psicológica, moral, verbal, institucional) sofridas por adolescentes. Essas, não são capturadas pelas câmeras e nem mesmo teriam espaço para divulgação no telejornal. Na verdade, algumas podem até ser capturadas, como as imagens de agressões físicas sofridas cotidianamente por adolescentes, mas não vale a pena serem mostradas, nem se indignar, porque quem sofre é o dito “menor”. Esse, por ter cometido ato infracional, “merece” tão somente a punição. Desse modo, compreende-se que o telejornal recorta uma parte da violência reproduzida no sistema socioeducativo e se indigna apenas com a situação dos agentes de segurança.

Como afirma Baratta (1999), a definição da criminalidade e a reação social estão ligadas

ao caráter estigmatizante do considerado criminoso. Portanto, os estereótipos conduzem as ações dos órgãos oficiais de forma seletiva, bem como o alarme social em prol da punição. Desse modo, ao expor prioritariamente pobres e negros como autores do crime, o telejornal endossa o discurso preconceituoso historicamente presente na sociedade brasileira, legitima a seletividade e reafirma os preconceitos e estigmas contra a população desfavorecida.

#### *4.2.2. Causas associadas ao ato infracional*

Ao analisar esta categoria, percebeu-se que existe uma certa preocupação dos repórteres e do(a) apresentador(a) em “revelar” as “reais” motivações que levaram os adolescentes a cometerem atos infracionais. Por esse motivo, a maioria das reportagens destaca as causas da infração dando caráter de verdade absoluta, tendo como base a “investigação” dos repórteres, que conversam com familiares das vítimas e dos acusados, vão até o local do ocorrido, bem como possuem informações exclusivas das fontes policiais.

De modo geral, as causas associadas ao ato infracional apresentadas nas reportagens do *Cidade Alerta* foram relacionadas a motivações pessoais, psicopatologias e desestruturação familiar. As motivações de ordem individual são as mais apontadas nas reportagens. Ao longo da narração dos casos, o repórter ressalta que os(as) adolescentes cometem atos infracionais devido à rebeldia, ciúme, ganância e inveja. A seguir, o exemplo de uma reportagem que chamou atenção pelo histórico de violações sofridas por uma adolescente acusada de homicídio e a contradição das conclusões da repórter. A Figura 11 exibe a imagem da reportagem que destaca, no título, as motivações do ato infracional.



*Figura 11. Imagem da reportagem*

Segundo a repórter:

Por ciúmes do namorado, a menor matou Gabriele [vítima], na porta da loja onde a jovem trabalhava.

No começo do ano, a menor já tinha esfaqueado outra menina por causa de uma suposta fofoca envolvendo o namorado.

O delegado responsável pelo caso afirma:

Segundo ela [adolescente acusada], ela teve um processo de iluminação e decidiu, segundo os dizeres dela, “puxar a cadeia dela”.

Em relação ao Conselho Tutelar, a repórter mencionou que:

Segundo o Conselho Tutelar, a adolescente [acusada] vem de uma família desestruturada, usava drogas.

Desse modo, a repórter conclui:

Ela [adolescente acusada] até chegou ali, ao delegado, confessando que consumia droga há dois anos, portanto, começou aos quatorze, só que, nos últimos dois meses, estava muito ansiosa, estava sofrendo com dores no coração e decidiu aumentar o consumo dos entorpecentes. A gente também puxou a ficha escolar da garota, adivinhe, um histórico cheio de problemas e violências. Ela foi suspensa várias vezes e até teve uma expulsão e, devido analisar aí todos esses fatos, a polícia decidiu pedir o exame psiquiátrico da menina, que eles acreditam realmente que ela seja uma psicopata.



Nota-se que a adolescente teve a vida esquadrihada, “puxaram” a ficha escolar, procuraram informações sobre a família e sobre os antecedentes infracionais. Logo, uma série de rótulos foram impostos, tais como: família desestruturada, “menor problemática” e violenta. Esse caso ilustra o quanto a proteção e a promoção do sujeito de direitos é violada. A adolescente apresentava sérios indícios de vulnerabilidade social, tendo em vista que desde os quatorze anos usava drogas, foi expulsa do colégio e havia cometido ato infracional. Esse quadro denota a ineficácia ou insuficiência das políticas de proteção à criança e ao adolescente.

Nota-se que o Conselho Tutelar serviu para impor a etiqueta da “família desestruturada e mãe drogada”, corroborando ainda mais com a estigmatização, quando deveria ter garantido os direitos fundamentais para a proteção da adolescente. Nesse sentido, parece que a função protetiva do Conselho Tutelar inexistiu para a adolescente, assim como para diversas crianças e jovens que necessitam de proteção. De acordo com Batista (2012):

os Conselhos Tutelares, concebidos para democratizar a justiça dirigida a crianças e adolescentes, transformam-se em dispositivos policiais, prontos a penalizar e criminalizar as relações familiares, principalmente as dos pobres. (p. 9)

Desse modo, entende-se que o Conselho Tutelar tem se distanciado da garantia de direitos à população infantojuvenil e se tornado mais um instrumento de investigação, controle e punição dos pobres. Nota-se, no caso ilustrado, que a seleção da adolescente para o encarceramento teve início antes da ocorrência do homicídio, isto é, quando a escola rotulou e excluiu a “aluna problemática”, quando o Conselho Tutelar etiquetou a “família desestruturada” e o sistema de Assistência Social se ausentou da responsabilidade de promover direitos. Logo, percebe-se que o processo de criminalização começou antes mesmo da adolescente cometer ato infracional. O que corrobora as afirmações de Baratta (1999), que aponta que o encarceramento é o ponto culminante do processo de seleção, que começa antes da aplicação da pena ou da

medida socioeducativa. Nesse sentido, percebe-se que até mesmo o *Cidade Alerta* contribuiu para a consolidação desse processo, ao selecionar o caso para expor o quanto a adolescente é perigosa e, assim, fomentar a discriminação da “menor”. Portanto, o encarceramento representa a consolidação da carreira criminosa, que é fomentada pela discriminação social operada pela escola, Conselho Tutelar, Assistência Social e, ainda, pelos meios de comunicação.

Vale destacar, ainda, a afirmativa da adolescente em relação a “decisão de puxar a cadeia” e o processo de *criminalização secundária*, que, segundo a teoria do *Labelling Approach*, representa a confirmação da profecia do rótulo. Tal teoria destaca que os mecanismos seletivos operam desde a formação da lei penal (criminalização primária), ao delimitar os tipos penais, até a aplicação da lei (criminalização secundária). Esse processo de tipificação do crime e do criminoso depende da posição de classe dos indivíduos. Logo, “as maiores chances de ser selecionado para fazer parte da população criminosa aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos da escala social” (Baratta, 1999, p. 165). Nesse sentido, a aplicação da lei é direcionada àquele rotulado de criminoso.

Percebe-se que a adolescente confirmou o rótulo que lhe foi atribuído e, segundo a repórter e o delegado: “ela resolveu esperar pela prisão”. Desse modo, entende-se que tal “espera” e “decisão” não foi algo deliberado e aleatório, mas resultado de um processo de criminalização e desresponsabilização da sociedade e do Estado, o qual se fez presente apenas no momento de punir.

No entanto, apesar de ter mencionado uma série de situações que denotavam a vulnerabilidade social que a adolescente vivia, a reportagem é finalizada destacando que o ato infracional ocorreu somente por causas psicopatológicas. Assim como em outras reportagens, fica evidente o quanto o telejornal reduz o ato infracional às causas individuais, familiares e psicopatológicas. Abaixo, alguns trechos das falas que exemplificam as causas atribuídas aos atos infracionais nas demais reportagens:

Se alguém me disser que ele [adolescente] nasceu já com instinto do crime, eu vou olhar com atenção para a ideia, porque eu em muitos casos acredito nisso. (Marcelo Rezende)

Eu fui saber da história. Se isso não é, né? Se esse moleque não é fruto de uma bagunça familiar, uma desagregação completa, eu mudo de nome. (Marcelo Rezende)

Hoje ela está engaiolada, porque ela escolheu assim. (Mãe da adolescente acusada de homicídio)

E fica claro que [o adolescente] é um pedófilo precoce. Quer dizer, ele tem um potencial de periculosidade para a sociedade terrível. Porque ele fez isso, é a história psiquiátrica do pedófilo. Fez isso desde a mais tenra idade dele, vai continuar fazendo sempre. (Percival)

Os trechos destacados representam o quanto a violência no *Cidade Alerta* é reduzida à perspectiva individual, ao mesmo tempo em que são desconsideradas as determinações sociais, históricas, econômicas e políticas. Em suma: são desconsideradas as complexidades da realidade social que determinam a violência (Campello, 2008; Teixeira, 2013).

Percebe-se, assim como afirma Magalhães (2015), que a justificativa ideológica sobre o crime é construída com base na naturalização dos problemas econômicos e na atribuição dos indivíduos como responsáveis pela criminalidade. Nessa esteira, o sistema econômico, social e cultural, na lógica liberal, é concebido de forma desconexa. O que se produz é o conhecimento aliado à naturalização do individualismo e do egoísmo. Portanto, a explicação sobre o crime se reduz à escolha pelo “caminho do mal ou por doenças mentais” (p. 35).

Nesse sentido, o *Cidade Alerta* reproduz as ideias tanto da criminologia positiva quanto da Escola Clássica, ao apontar o ato infracional como resultado de escolhas individuais e psicopatológicas. Como discutido no primeiro capítulo, esses modelos da criminologia explicam a criminalidade de forma diferenciada. De acordo com Baratta (1999), a perspectiva positivista da criminologia se baseia no determinismo psicopatológico e explica o crime a partir da causalidade do comportamento criminoso, o que diferencia os indivíduos criminosos dos não criminosos. Já criminologia produzida pela Escola Clássica, está fundamentada nos

princípios de igualdade, livre arbítrio e meritocracia, ao conceber o crime como escolha individual de transgressão da norma. Desse modo, a punição é compreendida como uma consequência dessa escolha.

No entanto, apesar das divergências na concepção de crime, esses dois modelos criminológicos concebem o delito como universal e independente do contexto socioeconômico. Logo, reduzem as causas do crime à ordem individual, a partir da compreensão do indivíduo deslocado do contexto social, a-histórico e apolítico.

Ressalta-se que a ideia do crime como escolha vai ao encontro da ideologia meritocrática, reafirmada pelo neoliberalismo, em que a liberdade do indivíduo é hipervalorizada. Nessa conjuntura, concebe-se o indivíduo deslocado do contexto econômico, político e social. Logo, o que aflige os indivíduos, como, por exemplo, a pobreza e a desigualdade, é resultado tão somente das escolhas e das consequências destas, porquanto todos desfrutam das mesmas condições e possibilidades de vida. Portanto, essa ideologia legitima a redução do Estado quanto às políticas sociais e propaga a necessidade de expansão do Estado Penal, com a adoção de leis cada vez mais punitivas (Budó, 2006; Petry & Nascimento, 2016).

Ao analisar as causas do ato infracional afirmadas pelos interlocutores do telejornal, notou-se também a reprodução das características da fase da adolescência amplamente difundidas pela Psicologia do Desenvolvimento nas suas formulações iniciais. Sobretudo, ao se afirmar que a rebeldia, inconsequência, desobediência e transgressão dos adolescentes motivaram o ato infracional. Vejamos:

Mas a menina Natasha [adolescente acusada de homicídio] cresce e fica rebelde, a relação com a mãe vira uma guerra, ela não quer mais estudar, não quer mais ajudar a mãe, ameaça sair de casa. (Repórter)

O adolescente fica revoltado porque o pai não deixa fazer isso, a mãe não deixa fazer aquilo. (Repórter)

Ela [adolescente] tava revoltada, ela tava alteradíssima. (Repórter)

Sobre as características da adolescência, vale ressaltar que a Psicologia do Desenvolvimento foi responsável pela construção da ideia da adolescência como fase natural e incompleta do desenvolvimento humano, com características generalizadas e estáveis. Nesse sentido, foi atribuído ao adolescente o status de problemático por ter como traço a transgressão das normas. Logo, esse conhecimento padroniza a adolescência e contribui para o rótulo de sujeito naturalmente transgressor (Petry & Nascimento, 2016).

Como afirma Meira (2012), esse tipo de conhecimento culpabiliza os sujeitos pela sua condição e reduz as questões multideterminadas às causas individuais. Por esse motivo, está a serviço do status quo ao naturalizar os fenômenos sociais e retirar o caráter histórico das análises sobre o humano. Desse modo, as mediações sócio-históricas que constituem o indivíduo são negadas, para construir um saber conservador, aliado aos interesses do capital, de manter a ordem e adaptar sujeitos (Kahhale & Rosa, 2009). É nessa esteira que o telejornal policial fragmenta a realidade, atribui a responsabilidade da violência à perspectiva individual e demarca o posicionamento ideológico e político que representa o interesse de uma determinada classe social (Romão, 2013; Sader, 2013).

#### *4.2.3. Argumentos relacionados à defesa da redução da idade penal*

Ao analisar essa categoria, percebeu-se que o discurso sobre a redução da idade penal é permeado de críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. As críticas a essa legislação ocorrem devido ao caráter protecionista à população infantojuvenil, que impede a mídia de divulgar nomes ou imagens de crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais. As medidas socioeducativas e a proibição de qualquer ação que coloque esses sujeitos em constrangimento ou em dano físico e psíquico também motivam críticas ao ECA. Logo abaixo,

destaca-se alguns trechos das falas de diferentes interlocutores, nos quais o ECA é veementemente criticado, seguido do apelo emocional.

O de 16, que não pode ir para a cadeia, eu não posso mostrar o rosto, tem que ser tratado como se fosse gata siamesa a pires de leite. (Marcelo Rezende)

Diz que é uma questão didática, que o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que tem que ser o mais breve possível, a internação, tá bom, então faz o mais breve possível a prisão dos maiores de idade, isso é conversa fiada, né?! É a mais absoluta conversa fiada. (Marcelo Rezende)

Então, você vê que é o tal menor de idade que não pode, que a gente não pode de jeito nenhum mostrar o rosto aqui, né?! Não pode. Mas ele pode pegar uma arma, matar uma mulher na frente do filho e o menor de idade continua desse jeito, sem poder mostrar o rosto, né, fazendo o que faz e a impunidade do nosso Brasil continua. (Fabiola Gadelha)

Nesse sentido, o telejornal policial contribui para o descrédito do ECA, ao espetacularizar a violência, e atribui aos adolescentes os altos índices de violência. Expõe-se que os mesmos são “protegidos” pela lei, não respondem pelos atos cometidos e, por isso, o ECA confere impunidade ao adolescente que comete atos infracionais. No entanto, vale ressaltar que a pesquisa realizada pelo IPEA (2015) chama a atenção para o mito da impunidade, que tanto é apontada como motivo para mudanças na legislação. Os dados dessa pesquisa apontam que, dos 15 mil jovens cumprindo medida de internação em 2013, apenas 3,2 mil (21,3%) cometeram atos graves. O que denota que os adolescentes são privados de liberdade mesmo sem terem cometido atos considerados graves. Tal fato representa o descumprimento das diretrizes do ECA que preconizam a excepcionalidade da medida restritiva de liberdade, aplicada apenas para casos que envolvem risco à vida. Portanto, o telejornal propaga uma ideia equivocada sobre o ECA e ainda o critica sem nenhum tipo de embasamento.

Vale ressaltar que os atos infracionais graves representam uma parcela pequena das infrações cometidas por adolescentes, como já discutido. No entanto, o que chama a atenção é que os argumentos sobre a redução aparecem mais diretamente nas reportagens sobre estupro e

homicídio. Destarte, o telejornal policial hiperdimensiona a participação do adolescente em relação aos crimes cometidos no país, o que faz com que haja apoio à medidas como a redução da idade simplesmente por “parecer” que os adolescentes são os responsáveis pelo aumento da violência. Esse hiperdimensionamento fomentado pelo telejornal policial corrobora com o que Mario Volpi (1997) e Marília Rovaron (2015) apontam ao afirmar que atribuir ao adolescente a responsabilidade pelo aumento de crimes no país é um mito recorrente.

De acordo com Batista (2015), a mídia tem apoiado incondicionalmente os defensores da redução da idade penal e forjado um consenso baseado na falta de informação. Nesse sentido, os meios de comunicação estrategicamente ocultam os argumentos contrários à redução da idade penal e negam o esclarecimento público. Portanto, a ausência de informação é o que move o apoio à redução da idade penal, assim, os dados empíricos são subtraídos dessa discussão para dar lugar apenas ao bombardeamento de casos estarrecedores. Nessa combinação, a mídia produz consenso fascista que visa tão somente fomentar o ódio e a vingança dos telespectadores (Batista, 2015).

Percebeu-se também que o discurso de Marcelo Rezende acerca da redução da idade penal está alinhado aos argumentos utilizados pelo ex-deputado Benedito Domingos, ao propor a PEC 171/93, discorridos no segundo capítulo. Essa semelhança sobressai ainda mais quando se trata de reportagens que expõem adolescentes com idades próximas à maioridade penal. Logo, alega-se a maturidade do adolescente frente ao incremento tecnológico, bem como o direito ao voto e ao matrimônio, permitidos aos sujeitos que completam 16 anos. Os trechos abaixo exemplificam a semelhança com as justificativas do ex-deputado Benedito Domingos:

16 anos, no mundo de hoje, o sujeito sabe bem o que é que faz. O mundo é outro. Só não muda a cabeça dessa gente, né?! Que não entende que o mundo é outro e que chegou o momento de punir. Se pode eleger presidente com 16 anos, se pode se emancipar com 16 anos, se pode casar com 16 anos, resumo: você pode dirigir a sua vida num casamento, né?! Você pode votar para presidente da república e não pode ser preso?! Té logo. (Marcelo Rezende)

Nota-se que apenas o critério biológico está sendo levado em consideração ao defender a redução da idade penal. Como discutido no segundo capítulo, a definição da idade de imputabilidade penal não se sustenta somente no critério biológico, ela tem como base a concepção de adolescente como sujeito de direitos e pessoa em condição de desenvolvimento. Por conta dessa fase, o adolescente deve ter assegurado os seus direitos fundamentais e responder pelos seus atos por meio das medidas socioeducativas. No entanto, a ênfase na maturidade do adolescente para justificar a redução da idade penal desconsidera os deveres do Estado em assegurar esses direitos (Valença et al., 2014).

Apesar da negação de direitos exposta cotidianamente e da explícita defesa pela redução da idade penal, os âncoras de telejornal policial, Marcelo Rezende e José Luiz Datena, foram convidados a contribuir com uma audiência pública sobre a PEC 171/93 na Câmara dos Deputados. Tal convite foi realizado durante o processo de aprovação dessa PEC, em 2015. Para justificar esse convite, alegou-se o caráter de “especialistas em violência” e a responsabilidade na formação da opinião pública.

Esse episódio representa a ausência de imparcialidade nos meios de comunicação, visto que os posicionamentos dos apresentadores estão demarcados e o discurso de Marcelo Rezende se alinha ao dos deputados favoráveis à PEC 171/93. Tal relação é permeada por interesses econômicos e políticos, inexistindo o compromisso com a produção e divulgação de informações esclarecedoras. Além de ser um desrespeito aos valores éticos e sociais (Madeira, 2014). A seguir, destaca-se a um trecho da fala de Marcelo Rezende que ilustra o que está na base da defesa pela redução da idade penal:

Mas a lei não pune quando ele estupra, quando ele mata, quando ele sequestra, quando ele assalta... ah, não. Isso a lei não pune. A lei só protege. E ao proteger, o que é que acontece? Acontece uma coisa simples: nós ficamos cada vez mais expostos. Nós não temos uma lei que nos proteja. Por que a lei se pudesse, ela pegava os dois menores e



levaria para casa e ficaria fazendo “sapecas iaiá” com os dois. Esta é a lei deste país. (Marcelo Rezende)

O inimigo está próximo e se trata do tal menor de idade, que a gente num pode aqui nem mostrar o rosto. Ele cometeu esse crime, cometeu estupro, e a gente num pode falar nem as iniciais do nome. (Fabíola Gadelha)

Nota-se que o discurso se funda na lógica de segregação da sociedade entre “nós”, “cidadãos de bem”, ou “pais de família”, “trabalhadores” e “eles”, “inimigos”, “vagabundos”, “menores”. Esse *apartheid* social, propagado pelo *Cidade Alerta*, promove a identificação dos adolescentes autores de atos infracionais como alheios e estranhos aos trabalhadores, cidadãos ou sujeitos de direitos (Madeira, 2014). Nesse sentido, o telejornal define a sociedade de forma dicotômica e maniqueísta, defendendo a existência de dois tipos de indivíduos: de um lado, os trabalhadores resignados e submissos, isto é, aqueles que se sujeitam à lógica do capital, e, do outro lado, aqueles que põem em risco a propriedade privada e a ordem.

É nessa lógica que o sistema punitivo cumpre a função de “controle dos resistentes e a manutenção da ordem do processo de acumulação de capital” (Batista, 2015, p. 12), tendo em vista que existe uma relação histórica entre o cárcere e a demanda por ordem do capitalismo, como discutido no segundo capítulo. No entanto, para legitimar a função do cárcere é necessária a propagação da ideia de que o mesmo é reservado aos “criminosos”, por sua condição inferiorizada e desumana. Mas quem são esses considerados criminosos/inimigos? Quais são os adolescentes alvos da proposta de redução da idade penal? Certamente, essa proposta não foi feita para todos igualmente, até porque, como já discutido, a sociedade é marcada pela contradição de classe e, nesse tipo de sociabilidade, a lei está a serviço de uma determinada classe. Desse modo, o sistema socioeducativo é direcionado de forma seletiva, assim como o clamor punitivo (Batista, 2015).

Assim, como foi exposto na categoria “caracterização dos adolescentes autores de atos infracionais”, o clamor punitivo aparece de forma seletiva no telejornal. Quando se trata de

adolescentes negros e pobres, a punição como “merecimento” aparece de forma mais evidente. Já nas reportagens que envolvem adolescentes de classe econômica média e/ou alta, fala-se mais sobre a necessidade de proteção.

Como discutido no primeiro capítulo, a seletividade marca a trajetória das políticas públicas para crianças e adolescentes desde as primeiras iniciativas de atendimento à essa população. Inicialmente, sob a égide da doutrina da “situação irregular”, selecionava-se crianças e adolescentes pobres para a internação massiva. Com a adoção do ECA, essa doutrina foi abolida, no entanto, a cultura autoritária e seletiva ainda não foi superada. O caráter classista continua permeando as práticas e os discursos sobre o sujeito que merece o aprisionamento (Paiva & Cruz, 2014). Nessa conjuntura, as reportagens do telejornal ilustram essa seletividade, ao expor de forma diferenciada o clamor punitivo.

Essa análise vai ao encontro das considerações de Petry e Nascimento (2016), que avaliaram os comentários e as imagens de uma página no *Facebook*, favorável à diminuição da idade penal. Essa pesquisa apontou que os adolescentes alvos do discurso sobre a redução correspondem a tipologia do criminoso, isto é, são majoritariamente negros e pobres. Segundo os autores, o clamor punitivo se direciona ao público estereotipado de perigoso e que, por isso, tem a sua condição humana e cidadã negada.

Não por acaso, esse é o público que possui maior probabilidade de ser vítima de homicídio, segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014). Não obstante, no discurso do âncora do telejornal policial, não há “espaço” para esse tipo de denúncia, nem mesmo é mencionada essa realidade que é sofrida por sujeitos que, sob a condição de pobreza, são considerados criminosos. Essa realidade é mascarada e não sensibiliza porque os jovens pobres negros não são considerados cidadãos de bem (ou bens).

#### *4.2.4. Soluções para diminuir a violência*

Durante a divulgação dos atos infracionais graves, tais como estupro e homicídio, facilmente são defendidas medidas mais punitivas para conter a violência, além da redução da idade penal. As medidas mencionadas são: aumento do tempo de internação dos adolescentes, pena de morte e prisão perpétua.

Ao expor a reportagem sobre um adolescente acusado de homicídio, Marcelo Rezende defendeu o aumento do tempo de internação de três para oito anos. Ao falar sobre isso, o apresentador criticou as intenções políticas do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao solicitar a urgência na discussão desse projeto no Senado. Segundo Marcelo Rezende, Geraldo Alckmin fez uma “jogada para a torcida”, se referindo ao fato do governador exigir a aprovação do projeto, mas, contraditoriamente, não manter os adolescentes internados na Fundação Casa. Abaixo os trechos da fala de Marcelo Rezende sobre a atitude de Geraldo Alckmin:

Tá jogando para a torcida com a história dos oito anos, quando, na prática, a FEBEM, aqui em São Paulo, deixa o sujeito com no máximo um ano.

Olha que eu apoio à beça a decisão do governador dos oito anos, quando eu descubro que o que sai pela boca, não é o que sai na caneta. Não é oito anos nada, porque a FEBEM aqui de São Paulo deixa no máximo um ano, quando chega um ano.

Tais falas exemplificam o quanto Marcelo Rezende assume uma postura de autoridade, se colocando acima dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Como afirma Oliveira (2011), ao criticar as autoridades, o telejornal tenta assumir a função de prestação de serviço, para fortalecer o sentimento de representatividade dos telespectadores. No entanto, o telejornal não proporciona o debate e ainda infringe os direitos dos cidadãos, como já discutido. Portanto, esse tipo de jornalismo acaba se tornando um desserviço à medida que viola e desinforma a população sobre seus direitos.

De acordo com Madeira (2014), essa tentativa de se colocar como prestador de serviço é permeada de interesses políticos eleitoreiros. Logo, o viés político-eleitoral perpassa o telejornal policial e fica evidente quando o apresentador critica ou elogia certas autoridades. Não é à toa que diversos repórteres e apresentadores desse tipo de telejornal exercem mandatos políticos.

Em relação ao aumento do tempo de internação defendido pelo apresentador, ressalta-se que tal projeto de lei se soma às diversas PECs que visam a desqualificação do ECA, considerado como instrumento que confere impunidade. Como ponderado no segundo capítulo, essas propostas têm em comum o acirramento punitivo que se expande na conjuntura atual, conservadora e fascista. Os trechos da fala de Marcelo Rezende, abaixo, representam as demais soluções apresentadas para diminuir a violência:

E digo mais, né! Tem que ser julgado e onde eu acho que tem que ser julgado, se tivesse pena de morte, era isso que tinha que acontecer, porque a menina de 12 anos está marcada para sempre, enquanto ele vai dá um *rolé* nessa FEBEM e vai ser solto.

Pois eu pegava os três [adolescentes] e metia numa pena de morte. Aí tem gente que, tem uns que diz, não mais 16 anos.

Se aqui fosse um lugar sério, eles [adolescentes] iam era parar na cadeia e mais que isso, e mais que isso.

Nota-se que o discurso se pauta na desconstrução dos direitos humanos, tendo em vista que se propaga a ideia do criminoso como não-humano. Desse modo, argumenta-se que é necessário tão somente aumentar punição para contê-los. Nesse sentido, a punição é justificada como modo de prevenção do crime. Sobre esse aspecto, vale ressaltar um trecho da fala de Geraldo Alckmin, durante a exibição de uma reportagem, ao comentar a ocorrência de um estupro: “Lamentar profundamente esse episódio e, é... punição exemplar, isso é inadmissível.”

Essa fala representa o quanto o telejornal propaga a ideia de que a punição, por si só, tem o efeito de inibir demais infrações e, por isso, serve como exemplo. Portanto, a violência

se combate tão somente com o aumento da punição. Nesse sentido, nota-se a lógica punitiva individual, que perpassa a criminologia positivista e a clássica, que se baseiam na explicação do crime causado por escolha ou por traço psicopatológico. A partir dessa justificativa, a punição é compreendida como correção daquele que transgrediu a norma e, com isso, a prevenção de demais infrações (Baratta, 1999).

Ao enfatizar a importância do acirramento da pena para a prevenção de crimes, nota-se a reprodução das ideias que embasam as Teorias das Janelas Quebradas e a Política da Tolerância Zero. Tais pressupostos reafirmam que a punição, até mesmo dos pequenos delitos, serve como exemplo e previne a ocorrência dos delitos mais graves. As Teorias das Janelas Quebradas e a Política da Tolerância Zero foram exportadas para o Brasil como políticas exitosas, passando a ser remédio universal para todos os males da criminalidade e, nesse cenário, a ação policial adquiriu mais poder e liberdade (Kilduff, 2010; Wacquant, 2000). Tais políticas fazem parte do contexto em que o Estado deixa de investir em políticas sociais e passa a priorizar as políticas criminais.

Percebe-se, também, a semelhança do discurso punitivo de Marcelo Rezende com o abandono do ideal de reinserção. O que está em jogo não é a reinserção social dos sujeitos que cometem crimes, é apenas a punição por meio do isolamento dos “indesejáveis” (Wacquant, 2003). Esse fato também reflete a função de isolamento e neutralização da população excedente, por meio do cárcere, na fase atual do capitalismo, ao contrário da fase inicial, que visava a reeducação dos trabalhadores camponeses para submetê-los ao trabalho assalariado. Percebe-se que a justificativa do encarceramento não passa mais pela via da ressocialização, mas pela mera impossibilidade de o sujeito cometer crime enquanto estiver isolado. Desse modo, a prisão serve como fábrica de exclusão de pessoas (Kilduff, 2010).

Até mesmo o sistema socioeducativo, como já discutido no primeiro capítulo, tem servido como mais um instrumento de exclusão e punição dos adolescentes. Sobre esse aspecto,

cabe destacar um trecho da fala de um adolescente, ao ser questionado pelo repórter sobre a tal “proteção conferida pelo ECA”.

[Repórter] Segundo a PM, os menores têm diversas passagens pela polícia. Se vão ficar internados dessa vez é difícil de saber. Eles acreditam na impunidade. O quê que cê acha da lei? Do fato de o menor num ficar detido muito tempo?

[Adolescente] Cadeia é tudo igual, sô.

A fala do adolescente representa a indiferença entre o sistema prisional e o socioeducativo em relação à privação de liberdade. Os adolescentes que cumprem internação sofrem os mesmos efeitos do encarceramento. Diferente do que é dito no telejornal policial, os adolescentes não gozam de privilégios nem proteção, são punidos e julgados rigorosamente. Logo, a realidade do sistema socioeducativo não é revelada e, por este motivo, em vez de sensibilizar a população sobre as violações de direitos e denunciar o sistema punitivo, o telejornal propaga demonização do adolescente.

Como discutido no segundo capítulo, o clamor punitivo não advém da realidade dos fatos, mas da adesão subjetiva à barbárie que os meios de comunicação produzem. Vale ressaltar que Batista (2015) denomina adesão subjetiva à barbárie à demanda coletiva pela punição em escala cada vez mais intensificada. Nesse sentido, a mídia tem sido a principal responsável pela construção da “fé na truculência” (p. 30), ao divulgar casos estarrecedores e apontar a punição como única solução para a violência. Além de negar o debate público e os esclarecimentos sobre a ineficiência da prisão. Portanto, o telejornal é um instrumento que corrobora ainda mais para a adesão subjetiva à barbárie, tendo em vista que, desde o seu formato, até a exibição das opiniões dos interlocutores, tem a finalidade de propagar discurso punitivo aos(as) adolescentes.

## Capítulo 5: Considerações finais

A redução da idade penal faz parte das temáticas abordadas nos meios de comunicação e tem sido aclamada como solução para a violência. Nos telejornais policiais, tal temática ganha contornos peculiares, devido à ênfase em reportagens sobre adolescentes que cometem atos infracionais, a partir do apelo emocional e sofrimento das vítimas. Por esse motivo, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o discurso sobre a redução da idade penal no telejornal policial *Cidade Alerta*. Para alcançar tal discurso, foram traçados objetivos mais específicos: caracterizar os(as) adolescentes autores(as) de atos infracionais expostos nas reportagens; identificar as causas atribuídas ao ato infracional e as soluções apresentadas para diminuir a violência, além de investigar os argumentos utilizados para defender a redução da idade penal.

Ao analisar o contexto de retomada da discussão e aprovação da PEC 171/93, percebeu-se que a proposta de reduzir a idade penal faz parte da conjuntura política e econômica em que o Estado assume funções penais, em detrimento das demandas sociais. Desse modo, a proposta representa mais uma medida punitiva diante da demanda do capital por ordem. Nesse cenário, o telejornal policial fomenta o clamor punitivo, a partir da culpabilização de alguns sujeitos eleitos como responsáveis pelos problemas sociais.

Nos primeiros contatos com as reportagens, já chamava atenção a superficialidade e até mesmo a confusão das informações que, de modo geral, reduzem a violência a acontecimentos corriqueiros deslocados do contexto social. Desse modo, a perspectiva individual é colocada em evidência, para dar lugar ao julgamento virtual. Logo, pessoas são julgadas, ridicularizadas e culpadas, sem a conclusão do processo legal. Portanto, a violação de direitos é algo comum e naturalizado no telejornal.

Transformados em espetáculo, os casos de violência são retratados como novela roteirizada, onde as pessoas se tornam personagens de uma trama. É nesse formato que o adolescente autor de atos infracionais é apresentado como inimigo social, aquele que deve ser punido e demonizado. Obviamente, não são todos os adolescentes, mas, notadamente, os negros e pobres. Esses, são alvos da criminalização antes mesmo de cometerem atos infracionais e cumprirem medidas socioeducativas, porquanto carregam os rótulos que lhes são impostos pela sua condição de pobreza.

Ao analisar as reportagens por meio das categorias, foi possível perceber que o discurso sobre a redução da idade penal propagado pelo *Cidade Alerta* incrementa o conservadorismo e o misticismo da pena como solução para a violência. Além de direcionar tal discurso aos jovens negros e pobres, reproduzindo a criminalização da pobreza. Portanto, percebeu-se que o discurso sobre a redução da idade penal favorece o estabelecimento desses sujeitos como bode expiatório e, assim, propaga o público alvo do clamor punitivo.

As reportagens que esmiuçavam a vida dos(as) adolescentes acusados de ato infracional, sobretudo, aquelas que possuíam maior duração, apresentavam informações que convergiam para a percepção das violações de direitos aos(as) adolescentes. No entanto, as reportagens finalizavam com o clamor pela intensificação da punição, visto que, mesmo sofrendo violações de direitos, havia a acusação do ato infracional. Dessa forma, nota-se o desafio que é, para a sociedade, compreender a condição de sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Isso se agrava ainda mais quando um telejornal com alto índice de audiência propaga ódio e encarceramento a esses sujeitos.

Ao discutir a PEC 171/93 e analisar os argumentos sobre a redução da idade penal, no telejornal, notou-se o alinhamento argumentativos entre o discurso do ex-deputado autor da PEC e o discurso do apresentador. Desse modo, percebe-se a reprodução do posicionamento político que é assumido e propagado pelo telejornal. Tal posicionamento incide, diretamente,



na vida de adolescentes que necessitam de políticas públicas que lhes garantam seus direitos fundamentais. No entanto, o que é idealizado a esses sujeitos, por meio da aprovação da PEC, é tão somente o aprisionamento das suas vidas e possibilidades.

Nesse sentido, a função que vem sendo assumida pelo telejornal não se pauta nos artigos constitucionais que preconizam a priorização da finalidade educativa e informativa, além do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.<sup>1</sup> Na verdade, o telejornal viola direitos arduamente conquistados, deturpa a natureza das medidas socioeducativas e o caráter protecionista do ECA, reproduzindo, cotidianamente, a criminalização de jovens negros e pobres.

Desse modo, compreende-se que o *Cidade Alerta* faz parte da conjuntura em que os meios de comunicação são monopolizados e estão a serviço de interesses políticos e econômicos, tendo em vista a impossibilidade da neutralidade no jornalismo, já que a sociedade é marcada pela contradição de classe e, assim, permeada por disputas ideológicas. Desse modo, os grandes proprietários da mídia não têm neutralidade e, tampouco, pretendem pluralizar e democratizar a opinião pública.

É nesse sentido que se torna urgente a democratização dos meios de comunicação, para que o povo exerça o direito à expressão e participe, de forma democratizada, da formação da opinião pública. O direito à fala deve ser de todos e não de uma classe privilegiada que monopoliza os meios de comunicação (Sader, 2013).

---

<sup>1</sup> Artigo 122 da Constituição Federal.

## Referências

- Adorno, A. (1993). A experiência precoce da punição. In J. S. Martins (Org.), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil* (pp. 181- 208). São Paulo: Hucitec.
- Baratta, A. (1999). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan.
- Batista, N (2002). Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, 7(12), 271-288.
- Batista, N. (2007). *Introdução crítica ao direito penal brasileiro* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Batista, V. M. (2012). Adesão subjetiva à barbárie. In V. M. Batista (Org.), *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal* (2ª ed., pp. 313-317). Rio de Janeiro: Revan.
- Batista, V. M. (2015). A juventude e a questão criminal no Brasil. In J. L. Q. Magalhães, M. J. G. Salum & R. T. Oliveira (Orgs.), *Mitos e verdades sobre a justiça infanto juvenil brasileira: por que somos contrários à redução da maioridade penal?* (pp. 22-32). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Bauer, M, Gaskell, G., & Allun, N. (2004). Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento – evitando confusões. In M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 39-63). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Budó, M. D (2006). Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. *Unirevista*, 1(3), 1-14.
- Campello, A. A. (2008). *Novo olhar sobre os telejornais policiais* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/gris/images/CAMPELLO%20Alexandre.pdf>
- Campos, M. S. (2009). Mídia e política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioridade penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, 15(2), 478-509.
- Carvalho, S. (2013). Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 21(104), 279-303.
- Coimbra, C. M. B. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto.
- Coimbra, C. M. B, & Nascimento, M. L. (2003). Jovens pobres: o mito da periculosidade. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Lulianelli (Orgs.), *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Coimbra, C. M. B, & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a juventude. *JOVENes. Revista de Estudos sobre juventud*, 9(22), 338-355.

- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Redução da maioridade penal: socioeducação não se faz com prisão*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Nacional de Justiça. (2012). *Panorama Nacional: a execução de medidas socioeducativas de internação*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília: CONANDA.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2013, 05 de junho). *Nota pública sobre a redução da maioridade penal*. Recuperado de <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1414>
- Cruz, A. V. H., & Silva, N. G. S., Júnior. (2014). Política criminal e justiça juvenil: apontamentos sobre o processo histórico de criminalização de adolescentes pobres no Brasil. In A. A. A Pinheiro, V. S Nascimento & D. A. F Petrola (Orgs.), *Direitos humanos em movimento* (pp. 207- 222). Fortaleza: Premium.
- Datafolha. (2013, 17 de abril). *Maioridade penal na opinião dos paulistanos*. Recuperado de <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/04/1264396-93-defendem-reducao-da-maioridade-penal.shtml>
- Faleiros, V. P. (2011). Infância e processos políticos no Brasil. In I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.), *A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 36-48). São Paulo: Cortez.
- Ferraz, H. (2015, 21 de março). Você conhece a história da idade penal no Brasil? *Carta Capital*. Recuperado de <http://justificando.com/2015/03/21/voce-conhece-a-historia-da-idade-penal-no-brasil/>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha. (2016). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. São Paulo: FBSP.
- Frasseto, F. A. (2006). Execução das medidas privativas de liberdade - internação e semiliberdade. In ILANUD, ABMP, SEDH, & UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização* (pp. 61–86). São Paulo: ILANUD.
- Frasseto, F. A. (2007). Natureza da medida socioeducativa. In Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Org.), *Justiça Juvenil: visão da ANCED sobre seus conceitos e práticas, na perspectiva dos Direitos Humanos* (pp. 9-11). São Paulo: ANCED.
- Freitas, M. S. (2011). Jornal da Massa: jornalismo ou programa de humor? In I. M. M. Gomes (Org.), *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* (pp. 243-262). Salvador: EDUFBA.
- Gil, E. (2014, 5 de fevereiro). Tá com pena? Adote um bandido! *Pragmatismo Político*. Recuperado de <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/ta-com-pena-adote-um-bandido.html>
- Gomes, I. M. M. (2004a). *Brincadeira de bandido e mocinho: um exercício de análise do*

*programa Cidade Alerta*. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Salvador. Texto completo recuperado de [http://telejornalismo.org/wp-content/uploads/2010/05/Cidade-Alerta\\_ii\\_sbpjor\\_2004\\_cc\\_13\\_-\\_itania\\_gomes.pdf](http://telejornalismo.org/wp-content/uploads/2010/05/Cidade-Alerta_ii_sbpjor_2004_cc_13_-_itania_gomes.pdf)

Gomes, I. M. M. (2004b). Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modo de endereçamento no telejornalismo show. *Revista Famecos*, 11(25), 85-98.

Gomes, R. (2013). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (33ª ed., pp. 79-108). Petrópolis, RJ: Vozes.

Gomide, P. I. (2009). *Menor infrator: a caminho de um novo tempo* (2ª ed.). Curitiba: Juruá.

Guareschi, P. (2007). Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*, 1(1), 6-25.

Hage, S. M., & Araújo, M. N. (2013). Pela consolidação dos marcos legais que asseguram direitos à criança e ao adolescente. In Conselho Federal De Psicologia (Org.), *Redução da maioridade penal: socioeducação não se faz com prisão* (pp. 31-34). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1983). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião Pública e Estatística. (2014). *Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom. Recuperado de <http://IBOPE%202014%20relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Nota Técnica n. 20 – O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal: esclarecimentos necessários*. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/150616\\_nt\\_maioridade\\_penal.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf)

Kahhale, E. M. S. P., & Rosa, E. Z. (2009). A construção de um saber crítico em Psicologia. In A. M. B. Bock et al. (Orgs.), *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica* (pp. 19-53). São Paulo: Cortez.

Kilduff, F. (2010). O controle da pobreza operado através do sistema penal. *Revista Katálisis*, 13(2), 240-249.

*Lei nº 8.069*. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

*Lei nº 12.594*. (2012, 18 de janeiro). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera leis. Brasília, DF: Presidência da República.

- Lemos, F. S. (2013). Uma crítica à volúpia punitiva da sociedade frente aos adolescentes. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Redução da maioria penal: socioeducação não se faz com prisão* (pp. 27-30). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Loizos, P. (2004). Vídeo, filme e fotografia como documento de pesquisa. In M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 39-63). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Madeira, R. (2014). Passivos e impassíveis diante da telinha – o nosso imobilismo frente aos programas policiais. In A. A. A. Pinheiro, V. S. Nascimento & D. A. F. Petrola (Orgs.), *Direitos humanos em movimento* (pp. 247-272). Fortaleza: Premium.
- Magalhães, J. L. D. (2015). O alienista e a redução da maioria penal. In J. L. Magalhães, M. J. G. Salum & R. T. Oliveira (Orgs.), *Mitos e verdades sobre a justiça infanto juvenil brasileira: porque somos contrários à redução da idade penal?* (pp. 33-62) Brasília: CFP.
- Márques, F. T. (2011) Intolerâncias e in(ter)venções: “menores” e “crianças” no imaginário social brasileiro. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 9(2), 797-809.
- Mattos, S. A. (2002). *A história da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes.
- Meira, M. E. M. (2012). A crítica da Psicologia e a tarefa da crítica na Psicologia. *Psicologia Política*, 12(23), 13-26.
- Minayo, M. C. S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Nicodemos, C. (2006). Natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. In ILANUD, ABMP, SEDH, & UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização* (pp. 61–86). São Paulo: ILANUD.
- Nicodemos, C. (2007). Natureza da medida socioeducativa. In ANCED (Org.), *Justiça Juvenil: visão da ANCED sobre seus conceitos e práticas, na perspectiva dos Direitos Humanos* (pp. 61-86). São Paulo: ANCED.
- Nogueira, W., Netto. (2007). Natureza da medida socioeducativa. In ANCED (Org.), *Justiça Juvenil: visão da ANCED sobre seus conceitos e práticas, na perspectiva dos Direitos Humanos* (pp. 28-39). São Paulo: ANCED.
- Oliveira, D. D. (2011). Cidade Alerta: jornalismo policial, vigilância e violência. In I. M. M. Gomes (Org.), *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* (pp. 121-151). Salvador: EDUFBA.
- Paiva, I. L., & Cruz, A. V. H. (2014). A psicologia e o acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei. In O. Yamamoto & I. F. Oliveira (Orgs.), *Psicologia e políticas sociais*. Belém: UFPA.
- Paulo Netto, J. (1996). *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (2a. ed.). São Paulo: Cortez

- Paulo Netto, J., & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Petry, H., & Nascimento, D. M. (2016). “Tá com dó? Leva pra casa!” Análise dos discursos favoráveis à redução da maioria penal em rede social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 426-438.
- Projeto de Lei nº 333*. (2015, 03 de junho). Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE). Brasília: Senado Federal.
- Projeto de Lei nº 7553*. (2014, 12 de maio). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir a divulgação de imagem de criança e adolescente a quem se atribua ato infracional, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Proposta de Emenda Constitucional nº 171*. (1993, 27 de outubro). Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos). Brasília: Câmara dos Deputados.
- Rizzini, I. (1993). *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (2ª ed). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I. (2011). Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um breve histórico da legislação para a infância no Brasil. In I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.), *A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 214-224). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola.
- Rocha, L. (2011). Na mira da mídia: reflexões sobre relações entre mídia, crime e identidade. In M. Sales & J. Ruiz (Orgs.), *Mídia, questão social e serviço social* (pp. 261-276). São Paulo: Cortez.
- Romão, D. M. M. (2013). *Jornalismo Policial: indústria cultural e violência* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rovaron, M. (2015). Nós e os outros: reflexões acerca da política de criminalização da juventude pobre [Dossiê: Maioridade Penal]. *Revista Margem Esquerda*, 21, 36-43.
- Sader, E. (2013). A construção da hegemonia pós-neoliberal. In S. Emir (Org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (pp. 31-56). São Paulo: Boitempo.
- Sales, M. A. (2007). *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez.
- Sankiewicz, A. (2007). *Breve análise sobre a redução da maioria penal como alternativa*

*para diminuição da violência juvenil*. Brasília: Câmara dos Deputados.

Santos, J. S. (2012). *“Questão Social”: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Secretaria Nacional De Direitos Humanos. (2011). *Levantamento nacional: atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei 2010*. Brasília: Autor.

Silva, M. (2010). Violência e controle sócio-penal contra adolescentes com práticas infracionais. *Serviço Social e Saúde*, 9(1), 27-37.

Soares, J. B. A. (2003). Construção da responsabilidade penal do adolescente infrator no Brasil: uma breve reflexão histórica. *Revista do Ministério Público*, 51, 257-285.

Sousa, S. M. G. (2013). O perfil dos adolescentes privados de liberdade em Goiás. In S. M. G. Sousa (Org.), *Adolescentes autores de atos infracionais: Estudos psicossociais* (pp. 15-36). Goiânia: PUC Goiás.

Teixeira, M. L. T. (2006). Socioeducação. In ILANUD, ABMP, SEDH, & UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização* (pp. 398-427). São Paulo: ILANUD.

Teixeira, M. L. T. (2013). Redução da idade penal... mais uma vez! In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Redução da maioridade penal: socioeducação não se faz com prisão* (pp. 19-22). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Thompson, J. B. (2014). *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia* (15ª ed). Rio de Janeiro: Vozes.

Valença, D. A., Lima, D. F., & Paiva, I. L. (2014). A redução da maioridade penal: entre a política pública e a barbárie. In I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.), *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 59-78). Natal: EDUFRN.

Varjão, S. (2015). *Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. Brasília, DF: ANDI.

Vogel, A. (2011). Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.), *A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 86-97). São Paulo: Cortez.

Volpi, M. (1997). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez.

Wacquant, L. (2000). A globalização da “Tolerância Zero”. *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*, 5(9/10), 111-127.

Wacquant, L. (2003). *Punir os pobres* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa Da Violência 2014: homicídios e juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latinos Americanos.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25

anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. especial), 9-24.

Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 288-322.

Zappe, J. G., Ferrão, I. S., Santos, C. R., Silveira, K. S. S., Costa, L. P. C., & Siqueira, T. V. (2011). A internação de adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão teórica sobre o sistema socioeducativo brasileiro. *Adolescência e Conflitualidade*, 5, 112-133



## Apêndice A

Tabela A1

*Dados das reportagens selecionadas.*

Data	Título	Tipificação do ato	Duração	Idade
23/11/2015	Menina de 17 anos planeja morte dos pais e do irmão no Rio Grande do Sul	Tentativa de homicídio	2'7"	17 anos
19/11/2015	Adolescente agride professora, é suspensa e publica ameaças nas redes sociais	Lesão corporal	2'12"	16 anos
19/11/2015	Adolescentes brigam em porta de escola em Goiânia	Lesão corporal	1'11"	-
30/10/2015	Jovem rica ajuda criminosos a roubarem apartamento do vizinho em São Paulo	Furto	2'29"	15 anos
13/10/2015	Garoto de 12 anos é preso pela sexta vez depois de roubar um celular	Roubo	52"	12 anos
24/08/2015	Preso quadrilha acusada de abordar casais em moto e abusar mulheres em matagal.	Estupro coletivo/formação de quadrilha	4'53"	17 anos
30/07/2015	Adolescente mata pai enforcado com ajuda do namorado e diz não sentir falta dele	Homicídio doloso	15'57"	16 anos
22/07/2016	Adolescente de 16 anos planeja a morte da mãe para ficar com a herança	Homicídio	19'	16 anos
16/06/2015	Adolescente mata amigo em disputa garota no interior de São Paulo	Homicídio doloso	2'26"	16 anos
11/06/2015	Para agradar namorado 30 anos mais velho, adolescente sequestra prima de 8 anos	Sequestro	7'51"	14 anos
10/06/2015	Grupo conhecido como Gangue das Meninas aterroriza alunas de escola pública de São Paulo	Lesão corporal	12'19"	14 anos
05/06/2015	Flagrante: adolescentes brigam em frente à escola no Rio de Janeiro	Lesão corporal	1'24"	-
19/05/2015	Menina de 12 anos é estuprada por três adolescentes no banheiro da escola em SP	Estupro	13'4"	16 anos
18/05/2015	Flagrante: jovem é espancada na porta da escola por ser bonita e popular	Lesão corporal	5'37"	14 anos
15/05/2015	Garoto de 15 anos mata a namorada por ela ser "feia"	Homicídio doloso	4'38"	15 anos
11/05/2015	Jovens são detidos após roubarem carro e estuprarem ocupantes em MG	Estupro coletivo/formação de quadrilha	3'38"	15 e 16 anos

20/04/2015	Adolescente de 15 anos é agredida a facadas por colegas da escola por ser bonita demais	Tentativa de homicídio	8'29"	-
20/04/2015	Por R\$ 800, adolescentes envenenam os pais com chumbinho no interior do Paraná	Tentativa de homicídio	4'28"	-
18/04/2015	Adolescentes de 17 e 14 anos são acusados de planejar a morte dos próprios pais		8'8"	17 anos e 14 anos
01/04/2015	Adolescente é perfurada por caneta durante briga na escola em Samambaia (DF)	Lesão corporal	1'59"	-
17/03/2015	Menor infrator bate em monitor de penitenciária	Lesão corporal	3'2"	-
17/03/2015	Crianças de seis e 12 anos são levadas para delegacia comum após furto no Rio	Furto	4'48"	6 e 12 anos
12/03/2015	Família acusa babá de 17 anos de sequestrar bebê no interior de SP	Sequestro	12'10"	17 anos
11/03/2015	Soldado da aeronáutica é preso junto com adolescentes dirigindo carro roubado	Roubo	2'44"	16 e 17 anos
21/02/2015	Menina de 13 anos é abusada sexualmente por 15 jovens na zona leste de SP	Abuso	7'42"	-
15/02/2015	Adolescente confessa que abusou sexualmente de garoto de seis anos	Abuso	4'11"	15 anos
03/02/2015	Meninas envolvidas no tráfico brigam no meio da rua	Lesão corporal	1'19"	14 e 15 anos
31/01/2015	Adolescente confessa ter matado GCM na zona leste de SP Menor assume autoria de assassinato de agente	Homicídio doloso	12'60"	14 anos

da GCM na zona leste de SP				
23/01/2015	Adolescente de 16 anos mata jovem de 19 por ciúme do namorado em Goiás	Homicídio doloso	7'39"	16 anos
21/01/2015	Adolescente rica é presa acusada de liderar quadrilha de roubo a condomínios	Formação de quadrilha	9' 29"	15 anos
21/01/2015	Adolescente suspeita de matar o próprio pai se entrega à polícia no litoral de SP	Homicídio doloso	4'	15 e 17 anos
14/01/2015	Adolescentes são presos com carro roubado em Minas Gerais	Roubo	2' 41"	17 e 17 anos
05/01/2015	Adolescente é acusada da morte do namorado, um empresário de 75 anos	Homicídio doloso	5'46"	17 anos